

José Irineu Rangel Rigotti

**TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DAS MIGRAÇÕES,
A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS: APLICAÇÃO AOS CASOS
DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO**

Tese apresentada ao curso de doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho
Co-orientador: Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
1999

À memória de meu pai, Irineu

Agradecimentos

Desde o mestrado estudando no Cedeplar, não é nada fácil agradecer a todas as pessoas e instituições envolvidas neste aprendizado. Mas não posso deixar de registrar meus agradecimentos a várias delas, que tanto colaboraram para minha formação.

Só foi possível dedicar-me exclusivamente ao doutorado, durante pouco mais de 3 anos, graças às bolsas da Capes e apoio do PRONEX/CEDEPLAR/UFMG. Isso reflete o tratamento atencioso que tive durante todos estes anos no Cedeplar, instituição na qual tive o privilégio de fazer parte, como aluno e pesquisador.

Dois incentivos foram particularmente importantes para o desenvolvimento de meus trabalhos de pesquisador. Diana Sawyer me convidou para trabalhar no projeto “Uso do solo e saúde na Amazônia”. Trabalhar em uma área de garimpo, endêmica de malária, não foi apenas uma forma de sentir na própria pele os calafrios dessa aventura, mas, principalmente, um exercício de aprendizagem e de aproximação entre o prático e o teórico.

Carminha me animou a ser um dos integrantes da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS), que acabou sendo uma ótima experiência de coordenação, repleta de dificuldades e desafios, mas, sobretudo, de futuras amigas e amigos. Sou ainda mais grato pela sua maneira sincera de sempre torcer pela minha sorte e me desejar felicidade.

Para o tratamento final desta tese pude ainda contar com valiosas sugestões de Cláudio Caetano, João Francisco e Fausto, além de Diana. Os comentários foram pertinentes e procurei incluí-los na tese.

Aos funcionários do Cedeplar, agradeço a boa vontade e disposição em colaborar. Refiro-me ao Maurício, Maristela, Cecília e todo o pessoal que com eles trabalha, como Néilton e Mirtes, os mais demandados pelos meus pedidos de ajuda. Um agradecimento especial à Célia, chefe da biblioteca, que, além de atender prontamente ao meu pedido tardio de revisão das referências bibliográficas, está sempre em dia com informações de bastidores sobre o nosso querido Cruzeiro Esporte Clube.

À toda a “coorte 91”, muito viva na minha memória, mesmo com a momentânea distância física de alguns de seus integrantes, na busca incansável por novos caminhos. Fica um agradecimento especial ao Carlão, Marília e Celso, pessoas que, nos últimos anos, sempre estiveram próximas em momentos em que a presença se fez oportuna, e a descontração, necessária.

Quero registrar minha satisfação em poder dividir muitas descobertas desta tese com coortes mais recentes. Alguns pontos essenciais foram, paralelamente, trabalhados pelos alunos de “Técnicas de Análise de Migração”. Seus estudos, comentários e incentivos estimularam os avanços, quando o cansaço já sinalizava sua chegada.

Para a elaboração desta tese contei com a inestimável ajuda de José Ribeiro, colocando à minha disposição sua imensa competência no tratamento de dados sobre migrações. Foi o ponto de partida da tese, a grata sensação de que o trabalho seria possível. Espero poder retribuir tudo isso, quando a situação em Angola permitir a sua volta.

Na reta final, a inclusão de novos dados tornou-se necessária. E só foi possível devido à boa vontade do Álisson Barbieri, que, prontamente, atendeu aos meus insistentes pedidos. Ainda nessa reta final, Leonardo Guerra contribuiu bastante com as soluções para os mapas. Adriana os confeccionou com cuidado, escolheu as legendas e deu um colorido todo especial a esta tese. Agradeço por terem compreendido a ansiedade dos momentos finais.

Durante praticamente todo meu doutorado, contei com a companhia carinhosa da Flavinha, manifestando, com entusiasmo e delicadeza, o seu incentivo e a sua torcida para que tudo transcorresse da melhor forma possível. Socorreu-me no empréstimo de livros, nas minhas obrigações na secretaria, matrículas e tantos outros detalhes. Forneceu seu talento na retirada de dados, na formatação desta tese e nos comentários perspicazes. Valeu, por tudo!

Como um migrante, na construção de uma nova trajetória, fui parar no Planalto Central. O INEP tem representado a oportunidade, o desafio de fazer da demografia algo próximo e intrínseco aos estudos dessa área nobre, que é a educação dos brasileiros. A tese não teria terminado sem a extrema boa vontade e compreensão do João Batista, Moreno e Liliane, que sempre me liberaram de muitas obrigações e facilitaram ao máximo a conclusão deste trabalho. A vocês, um agradecimento muito sincero.

Após chegar em Brasília, algumas pessoas tornaram a adaptação um processo mais tranqüilo. A hospitalidade de minhas novas amigas Vanessa, Lucilene, Roxana e Oádia amenizaram bastante as dificuldades iniciais. De Belo Horizonte, os telefonemas de Rita também foram essenciais.

Atualmente, o Planalto já não parece tão distante. É pertinho de Goiânia, onde mora Luka, com quem divido minhas alegrias e a satisfação de cumprir mais esta etapa. Assim, terei mais tempo para visitá-la e contemplar estes novos e belos horizontes.

Para a elaboração desta tese duas pessoas foram mais que importantes. Roberto Nascimento, uma das pessoas mais presentes durante toda esta minha formação, foi sempre um crítico honesto, um colaborador disposto, um organizador de idéias. Mas extrapola em muito seu papel de co-orientador – é, enfim, um amigo com quem posso contar.

Ao meu grande mestre, professor José Alberto, fica difícil agradecer. Todos os professores do Cedeplar foram, obviamente, fundamentais em meu aprendizado, mas, se apreendi algo sobre demografia, a ele devo os principais ensinamentos. Fui um aluno privilegiado, ao poder gastar horas de seu tempo apertado com conversas infundáveis sobre técnicas, sobre métodos, mas sobretudo, sobre tudo. Ainda fui seu parceiro nos trabalhos que mais me instigaram e dos quais esta tese se beneficiou. Mas restringir a ela os agradecimentos pela orientação, seria “subestimar” seu papel como amigo. Por isso, espero poder dividir futuros trabalhos, como forma de agradecimento e pretexto para novas jornadas.

Enfim, compartilho a satisfação de todas estas experiências com meus familiares, não só com minha mãe, Osnira, e meus irmãos, mas também com meus tios e primos. É uma família cuja união e solidariedade nos fez superar muitos obstáculos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos específicos e estrutura da tese	10
2. DADOS CENSITÁRIOS SOBRE MIGRAÇÕES: conceitos, limitações e possibilidades....	12
2.1 Quesitos censitários sobre migração interna	12
2.1.1. Lugar de nascimento.....	13
2.1.2. Duração de residência (DUR)	14
2.1.3. Lugar de última residência (LUR).....	15
2.1.4. Lugar de residência em uma data fixa anterior (DFIX)	16
2.2 Avaliação dos dados	18
2.3 Potencialidades e limitações do uso da informação censitária.....	19
2.3.1 A abordagem de Rees.....	19
2.3.2 A abordagem de Doeve.....	21
2.4 Migrações e o Censo Demográfico Brasileiro	23
2.5 Síntese e considerações finais.....	29
3 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A ESTIMAÇÃO DAS MIGRAÇÕES	31
3.1 O migrante segundo a técnica indireta.....	31
3.2 O migrante segundo a técnica direta	35
3.3 Saldos migratórios e reconstituição da população.....	37
3.3.1 A mensuração indireta dos saldos migratórios decenais.....	37
3.3.2 Reconstituição da população, saldos migratórios quinquenais e emigração internacional.....	39
3.4 Imigrantes e emigrantes implícitos no saldo migratório obtido por técnica indireta.....	42
3.5 A utilização dos dois quesitos da informação direta referentes a migrantes de última etapa e datas fixas.....	45
3.6 A dinâmica migratória das regiões	48
3.7 Considerações finais	55
4. SALDOS MIGRATÓRIOS E PERFIL DOS MIGRANTES EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO	56
4.1 A dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas	56
4.2 As migrações em Minas Gerais e São Paulo nos anos 60 e 70.....	60
4.3 As migrações em Minas Gerais e São Paulo nos anos 80	65
4.4 Detalhando a complexa década de 80: o papel da migração internacional	70
4.5 A mobilidade espacial dos migrantes mineiros e paulistas	82
5 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS	85
5.1 Os fluxos migratórios de Minas Gerais nas décadas de 60, 70 e 80.....	85
5.2 Os saldos e as etapas migratórias de Minas Gerais no período 1986-91	88
5.3 Os Saldos das mesorregiões de Minas Gerais no período 1986-91	92
5.4 Migrações de retorno nas mesorregiões, reestruturação regional e retenção da evasão populacional.....	97
5.5 As múltiplas etapas migratórias das mesorregiões de Minas Gerais	100
5.5.1 Etapas migratórias e proximidade geográfica	104
5.6 Fluxos migratórios das mesorregiões de Minas Gerais: a importância de São Paulo.....	107
5.7 Fluxos populacionais, saldos migratórios e etapas migratórias entre as mesorregiões de Minas Gerais, no período 1986-91	113
5.8 A queda da evasão populacional em Minas Gerais.....	129
6 Conclusões.....	134
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 4. 1 São Paulo e Minas Gerais: Saldos migratórios por sexo, segundo diversas funções de mortalidade - 1980/90.....	67
Tabela 4. 2 São Paulo e Minas Gerais, 1981/91: Saldos migratórios quinquenais, por sexo....	71
Tabela 4. 3 São Paulo e Minas Gerais, 1981/91: Saldos migratórios quinquenais, por sexo....	80
Tabela 4. 4 Saldos migratórios e diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, em São Paulo e Minas Gerais – Períodos 1960-70, 1970-80 e 1980-90	83
Tabela 5. 1 Emigrantes de Minas Gerais (última etapa), segundo regiões de destino – décadas de 60, 70 e 1981-91	86
Tabela 5. 2 Imigrantes de Minas Gerais (última etapa), segundo regiões de origem – décadas de 60, 70 e 1981-91	86
Tabela 5. 3 Minas Gerais - Imigrantes e Emigrantes de data fixa, segundo regiões de origem e destino e Saldos Migratórios – 1986-91	90
Tabela 5. 4 Minas Gerais: migrantes de última etapa (0 a 4 anos de residência) , segundo regiões de origem e destino e diferença entre Imigrantes e Emigrantes – 1986-91	90
Tabela 5. 5 Minas Gerais: Imigrantes e Emigrantes de data.....	94
Tabela 5. 6 Minas Gerais: imigrantes de última etapa e efeito indireto da.....	99
Tabela 5. 7 Emigrantes e Imigrantes de data fixa e última etapa (0 a 4 anos de residência), por mesorregião - Período 1986-91	101
Tabela 5. 8 Minas Gerais: Emigrantes de data fixa, por mesorregião de origem e região de destino – 1986-91	105
Tabela 5. 9 Minas Gerais: Imigrantes de data fixa, por mesorregião de destino e região de origem –1986-91	105
Tabela 5. 10 São Paulo: saldos migratórios entre a RMSP e o INSP com as mesorregiões do estado de Minas Gerais – 1986-91	109
Tabela 5. 11 Imigrantes, emigrantes e saldos migratórios de	129
Tabela 5. 12 Mesorregiões de Minas Gerais: imigrantes, segundo região de origem – período 1991-96.....	131

RELAÇÃO DE GRÁFICOS, MATRIZES E MAPAS

Gráfico 4. 1 Estado de São Paulo: Saldos migratórios por sexo,.....	68
Gráfico 4. 2 Estado de Minas Gerais: Saldos migratórios por sexo, segundo diversas funções de mortalidade - 1980/90.....	69
Gráfico 4. 3 Razões de Sexo do Brasil – Anos de 1970, 1980 e 1991.....	77
Gráfico 4. 4 Razões Intercensitárias de Sobrevivência do Brasil, por sexo Períodos 1970/80, 1980/90.....	77
Gráfico 5. 1 Minas Gerais: Imigrantes e emigrantes de última etapa.....	89
Gráfico 5. 2 Imigrantes e emigrantes (data fixa) de Minas Gerais,	130
Gráfico 5. 3 Número de imigrantes das mesorregiões de Minas Gerais – 1986-91 e 1991-96	132
Matriz 1 – Migrantes de última etapa, com menos de 5 anos de residência na mesorregião - 1991.....	115
Matriz 2 – Migrantes de data fixa – 1986-91.....	117
Matriz 3 – Diferença entre as matrizes 1 e 2	125
Mapa 5. 1 – Localização das regiões de estudo.....	95
Mapa 5. 2 – Saldos migratórios da RSMP e INSP com as mesorregiões de Minas Gerais – período 1986-91	111
Mapa 5. 3 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri – 1986-91	120
Mapa 5. 4 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce – 1986-91.....	121
Mapa 5. 5 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Oeste de Minas, Sudoeste/Sul de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata – 1986-91	122

1. INTRODUÇÃO

Na década de 70, muitos estudos de migração foram desenvolvidos no Brasil. Grosso modo, eles refletiam e analisavam as conseqüências do impulso desenvolvimentista do regime militar. A concentração industrial em grandes áreas urbanas atraiu imensos contingentes populacionais - especialmente para os grandes centros -, expulsos pela concentração fundiária ou pelas inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra rural.

Após um período de relativo desinteresse em relação aos estudos de migração, a demografia brasileira tem se voltado às questões da mobilidade espacial da população. A divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1991 trouxe informações, até certo ponto surpreendentes, especialmente no que se refere ao ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos. É verdade que o Censo Demográfico de 1980 já mostrara claros sinais de que as metrópoles passavam por transformações, onde se destacavam os fluxos de pessoas de algumas capitais em direção ao entorno das regiões metropolitanas, especialmente no Sudeste. Contudo, o fenômeno se intensificou nos anos 80, configurando um novo quadro na distribuição espacial da população brasileira.

Sensível às mudanças da estrutura produtiva, as migrações passam por uma nova etapa, na qual o histórico êxodo rural cede lugar a novos arranjos espaciais. Se anteriormente os fluxos se direcionavam, predominantemente, das áreas rurais para as maiores capitais brasileiras, após alguns sinais de esgotamento da capacidade de absorção de trabalhadores a opção de moradia nos grandes centros urbanos torna-se cada vez menos plausível.

Paralelamente à diminuição do crescimento populacional nas grandes cidades, as extensas áreas de fronteira agrícola também experimentaram um esgotamento da capacidade de atrair e assentar os migrantes.

Além das mudanças internas, o amplo processo de estreitamento das relações internacionais, com trocas e fluxos no nível do comércio, tecnologia, comunicações e informações, não poderia deixar de afetar também os fluxos

de pessoas entre países. Há consenso entre os pesquisadores em aceitar que a população brasileira não pode ser considerada fechada nos anos 80.

Em um país de extensões continentais como o Brasil, entender processos desta magnitude exige um esforço de compreensão das migrações em diferentes escalas geográficas, e também de aperfeiçoamento de técnicas e metodologias capazes de explorar, tanto quanto possível, os dados disponíveis.

Para isso, os censos demográficos são a principal fonte de informações. Apesar de suas limitações – como o relativamente longo interstício entre a realização de um e outro censo, geralmente uma década –, a partir do Censo Demográfico de 1991, a inclusão de um simples quesito, a indagação do lugar de residência há exatamente 5 anos atrás, permite uma série de estudos, ainda mais se considerarmos que os quesitos sobre migrações do censo anterior foram mantidos. Dois deles, a informação sobre o lugar de residência anterior e o tempo de residência, são dados de grande utilidade para a compreensão do fenômeno migratório.

À primeira vista, é até difícil perceber o privilégio de se poder contar com todos estes quesitos em um mesmo censo. Muitas das discussões técnicas sobre o tratamento das informações relacionadas às migrações se restringem em apontar as vantagens e limitações destes dados.

A disponibilidade destes quesitos no Censo Demográfico de 1991 é o ponto central para a presente tese. Neste trabalho, procurar-se-á delimitar conceitos, avaliar e criticar os diversos tipos de informações, no intuito de estabelecer critérios consistentes, que auxiliem a mensuração das migrações, a partir de um esforço de compatibilização entre técnicas e quesitos de diferentes significados.

Vale lembrar, nem só dos quesitos diretamente relacionados às migrações baseiam-se os trabalhos sobre o tema. Há também formas indiretas de se avaliar saldos migratórios, a partir da diferença encontrada entre a população observada e a população que seria de se esperar, caso atuasse apenas o crescimento vegetativo, em um determinado período.

Tomando como base todas estas formas de tratamento da informação censitária, o objetivo central deste trabalho será aprofundar o estudo das técnicas de mensuração das migrações e aplicá-las aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Quando se pensa nos volumes de migrantes interestaduais, estes são estados que, nas últimas décadas, desempenharam papéis dos mais relevantes no cenário nacional: Minas Gerais como fornecedora de mão-de-obra e São Paulo como o estado que mais absorve população no Brasil, inclusive muitos mineiros.

Um outro aspecto particularmente complexo no estudo das migrações refere-se aos diversos níveis espaciais, nos quais se manifestam os deslocamentos da população. Cada unidade de análise exige, por parte do pesquisador, uma série de cuidados, sem os quais tornam-se praticamente inevitáveis os equívocos de interpretação.

Levando em conta este fato e a necessidade cada vez mais recorrente de se focar as migrações sob um ponto de vista regional, o estado de Minas Gerais será também analisado no nível de mesorregiões. São Paulo será focado em dois níveis de desagregação – Região Metropolitana e Interior – devido à sua importância na configuração das migrações de Minas Gerais.

1.1 Objetivos específicos e estrutura da tese

O próximo capítulo fará uma exposição, com comentários, dos quesitos normalmente relacionados à migração, a fim de mostrar as diferenças conceituais e, conseqüentemente, as diferentes características dos movimentos populacionais, passíveis de serem captadas pelos censos demográficos.

O capítulo 3 tem o objetivo de aprofundar os aspectos técnicos, relacionados às informações censitárias. Procura-se estabelecer os fundamentos metodológicos necessários para a interpretação das migrações em diversos níveis espaciais, enfatizando também a dimensão temporal, ou seja, os momentos e períodos nos quais ocorrem os movimentos populacionais.

Espera-se, com a exploração dos dados e o aprofundamento do estudo dos métodos de mensuração das migrações, verificar a dinâmica migratória, incluindo a perda populacional para o exterior. Neste aspecto, a comparação das estimativas de Minas Gerais com São Paulo será fundamental, por ser este um estado de saldos migratórios internos positivos nas últimas décadas, ao contrário de Minas Gerais. Além disso, a ênfase na reciprocidade dos fluxos populacionais entre os dois estados é essencial para se entender o processo migratório de Minas Gerais. A análise dos saldos migratórios de Minas Gerais e São Paulo será realizada no capítulo 4. Neste, aplica-se parte dos procedimentos metodológicos desenvolvidos no capítulo 3, enfocando-se, particularmente, as diferenças encontradas na aplicação das técnicas.

O capítulo 5 procura analisar os fluxos e etapas do processo migratório de Minas Gerais, estado caracterizado por grande diversidade regional. Daí a importância de desagregá-lo em mesorregiões geográficas, pois isso permitirá captar as diferenças do comportamento demográfico, sem se perder em muitas desagregações espaciais (Minas Gerais possui 12 mesorregiões).

Além disso, sabe-se que as transformações passam necessariamente pelo estado de São Paulo, especialmente sua área metropolitana. Por isso, quando se tratar de São Paulo, o estado será dividido em Mesorregião Metropolitana de São Paulo e Interior do Estado de São Paulo.

Posteriormente, far-se-á uma análise das migrações intra-estaduais de Minas Gerais, isto é, dos fluxos migratórios ocorridos entre as mesorregiões do estado, no período 1986-91.

Ainda no capítulo 5, retrataremos as principais evidências da primeira metade da década de 90, reveladas pela Contagem da População realizada pelo IBGE, em 1996.

Finalmente, o capítulo 6 sintetiza os principais aspectos discutidos e analisados nos capítulos anteriores.

2. DADOS CENSITÁRIOS SOBRE MIGRAÇÕES: conceitos, limitações e possibilidades

Questões de ordem operacional e de custos impõem restrições quanto à inclusão de todos os quesitos normalmente relacionados à migração, nos diversos censos demográficos. A inclusão de alguns deles procura atender satisfatoriamente às demandas dos pesquisadores. Decidir qual questão deve ser mantida por ser mais apropriada não é tarefa fácil, pois cada quesito tem suas vantagens e limitações.

Neste capítulo são discutidos os principais quesitos sobre migrações normalmente disponíveis em um censo demográfico, tendo como base uma versão abreviada do Manual VI da ONU (United Nations, 1970).

A definição dos conceitos e do tipo de informação produzida antecede uma breve avaliação dos dados em termos de suas vantagens e desvantagens. Em seguida, são discutidas as potencialidades e limitações de algumas questões, com a finalidade de se chamar a atenção para os possíveis tratamentos da informação censitária no que tange às migrações, ressaltando-se o debate internacional em torno do assunto. Na seqüência, comenta-se acerca da disponibilidade de quesitos sobre migração nos censos demográficos brasileiros, assim como seu potencial analítico. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais, tendo em vista os objetivos precípuos da tese.

2.1 Quesitos censitários sobre migração interna

No que se refere às migrações, as questões mais comuns disponíveis nos censos demográficos são “lugar de nascimento”, “duração de residência”, “lugar de última residência” e “lugar de residência em uma data fixa do passado” (normalmente um ou cinco anos antes do censo). A seguir, comenta-se sobre cada um deles, chamando a atenção para os conceitos e o tipo de informação produzida.

2.1.1. Lugar de nascimento

Entre os vários quesitos de um Censo Demográfico referentes às migrações, o lugar de nascimento é um dos principais e, em 1960 e 1970, mereceu recomendações especiais por parte das Nações Unidas (United Nations, 1970). A resposta a esta questão depende do nível de desagregação espacial, previamente definido: município, estado, região, país, etc.

Com base nesta questão, a população pode ser classificada em dois grupos básicos: migrantes e não-migrantes. Migrantes são todos aqueles nascidos em lugar diferente de onde foram recenseados, e não-migrantes são todos aqueles recenseados no lugar de nascimento.

A partir daí, a categoria “migrantes” pode ser subdividida segundo fluxos de migração, de acordo com o lugar de nascimento e o lugar de residência. Estes dados podem ser agrupados segundo o volume de imigrantes por lugar de origem, o volume de emigrantes por lugar de destino e as trocas migratórias - ganhos e perdas resultantes das trocas entre cada par de unidades espaciais.

Um dos problemas desta questão é que a resposta pode conter erro, apesar da aparente facilidade de compreensão do quesito. Nem sempre quem responde ao questionário do censo é o chefe do domicílio ou seu cônjuge. Portanto, quem responde pode não saber o local de nascimento de todas as pessoas residentes no domicílio. Em alguns casos, omite-se o verdadeiro lugar de nascimento por razões políticas, ou de prestígio, ou pelo próprio desconhecimento das fronteiras administrativas.

Uma das lacunas deste tipo de informação refere-se à ausência quanto à data em que se deu a migração, pois ela pode ter ocorrido poucos dias antes do censo ou algumas dezenas de anos atrás. Um lugar pode ter recebido, no passado, a imigração de muitas pessoas não-naturais, no entanto, ser perdedora líquida de população no período mais recente. Assim, o balanço líquido do volume de migrantes acumulados (“lifetime migrants”) pode ser muito diferente do saldo líquido intercensitário.

Quando só há este tipo de informação sobre migração, apenas se conhece a origem primeira (local de nascimento) de toda uma trajetória

migratória, muitas vezes complexa e constituída de várias etapas intermediárias.

Além disso, todos aqueles recenseados na própria área de nascimento são considerados não-migrantes, independentemente de terem saído para um ou mais locais diferentes do lugar de nascimento, isto é, a migração de retorno é excluída.

2.1.2. Duração de residência (DUR)

Esta questão pergunta há quanto tempo a pessoa reside no lugar de residência. Conceitualmente, pessoas que nunca moraram em outro local são consideradas não-migrantes e aquelas que já moraram em outra área são imigrantes. Não há a limitação do quesito anterior quanto aos migrantes de retorno. Pessoas que nasceram no lugar onde residiam na data do censo, mas moraram em outro local (retornados), declararão a duração de residência como sendo o tempo transcorrido desde o retorno e a residência atual. Neste caso, os migrantes seriam as pessoas que nasceram fora da área de enumeração e as pessoas que nasceram no local de enumeração, mas já moraram fora dele (migrantes de retorno).

O número destes migrantes, a não ser que não haja naturais retornados, será maior que o número de migrantes acumulados calculados pela definição de lugar de nascimento. Outra especificidade é que a idade do migrante será maior que o tempo de residência, enquanto a do não-migrante será igual.

A principal informação do quesito duração de residência refere-se ao tempo em que se deu o último movimento dos migrantes acumulados, ou seja, estes dados fornecem uma distribuição de imigrantes acumulados e de retorno, pelo tempo da última chegada, ou uma classificação por coortes de migrantes. “Esta é uma contribuição única do quesito sobre duração de última residência” (United Nations, 1970, p.40). Essa informação é de suma importância para a história migratória da área de estudo.

Vale lembrar que os imigrantes obtidos são os sobreviventes que imigraram no período indicado, não morreram, nem fizeram, em seguida, movimento emigratório. Portanto, espera-se, em geral, que as coortes de

migrantes diminuam sua participação com o aumento da duração de residência, uma vez que estarão mais expostas ao “risco” de morte ou *remigração*.

O dado sobre duração de residência em determinado lugar não possibilita, por si só, informação sobre emigração e migração líquida. Outra limitação é a incapacidade de distinguir imigrantes provenientes de uma determinada área e migrantes internos, isto é, que vieram de alguma unidade componente da área agregada. Estes problemas podem ser contornados caso a questão sobre duração de residência seja acompanhada pelo lugar de origem ou de nascimento.

Quando houver disponibilidade de dados sobre duração de residência para dois censos consecutivos, uma possibilidade será estimar a magnitude da *remigração*¹. Para tal, multiplicam-se as coortes de imigrantes por um conjunto de razões de sobrevivência apropriado, para se estimar o número de migrantes esperado na data do segundo censo. A diferença entre estes e os migrantes enumerados no segundo censo será o número de *remigrantes* intercensitários.

Os problemas com este quesito são semelhantes ao comentado sobre o lugar de nascimento, pois quem responde nem sempre sabe a duração de residência de todas as pessoas recenseadas no domicílio. Também pode ocorrer preferência por dígitos como 0 e 5, como demonstrado por Martine (1984).

2.1.3. Lugar de última residência (LUR)

Este quesito permite identificar as pessoas como migrantes quando estas residiram em local diferente da origem, independentemente de terem ali nascido. No grupo dos migrantes estarão incluídos todos os que já moraram fora da área de nascimento. Conceitualmente, migrantes serão todos os imigrantes acumulados da área em questão, inclusive os imigrantes de retorno.

¹ Nesta tese, o termo “remigração” refere-se ao ato de deixar a unidade de análise. Como se verá mais adiante, também utilizaremos o termo “reemigração”, para dizer que o emigrante fez mais de uma etapa após deixar a unidade de análise. A finalidade desta distinção é facilitar a interpretação da migração por etapas, que será analisada no próximo capítulo.

Do cruzamento do lugar de última residência com o lugar de residência atual (na data do censo) deriva-se o lugar de origem dos imigrantes para uma determinada área, o lugar de destino dos emigrantes e as trocas populacionais entre duas áreas.

Assim como o lugar de nascimento, o lugar de última residência não possui uma referência temporal. Pessoas que migraram há muitos anos atrás estarão classificadas juntamente com aquelas que se mudaram há pouco tempo. Não obstante, uma diferença do quesito lugar de última residência em relação ao lugar de nascimento é que o primeiro reflete o movimento direto entre lugares, enquanto o segundo ignora todo movimento intermediário entre a saída do local de nascimento e a chegada no lugar de residência na data do censo.

A combinação dos quesitos lugar de última residência e duração de residência torna a análise migratória muito mais rica, uma vez que as coortes e os fluxos de migração podem ser identificados, assim como o período da migração pode ser estudado. Um censo que contenha informações sobre lugar de nascimento e lugar de última residência, além de duração de residência, permite não só uma variedade de estudos particulares, mas também um teste metodológico das vantagens relativas das duas questões.

Outra contribuição fundamental do cruzamento dos quesitos lugar de última residência e duração de residência é a identificação dos movimentos, a partir de outras áreas que a de nascimento (“migrantes secundários”, de acordo com o Manual VI da ONU) e dos movimentos de volta ao local de nascimento (“migrantes de retorno”). Evidentemente, estas mensurações não captarão todos os movimentos intermediários.

2.1.4. Lugar de residência em uma data fixa anterior (DFIX)

Este quesito indaga sobre o lugar de residência em uma determinada data do passado, normalmente 5 anos antes da data de referência do recenseamento. Do ponto de vista analítico, este é um dado de fácil interpretação. O migrante será conceituado como aquele que residia em

lugares diferentes nas duas datas, enquanto o não-migrante residia no mesmo local².

O quesito data fixa difere do cruzamento entre duração de residência e lugar de última residência porque o lugar de origem do primeiro refere-se ao local de residência no início do intervalo, por exemplo em 1º de setembro de 1986, no Censo de 1991, e não ao local de residência imediatamente anterior à última migração, que é diferente daquele da data fixa, quando tenha ocorrido mais de uma etapa migratória no período. Estas questões serão retomadas no próximo capítulo.

Devido a sua simplicidade e especificidade, este quesito muitas vezes é considerado de maior utilidade do que o de lugar de nascimento ou lugar de última residência, principalmente quando estes dois últimos não são acompanhados pela questão sobre duração de residência. Por outro lado, pode-se argumentar que uma pessoa se esquece mais facilmente do local onde residia em uma data determinada, do que de onde ela veio, ou de quanto tempo reside no lugar atual.

Algumas das grandes vantagens deste quesito é que ele permite o cálculo de todas as medidas convencionais da migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório. Além disso, os lugares de origem e destino são conhecidos, o período dentro do qual ocorre a migração é bem determinado e o conceito de migrante é facilmente definido.

O potencial analítico do estudo das migrações torna-se consideravelmente enriquecido quando o quesito data fixa é comparado com o lugar de nascimento. Em primeiro lugar, este procedimento lança algumas luzes sobre os padrões de migração do passado. Isso porque os ganhos e perdas de população podem estar concentrados no período mais recente ou há décadas atrás. Também pode acontecer de um lugar ser perdedor líquido no passado e ter ganho população nos 5 anos que antecedem o Censo (ou vice-versa). Portanto, a comparação destes dados revela muito sobre o padrão das

² Entre esses “não-migrantes” estão incluídas as pessoas que moravam em um determinado local na data inicial, saíram e retornaram antes do fim do intervalo.

migrações em uma dada região e permite classificar os migrantes em três categorias, segundo o trabalho da ONU:

- primários: moravam no lugar de nascimento em determinada data fixa antes do Censo e em outra área na data do censo;
- secundários: moravam fora do lugar de nascimento em determinada data fixa antes do censo e em uma terceira área na data do censo;
- de retorno: moravam fora da unidade de nascimento em determinada data fixa antes do censo e retornaram para ela antes da data do censo.

O trabalho da ONU só menciona o cruzamento de data fixa e lugar de nascimento. Geralmente, um censo que contenha a questão sobre data fixa não apresenta os quesitos “duração de residência” e “lugar de última residência”. O Censo brasileiro de 1991 contém todos estes quesitos. Assim, a análise pode ser ainda mais aprofundada, como será discutido no Capítulo 3.

2.2 Avaliação dos dados

Duas considerações básicas são essenciais para se averiguar as vantagens e desvantagens das diversas abordagens: a adequação dos dados para a análise das migrações e a exatidão das respostas.

A adequação dos dados será considerada satisfatória se estiver disponível para unidades de área razoavelmente pequenas e fornecer estatísticas dos totais de imigrantes e emigrantes. Além disso, o dado deve apontar o volume e a origem dos fluxos migratórios.

O quesito data fixa é o único que, sozinho, fornece dados que satisfazem estes requisitos. Segundo o Manual da ONU, caso houvesse necessidade de se escolher apenas um quesito, o de data fixa seria o mais satisfatório. Entretanto, haveria o problema de não se obter informação sobre a migração intercensitária, quando o período de referência do quesito e o número de anos transcorridos entre dois censos consecutivos não fossem iguais. Consequentemente, não seria possível determinar os componentes do crescimento populacional intercensitário, isto é, a migração e o crescimento natural. Outra limitação é a impossibilidade de se obter informações sobre as etapas intermediárias ocorridas nos “x” anos antes do censo, assim como o

retorno pleno, que nesta tese será entendido como a saída e retorno dentro de um determinado período, previamente especificado.

Quanto à exatidão da resposta, esta será afetada principalmente pelos erros de memória. Supõe-se que o quesito data fixa seja menos preciso que o lugar de nascimento ou lugar de última residência, especialmente onde a população for altamente móvel. Sendo assim, o valor analítico do cruzamento de duração de residência e lugar de última residência não deve ser subestimado.

2.3 Potencialidades e limitações do uso da informação censitária

Nota-se que, apesar do quesito de data fixa conseguir sintetizar vários componentes migratórios em apenas uma questão, alguns aspectos importantes só podem ser analisados a partir do uso simultâneo de duração de residência e lugar de última residência. Há controvérsias sobre a superioridade do primeiro em relação aos outros dois. Duas abordagens serão resumidas a seguir, a fim de se levantar alguns elementos fundamentais para a discussão metodológica do capítulo seguinte.

2.3.1 A abordagem de Rees

Rees (1985) discute o uso da informação censitária nos modelos de projeção de população. A escolha do dado não é tarefa simples. Cada quesito produz um tipo de medida e, portanto, requer tratamento específico. De três alternativas de medidas de migração analisadas pelo autor, discutem-se duas nesta seção, haja vista que uma delas - registros contínuos de movimentos migratórios - foge ao escopo deste trabalho.

Basicamente, Rees compara, através de histórias hipotéticas de migração entre duas regiões “i” e “j”, o número de migrantes produzidos por dois tipos de informação: residência “t” anos antes (data fixa) e lugar de última residência durante um intervalo de tempo “t” (lugar de última residência e duração de residência).

Os exemplos esquemáticos do autor³ levam-no a concluir que, dado os fluxos entre duas regiões “i” e “j”, o cálculo do número de migrantes produzidos pelas duas informações coincide quando há um número ímpar de movimentos migratórios e difere quando ocorre um número par de migrações. Em outras palavras, Rees está dizendo que a informação é a mesma apenas quando o migrante sai de uma região “i” e é recenseado em “j” (número ímpar de movimentos), pois se ele sai e volta antes da data do Censo (número par de movimentos), o resultado é diferente: o movimento migratório é captado apenas através da informação sobre lugar de última residência durante o intervalo de tempo considerado. Este último resultado será necessariamente maior que aquele captado pela informação de data fixa, pois neste último não estarão incluídos os *migrantes circulares* (segundo definição da ONU), ou *migrantes de retorno pleno*, segundo nossa definição.

Estas são informações de diferentes resultados: enquanto a primeira refere-se a uma mudança de estado prévio para outra ao final do período, a segunda é uma medida de estoque em um ponto particular no tempo.

Uma das mais interessantes observações de Rees, porém não explorada pelo autor, é que se os dados de data fixa forem dispostos em uma matriz de origem-destino, as células da diagonal principal representam as pessoas que não se moveram - os não-migrantes - e também os que saíram e retornaram no intervalo de tempo t - *migrantes de retorno pleno*.

Com os dados de lugar de última residência e duração de residência, a diagonal principal contém apenas os não-migrantes, uma vez que os *migrantes de retorno pleno* estarão distribuídos nas respectivas células fora da diagonal, ou seja, aquela correspondente ao lugar de origem do último movimento.

Subjacente à observação de Rees, está implícito que a diferença entre as diagonais das duas matrizes, desde que os intervalos de tempo sejam os mesmos, será exatamente os migrantes de *retorno pleno*. Essa questão, que será retomada no Capítulo 3, não foi aprofundada por Rees, porque seu objetivo era analisar os dados para fins de projeção populacional.

³ Além do artigo original, o leitor interessado poderá obter mais detalhes em artigo de Carvalho e Machado (1992).

Comentando os resultados produzidos pelos dados de duração de residência e lugar de última residência, o autor argumenta que:

“o problema com estas tabelas, do ponto de vista de um modelo de projeção, é que elas não conectam os estados iniciais e finais que as populações regionais ocupam em um dado intervalo de tempo” (Rees, 1985:70).

Nota-se a predileção pelo dado de data fixa. Mas há opinião divergente, como se apreende do trabalho de Doeve (1986).

2.3.2 A abordagem de Doeve

Doeve (1986) trata dos quesitos censitários utilizados para medir os fluxos brutos de migração. As questões analisadas são as mesmas enfocadas anteriormente, isto é, duração de residência, lugar de última residência e data fixa. A primeira informação tem apenas um componente temporal, o segundo um componente espacial e o terceiro combina os dois conceitos em apenas uma questão. Segundo o autor, vários analistas de migração, como Courgeau (1980) e Rees (1984) têm argumentado em favor do quesito data fixa, pois o consideram mais adequado para a construção de tábuas de vida multi-estado, e na matriz de Leslie generalizada para fins de projeção.

Doeve procura demonstrar que data fixa não é o melhor quesito para a mensuração das migrações, sendo que muito mais informações podem ser derivadas das questões sobre duração de residência e lugar de última residência. Além disso, não haveria violação dos requisitos conceituais necessários para a aplicação das tabelas de vida multi-estado e modelos discretos de projeção. Por outro lado, a combinação destes quesitos permite informações que não podem ser extraídas pela questão data fixa, tais como taxas instantâneas de migração, probabilidades de múltiplos movimentos e estimativas e ajustes para a freqüente subenumeração de migrantes.

Para Doeve, os métodos que se utilizam da combinação de duração de residência e lugar de última residência baseiam-se em uma análise matemática contínua, enquanto a data fixa baseia-se em análise discreta. Seria possível obter resultados discretos da análise contínua, mas não o contrário.

Outro argumento é que, de maneira geral, os métodos baseados somente no quesito data fixa permitem apenas o estudo de movimentos, mas não outros tipos de abordagens como análise da força de trabalho, planejamento educacional e outras características relacionadas à população migrante. Doeve apenas citou estes aspectos, mas um estudo de Borjas (1994) é muito elucidativo e pode servir como um ótimo exemplo deste argumento.

Ao estudar a inserção dos migrantes nos EUA, Borjas (1994) analisa o “efeito coorte”, ou seja, como o processo de adaptação experimentado pelos imigrantes estaria relacionado às diferenças intrínsecas de produtividade das coortes de imigrantes. As considerações de Borjas ressaltam a necessidade de se utilizar uma metodologia adequada para os estudos de inserção do migrante no mercado de trabalho. Para isso, seria necessário o acompanhamento das coortes através do cruzamento dos quesitos duração de residência e idade do migrante (e conseqüentemente, a idade do migrante quando ele chegou no destino) ao longo de diversos censos. Este procedimento metodológico seria imprescindível para a avaliação da inserção do migrante no mercado de trabalho. Para estudos desta natureza - que não é tema desta tese - os quesitos duração de residência e lugar de última residência são fundamentais.

Duas outras qualidades dos quesitos *DUR* e *LUR* são finalmente enfatizadas por Doeve (1986). Uma delas é a capacidade de se calcular taxas de imigração para cada rota geográfica de interesse, segundo idade e ao longo das linhas de coorte. Na abordagem de coorte, os movimentos múltiplos não afetam a medida. O migrante que faz movimentos, ou etapas, dentro de um curto intervalo de tempo é, por definição, um membro da coorte no lugar de residência, ou seja, não se perde a intensidade dos fluxos.

Outro aspecto enfatizado são os motivos da subenumeração dos migrantes. Razões organizacionais e administrativas como a listagem dos domicílios ou o mapeamento, feitos pouco antes do censo, podem excluir os recém-chegados. Razões sócio-culturais levam alguns migrantes residindo há pouco tempo na área a declararem o lugar de residência anterior como o endereço verdadeiro, pois muitas vezes eles não consideram a estadia como permanente, quando ainda estão na casa de familiares ou parentes. Quando

assentados, esta tendência diminui. Há razões sócio-organizacionais: as deficiências da enumeração em áreas de favelas, local de moradia de grande parte de migrantes recém-chegados nos países em desenvolvimento. Por fim, há fatores legais, que levam imigrantes “ilegais” a jogarem papel importante na subenumeração.

O ponto fundamental para Doeve é que todos estes fatores estão fortemente relacionados às chegadas mais recentes. Definitivamente assentado, o imigrante torna-se mais parecido com aqueles que moravam há mais tempo, pelo menos estatisticamente. Feitas estas constatações, o autor propõe um método de ajuste da subenumeração de acordo com o tempo de residência, que só pode ser realizado com os dados de duração de residência e lugar de última residência.

Enfim, a exposição de alguns dos argumentos de Rees e Doeve tiveram a intenção de colocar, lado a lado, as vantagens e limitações de cada um dos quesitos. A questão da qualidade destas informações será retomada na seção seguinte, quando analisa-se o caso específico dos Censos Demográficos brasileiros.

2.4 Migrações e o Censo Demográfico Brasileiro

No que tange à informação sobre migrações, não há dúvidas de que os censos brasileiros estão em contínua evolução. Em relação ao Censo de 1970, o de 1980 apresentou novidades, ao perguntar se a pessoa havia feito migração intramunicipal entre os setores domiciliares (rural, urbano) e o nome do município de residência anterior, para todos aqueles que moravam há menos de 10 anos no município. Além disto, os quesitos foram direcionados a todos os indivíduos, e não somente aos não-naturais do município, como em 1970.

O quesito, em 1980, sobre o nome do município de residência anterior foi um grande avanço, pois permite um mapeamento muito mais detalhado das migrações, já que o Censo de 1970 só perguntava sobre a Unidade da Federação de última residência. Com isso, tornou-se possível a agregação de municípios para a análise da migração interna na década de 70, excluindo-se

aqueles imigrantes que, morando há menos de 10 anos no município atual, tenham tido como residência imediatamente anterior um outro município da região agregada (Carvalho, 1982). Como também indaga sobre o tempo de residência no município, dispõe-se de quase todos os quesitos comentados anteriormente - lugar de nascimento, duração de residência e lugar de última residência. Faltava apenas o quesito data fixa.

O Censo brasileiro de 1991 manteve todos os quesitos do anterior e ainda trouxe novidades. Perguntou-se o nome do município, situação do domicílio e Unidade da Federação de residência em 1º de setembro de 1986, ou seja, exatamente 5 anos antes do censo (data fixa).

Esta situação, altamente privilegiada, permitiu checar a qualidade das informações sobre última etapa e data fixa. Carvalho *et al* (1998a.) empreenderam um estudo, no qual se analisa a consistência dos dados sobre migração interestadual do Censo brasileiro de 1991. A necessidade deste cheque de consistência surgiu devido à identificação de indivíduos com mais de 5 anos de residência na Unidade da Federação (UF), obtida pelo quesito de última etapa, que informaram uma outra UF como lugar de residência em 01/09/86. Portanto, uma das informações estaria incorreta, pois, se o indivíduo declara que mora na UF há mais de 5 anos, teria que informar a própria UF como sendo a de residência em 1986. Os autores chamaram este grupo de indivíduos de “transgressores”. No Brasil, eles correspondiam a 5,25% do total de imigrantes de data fixa e em Minas Gerais 5,64%, ou seja, 21.269 imigrantes.

Para a identificação de qual o quesito provavelmente conteria erro, os autores fizeram três tipos de testes. O primeiro deles consistiu em comparar a idade e o tempo de residência em Minas Gerais dos “não-mineiros transgressores” com os “não-mineiros não-transgressores”, que fizeram pelo menos um movimento intra-estadual no quinquênio 1986-91. Para os indivíduos de 5 a 9 anos de idade e mais de 9 anos de idade, calcularam-se o número e proporção de pessoas que declararam tempo de residência em Minas Gerais igual à idade.

A proporção de “não-transgressores” com idade igual ao tempo de residência já foi muito alta (23% para aqueles entre 5 a 9 anos de idade e 8% entre aqueles com 10 ou mais anos de idade). Entre os “transgressores” foi inaceitável (61% entre os mais jovens e 34% entre os que tinham 10 ou mais anos de idade). A conclusão parcial foi que estas proporções apontam para a existência de sérios problemas na informação de última etapa, referente ao tempo de residência dos “não-mineiros transgressores”.

Outra constatação foi que uma proporção muito alta dos “transgressores” não teria indicado o município de residência imediatamente anterior, mas apenas Minas Gerais como a UF onde ele se localizava. Portanto, teriam feito, pelo menos, um movimento intra-estadual, porém sem nomear o município de residência anterior. Passou-se a investigar a distribuição dos que informaram ou não o município de residência anterior, entre todos os que fizeram o movimento intra-estadual.

Ao comparar os “transgressores” com os migrantes intra-estaduais “não-transgressores”, do quinquênio 1986-91, constatou-se que os últimos apresentaram uma proporção muito menor, sem identificação do município de residência anterior.

Posteriormente, supôs-se que o quesito de data fixa estaria correto, e, conseqüentemente, desconsiderou-se a informação do tempo de residência no estado, uma vez que não se poderia estar residindo há mais de 5 anos na UF se em 1986 o migrante morava em outro estado. Pelos dados do quesito de última etapa, todos os “transgressores” informaram Minas Gerais como última UF de residência⁴, isto é, teriam realizado um movimento intra-estadual depois da migração interestadual, feita após 1986.

Comparando os “transgressores” com os “não-transgressores” de data fixa (residiam fora de Minas Gerais em 1986), percebeu-se que não há nenhuma razão para que quase todos os primeiros tenham feito movimento intra-estadual, sendo que apenas 6,8% dos segundos o fizeram.

O último teste consistiu em analisar a informação sobre a naturalidade (mineiro ou não-mineiro) dos filhos dos chefes de domicílios transgressores, a

⁴ No entanto, como visto, pouquíssimos teriam sido os que indicaram o município de residência anterior.

fim de se verificar a consistência do tempo de residência dos pais transgressores com a idade e naturalidade dos filhos.

Verificou-se que 42,7% dos filhos acima de 10 anos de idade e 58,3% daqueles com 5 a 9 anos eram não-mineiros e tinham idade menor que o tempo de residência do pai, isto é, teriam nascido fora de Minas Gerais, enquanto os pais, pela informação do tempo de residência em Minas, moravam neste estado. Se a naturalidade dos filhos estiver correta, o que é provável, estes percentuais são totalmente irrealistas.

Os autores chegaram a conclusão de que os erros devem-se a dois motivos: ao preenchimento incorreto por parte dos enumeradores, como atesta a alta proporção de “transgressores” com tempo de residência na UF igual à idade, mesmo entre os não-naturais da UF; à má declaração dos respostas quanto ao tempo ininterrupto de residência. Assim, fica bastante evidente que, no que se refere aos “transgressores”, a informação de data fixa é mais confiável que a de última etapa. Dada estas conclusões, os autores propõem:

- “quanto ao último quinquênio (1986/91), acrescentar todos os transgressores, os que declararam tanto de 5 a 9 anos de residência na UF, quanto 10 anos ou mais”;
- “retirar dos imigrantes do primeiro quinquênio (1981/86) todos os transgressores que declararam residir na UF de 5 a 9 anos e, acrescentar ao resultado uma proporção de transgressores igual àquela observada no segundo quinquênio” (Carvalho *et al*, 1998a.:10).

As sugestões acima serão levadas em consideração no capítulo 5 desta tese.

Vale ressaltar que o trabalho de Carvalho *et al* (1998) é apenas um exemplo das oportunidades de estudo a partir de uma fonte de informações tão rica como o Censo Demográfico brasileiro de 1991. A disponibilidade dos três quesitos mais importantes aumenta sobremaneira as possibilidades de estudo das migrações, algumas delas já apontadas por Carvalho e Machado (1992).

Parte dos aspectos salientados por esses autores serão retomados aqui, na medida em que guardam estreita relação com os objetivos desta tese, além de permitirem uma melhor compreensão do estabelecimento de novas

alternativas para a análise da mobilidade espacial dos migrantes, que são apresentadas e discutidas no Capítulo 3.

Com o quesito lugar de última residência era possível calcular, no Censo de 1980, os ganhos e perdas populacionais entre pares de unidades espaciais, relativas à última etapa migratória, dentro do período analisado. A origem do imigrante se referia a algum momento da década de 1970 e apenas o destino se referia a uma data fixa (data do Censo). Portanto, a diferença entre os imigrantes e os emigrantes não era, exatamente, o saldo migratório, pois este tem que ter como referência duas datas fixas.

Acrescente-se, aliás, que a diferença entre imigrantes e emigrantes calculada pelo quesito lugar de última residência pode até ser negativa sem que o saldo migratório seja negativo. Basta haver proporção muito significativa de *emigrantes de passagem*, isto é, que apenas passaram pela unidade de análise, entre o início e o final do período considerado.

Por outro lado, a diferença entre imigrantes e emigrantes, calculada pelo quesito lugar de última residência, também pode ser positiva sem que o saldo migratório o seja. Este seria o caso em que houvesse participação expressiva de *imigrantes de retorno pleno*, ou seja, que saíram e retornaram no decênio em questão (1981/1991).

A informação do quesito de data fixa do Censo de 1991 permite o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades espaciais, entre os anos de 1986 e 1991. O imigrante não residia na unidade espacial em 1986, mas sim em 1991; o emigrante residia em 1986, mas não em 1991. Porém, nada se conhece sobre as etapas intermediárias.

Carvalho e Machado (1992) ressaltam que esse saldo migratório é conceitualmente semelhante àquele produzido pelas técnicas indiretas⁵, mas apresentam as seguintes vantagens:

⁵ De acordo com a terminologia da United Nations (1970), quando se fala de quesitos relacionados à migração, os meios para o tratamento da informação censitária são conhecidos como *técnicas diretas* de migração. Por outro lado, chama-se de *técnicas indiretas* o procedimento que estima o saldo migratório de um determinado período através da diferença entre uma população esperada, caso não houvesse migração - portanto, estimada com funções de fecundidade e mortalidade adequadas -, e a população efetivamente observada. Este ponto será retomado no próximo capítulo.

- o período a que os saldos se referem é menor do que o período intercensitário.

Pode-se argumentar que a recíproca é verdadeira, pois não é possível o cálculo do período intercensitário, caso este seja o interesse. Pelo menos, sem o auxílio das técnicas indiretas.

- são cálculos e não estimativas.

Também pode-se argumentar que se houver subenumeração de migrantes não há como corrigir ou ajustar os resultados⁶.

- calculam-se os saldos para pares de unidades espaciais e não para a unidade espacial em relação ao resto do mundo, além de produzir dados separados para emigrantes e imigrantes.

Esta é uma vantagem inequívoca que, no entanto, deverá ser complementada com estimativas indiretas, caso se queira inferir algo sobre migração internacional. Se a população do país for aberta, como no caso brasileiro nos anos 80, a soma dos saldos migratórios de uma UF em relação a todas as demais UF não fornecerá o saldo migratório total, ou perda líquida total da população no período, pois estarão faltando os emigrantes internacionais.

O quesito sobre município de residência e situação do domicílio em 1º de setembro de 1986 permitirá redistribuir a população residente no Brasil, em 1991, segundo as unidades de residência, em 1986. Como as pessoas que faleceram depois de 1º de setembro de 1986 não estarão incluídas, será possível estimar a população real residente em 1º de setembro de 1986, com

⁶ Em recente trabalho, Fernandes e Leporace (1998) argumentam que isso deve ter ocorrido na Contagem da População de 1996, realizada pelo IBGE. A necessidade de comprovação de, pelo menos, 5 anos de residência no Distrito Federal (DF), para se beneficiar de certos serviços e bens públicos, teria induzido os imigrantes a declarar residência no DF em 1991. Vide:

FERNANDES, D., e LEPORACE, M. Utilização das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego para estudo na área de migração – dificuldades iniciais. In: ANAIS DO XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, 1998.

exceção das que fizeram emigração internacional, através de relações de sobrevivência apropriadas. Com a população reconstituída, estima-se também o saldo migratório do quinquênio 1981/1986, por técnicas indiretas, ainda que com distorções causadas pela emigração internacional.

Na Contagem da População de 1996 foi incluída uma questão que indaga sobre a UF de residência há exatamente 5 anos atrás, em 1º de setembro de 1991. Portanto, dispõe-se do quesito de data fixa na Contagem Populacional de 1996. Este é outro avanço extraordinário. Não se trata apenas de se ter informações de população em meados dos anos 90, cuja relevância para o planejamento sócio-econômico, por si só, dispensa comentários. Em termos de metodologia, pode-se repetir o mesmo exercício de reconstituição da população, em nível de UF, para o ano de 1991. Será exeqüível comparar a população reconstituída com a população recenseada, aprofundando a discussão sobre a qualidade do quesito data fixa, além de permitir inferências preciosas sobre a emigração internacional, entre 1991 e 1996.

2.5 Síntese e considerações finais

Este capítulo procurou demonstrar as características dos quesitos censitários mais comuns, no tocante às migrações. Nota-se a variedade de conceitos referentes a cada uma das questões e, conseqüentemente, de interpretações. Isso exige muita atenção, mas ao mesmo tempo abre um rico leque de possibilidades analíticas.

Geralmente, dispõe-se de um número extremamente limitado de quesitos sobre migração em um único censo. Muitas vezes o pesquisador não tem alternativas e precisa adaptar o dado de acordo com seus propósitos analíticos e vice-versa. Por outro lado, a preferência por este ou aquele dado depende muito dos objetivos do trabalho, em parte delimitado pelas próprias áreas temáticas de interesse. Há aqueles que priorizam a informação de data fixa, enquanto outros preferem o uso mútuo de “lugar de última residência” e “duração de residência”. No entanto, o Censo brasileiro de 1991 é extremamente peculiar e rico para a análise da migração, uma vez que incorpora todos esses quesitos.

Neste ponto da abordagem, os próximos objetivos da tese ficam mais claros. Dada a disponibilidade, no Censo de 1991, de praticamente todos os quesitos relevantes para a análise migratória, as questões levantadas por Rees (1985) e Doeve (1986) podem ser aprofundadas, mas a partir de um outro ponto de vista, qual seja, o uso simultâneo dos quesitos. As técnicas diretas e indiretas também serão utilizadas, tendo em vista:

- a reconstituição da população para o ano de 1986;
- a estimação dos saldos migratórios, inclusive internacional, no total da população e no crescimento demográfico dos períodos 1981/91, 1981/86, 1986/91; e
- a interpretação demográfica das diferenças entre as informações resultantes dos quesitos de último lugar de residência e data fixa: as diversas etapas dos movimentos migratórios, a emigração por etapas e a *migração de retorno pleno*.

Até aqui, a abordagem limitou-se à exposição dos quesitos normalmente disponíveis em censos demográficos, levando em conta as vantagens e limitações inerentes às informações. Nota-se que o conceito de migrante muda de acordo com o dado utilizado. O argumento implícito nestas discussões é que os conceitos, ainda que diferentes, são compatíveis (Rigotti, 1994). Ao se diferenciarem, mantendo a compatibilidade, revelam aspectos da realidade populacional nem sempre enfocados pelos estudos demográficos. Para tentar captar a complexidade do fenômeno migratório, especialmente do ponto de vista dos múltiplos movimentos espaciais, as metodologias disponíveis devem ser revistas e, se possível, aprofundadas. Demonstrar o que estava implícito até aqui é a intenção do próximo capítulo.

3 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A ESTIMAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

O objetivo deste capítulo é discutir os métodos de estimação das migrações normalmente usados a partir dos quesitos censitários. A discussão será conduzida com a finalidade de interpretar os diferentes resultados encontrados através da aplicação das técnicas. As diferenças são esperadas, haja vista que os conceitos dependem de cada dado utilizado. Entretanto, uma maior exploração das técnicas direta e indireta de estimação pode auxiliar a análise do processo migratório.

No capítulo anterior, mostrou-se que os dados diretamente relacionados à migração permitem o cálculo do número de imigrantes, sobreviventes à mortalidade e à *remigração*, em um intervalo de tempo, a origem dos fluxos e o lugar de residência, em uma determinada data anterior ao censo. Através de técnica indireta estimam-se, para um período compreendido entre duas datas, os saldos líquidos migratórios, sem desagregação dos imigrantes e emigrantes envolvidos no processo, ou quaisquer informações sobre fluxos.

Nas próximas seções, expõem-se as diferenças entre os conceitos de migrante que serão utilizados e comparam-se as técnicas de estimação da migração. Será também abordada uma metodologia para auxiliar a análise do processo migratório, enfocando-se os saldos de um decênio e de dois quinquênios, além da reconstituição da população 5 anos antes do censo. Finalmente, propõe-se uma tipologia da dinâmica migratória regional, tendo como base os dados censitários de migração.

3.1 O migrante segundo a técnica indireta

Na interpretação dos saldos migratórios estimados através de técnica indireta, algumas de suas características devem ficar bem claras para facilitar a análise dos resultados. A primeira delas refere-se aos locais de residência nas

duas datas limites do período de análise⁷. Ao se trabalhar com dois censos consecutivos, considera-se imigrante a pessoa que residia na região em estudo no segundo censo, mas não no primeiro. O emigrante será aquele que residia em uma região no primeiro censo, mas estava em outra na data do segundo censo. Trata-se, portanto, de pessoas que sobreviveram, tanto à mortalidade, quanto à *remigração*.

Existem crianças que nascem durante o período intercensitário. Quando elas migram com seus pais, há o chamado efeito direto da migração. O imigrante será a criança que não nasceu na região onde foi recenseada, mudou-se para lá durante o período intercensitário e não *remigrou*. O emigrante será quem nasceu na região após a data do primeiro censo, saiu e não retornou antes do segundo censo.

No entanto, existe também o conhecido efeito indireto da migração, referente aos filhos de migrantes que nasceram na região de destino dos pais, não morreram e dela não saíram (efeito indireto da imigração), ou que não retornaram à região de origem dos pais (efeito indireto da emigração).

Vale lembrar que a estimação indireta da migração corresponde ao resultado líquido do saldo migratório de um determinado período, isto é, não considera aqueles que saíram após a data inicial, mas retornaram antes da data final, tampouco aqueles que entraram após o início do período em questão, mas saíram antes de seu final.

Quando entraram mais migrantes do que saíram, o saldo migratório é positivo, ocorrendo o contrário quando o saldo é negativo. Saldo migratório nulo não significa, necessariamente, ausência de fluxos migratórios. Os volumes de imigrantes e emigrantes podem ser iguais, produzindo um saldo nulo. O saldo da população total também pode ser nulo quando ocorrer alternância de saldos positivos e negativos nos diversos grupos etários que se compensem totalmente.

Pode ainda ocorrer que os saldos sejam nulos para a população já nascida na data do primeiro censo, porém negativos ou positivos para a

⁷ Para uma análise mais detalhada do conceito de migrante, tendo-se como base as técnicas indiretas de estimação da migração, ver Carvalho (1982) e Rigotti (1994).

população nascida durante o período intercensitário. Esta seria uma evidência da existência de fluxos migratórios da população já nascida no primeiro censo, e também de diferenciais de fecundidade e/ou natalidade nos diversos grupos etários dos migrantes (Carvalho, 1982).

Também importante para a análise das migrações, a partir de estimativas indiretas, é a definição de taxa líquida de migração (TLM). Esta pode ser o quociente entre o saldo migratório e a população observada no final do período. Quando a taxa for positiva corresponderá à participação do saldo migratório em relação à população observada no segundo censo. Se a taxa for negativa, será interpretada como a proporção em que a população observada no segundo censo foi diminuída, devido à migração (Carvalho, 1982).

Evidentemente, a definição da taxa depende do objetivo do trabalho. Por exemplo, quando a taxa for usada para verificar a participação do processo migratório no crescimento populacional entre duas datas fixas, seria mais aconselhável utilizar a população esperada, fechada, durante o período em questão, como denominador da taxa líquida de migração (Carvalho e Rigotti, 1999).

Estas considerações são relevantes porque não há uma única definição de taxa líquida. Rogers (1989) fez algumas ponderações bastante oportunas sobre os problemas inerentes à algumas definições de taxas, que também servem para se ter uma idéia das próprias limitações da técnica indireta. Para o autor, os resultados da técnica indireta não são claros, porque as taxas usadas confundem mudanças na propensão à migrar, com mudanças nos estoques populacionais. Também não esclarecem os padrões da dinâmica espacial.

Um dos problemas apontados é a ambigüidade da TLM, quando definida como a diferença entre os fluxos de imigração e emigração divididos pela população que experimenta ambos - população da região no início do período. Nesse caso, a taxa de emigração é uma probabilidade, na medida em que divide o número de vezes que um evento, emigração, ocorreu durante um período, pelo número de pessoas expostas ao risco de experimentar aquele evento.

Por outro lado, a taxa de imigração é uma medida de prevalência e não probabilidade. O numerador corresponde ao cálculo da ocorrência de um evento particular, imigração, mas seu denominador não é um cálculo do número de pessoas que deveriam experimentar o evento. Ao contrário, seu denominador é a população que estava exposta ao risco de emigrar.

“Desde que a taxa líquida de migração é a diferença entre uma medida de prevalência e uma taxa verdadeira, ou probabilidade, sua interpretação é necessariamente ambígua” (Rogers, 1989:3).

Observa-se que o cuidado com a definição da TLM é fundamental, caso contrário as conclusões podem ser equivocadas. As colocações de Rogers (1989) esclarecem que não há sentido lógico em se definir TLM com população ao início do período no denominador. Seguindo o raciocínio do autor, poderíamos dizer que não se deveria usar no denominador a população na metade do período em questão. Esta também não seria a população exposta ao risco de emigrar.

Outro ponto salientado por Rogers (1989), para mostrar os problemas da técnica indireta, é que a TLM de uma região é função da sua própria taxa de emigração e das taxas de emigração de todas as outras unidades espaciais para esta região, ponderada pelo número de pessoas inicialmente residindo em cada região de origem⁸.

A cada par de taxas de imigração e emigração associam-se diferentes distribuições espaciais de populações, que resultarão em diferentes TLM. Por outro lado, a distribuição espacial inicial de uma população pode gerar uma mesma TLM a partir de um leque de taxas possíveis de imigração e emigração. No longo prazo, as implicações sobre a distribuição espacial e os fluxos populacionais poderão ser muito diferentes (Rogers, 1989:4).

Enfim, uma TLM incorpora as influências da distribuição espacial da população e das probabilidades de migração. Assim como a TLM não é uma probabilidade, também não diz nada sobre a origem dos fluxos, centrando-se apenas na região de destino.

⁸ Portanto, o autor utiliza outro conceito de TLM como exemplo, com população das áreas de origem, no início do período, como denominador.

Estas considerações de Rogers deixam claro a importância da definição da taxa líquida, ao mesmo tempo em que expõe as limitações da técnica indireta. Deve-se lembrar, no entanto, que a taxa utilizada nesta tese - população ao final do período como denominador - não deve ser interpretada como probabilidade, uma vez que não se trata de população exposta ao risco de experimentar o evento. Também não se pode dizer que o saldo migratório do numerador seja um evento ou soma de eventos. Trata-se da resultante final de um processo mais amplo, que sintetiza múltiplos movimentos ocorridos entre duas datas fixadas previamente. Interessa, aqui, o impacto deste resultado sobre a população observada e seu significado frente a uma gama de outras informações, que serão analisadas conjuntamente.

3.2 O migrante segundo a técnica direta

Chama-se técnicas diretas o processo de estimação através da utilização dos quesitos censitários referentes aos migrantes, que foram analisados em maiores detalhes no capítulo anterior. Alguns aspectos devem ser lembrados, a fim de ressaltar as diferenças em relação às técnicas indiretas. A informação “lugar de última residência” refere-se àqueles que residiram em outra unidade espacial que aquela onde recenseados, independentemente do local de residência na data do Censo anterior, que poderá ser até mesmo aquele de residência atual. O censo brasileiro permite combinar o quesito “lugar de última residência” com o “tempo de residência”, pois ambos são perguntados para aqueles que moram no local há menos de 10 anos. A partir daqui, à combinação destes dois quesitos será denominada “*última etapa*”, ou seja, um único termo contendo tanto uma dimensão espacial, quanto temporal.

Também enquadram-se nas técnicas diretas as informações resultantes da pergunta sobre o município, UF e condição de residência há 5 anos atrás, disponíveis no Censo de 1991. As informações obtidas a partir destes quesitos referem-se a imigrantes e emigrantes de datas fixas, portanto de conceito semelhante àquele dos imigrantes e emigrantes implícitos no saldo migratório obtido por técnica indireta. O imigrante não residia na região em estudo na data

referente ao início do período, apenas na data final. O emigrante residia na primeira data, mas não na segunda.

Rogers (1989) comenta a superioridade da informação de data fixa para a sua utilização em modelos de projeção populacional. As taxas geradas representam movimentos direcionais relacionados à população que experimenta o risco de migrar; podem gerar mudanças nos fluxos que surgem de mudanças nos tamanhos da população exposta ao risco de se mover (algo que os modelos de taxas líquidas não podem, pois consideram o tamanho da população de destino); e permitem que os usuários mantenham informações como lugar de nascimento e de residência anterior, que pode diferenciar taxas de migração de retorno daquelas de não-retornados, por exemplo.

Percebe-se que Rogers apresenta vantagens inequívocas do uso da informação direta, particularmente do quesito de data fixa para a mensuração dos saldos migratórios regionais. Mas, assim como no debate sobre as vantagens e limitações dos quesitos de data fixa, duração de residência e lugar de última residência concluiu-se que, dada a disponibilidade de todos eles, mais produtivo seria usá-los conjuntamente, o uso da técnica direta para o cálculo dos saldos migratórios não dispensa totalmente a técnica indireta.

Sendo o Censo brasileiro de 1991 o primeiro do País a incluir o quesito sobre lugar de residência há exatamente 5 anos atrás, um teste sobre a qualidade deste dado seria fundamental. Como Doeve (1986) observou, este quesito não pode ser corrigido ou ajustado, caso houvesse subenumeração, daí a importância de se compará-lo com resultados da técnica indireta e com os outros dados diretos.

Por outro lado, através do uso de funções de mortalidade adequadas poder-se-ia reconstituir a população residente há 5 anos atrás, bem como o saldo migratório do primeiro quinquênio, em caso do período intercensitário corresponder a 10 anos.

Por último, uma vez escolhida a unidade espacial de análise, o saldo migratório da técnica indireta refere-se ao resultado das trocas populacionais desta unidade com o resto do mundo. Portanto, inclui não só a entrada de

peças procedentes do exterior, mas também a saída de pessoas para fora do país.

Nas seções seguintes, recapitularemos alguns pontos das técnicas indiretas, que serão fundamentais para a análise do capítulo seguinte. Esta metodologia foi originalmente desenvolvida por Carvalho e Rigotti (1999).

3.3 Saldos migratórios e reconstituição da população

Nos próximos tópicos comentam-se alguns aspectos de um dos métodos para a estimação do saldo migratório ocorrido entre duas datas fixas, no caso, entre dois censos consecutivos, com a finalidade de facilitar a interpretação dos resultados dos capítulos 4 e 5. Em seguida, procura-se mostrar a viabilidade de se estimar o saldo migratório no quinquênio 1986/91, a partir do quesito do Censo de 1991 referente ao local de residência em 1986, assim como reconstituir a população residente nas diversas unidades espaciais em setembro de 1986. Por conseguinte, torna-se factível estimar o saldo migratório do período 1981/86. Posteriormente, avalia-se o potencial de investigação destes métodos.

3.3.1 A mensuração indireta dos saldos migratórios decenais⁹

Quando se utiliza uma técnica indireta, a migração é estimada através da diferença entre a população esperada, fechada, e aquela observada no censo seguinte. O trabalho, então, fica por conta de se estimar a população esperada.

Nesta tese, utilizar-se-á o método das Relações Intercensitárias de Sobrevivência (RIS) do País, ajustadas ao nível de mortalidade da região, cujos procedimentos estão detalhados em Carvalho (1982).

Este método só pode ser aplicado quando as relações intercensitárias de sobrevivência, isto é, a população de um dado grupo etário de um censo e a população da mesma coorte do censo precedente, forem de uma população

⁹ Todos os procedimentos e desenvolvimento metodológicos podem ser consultados em detalhes no seguinte trabalho: CARVALHO e RIGOTTI (1999).

fechada. Este era o caso da população brasileira nas décadas de 60 e 70, que serão consideradas no próximo capítulo. A vantagem da utilização deste método é que ele ameniza, nos saldos migratórios e, principalmente, nas TLM estimadas, as distorções causadas pelos erros de declaração de idade e problemas de cobertura censitária.

Para a década de 80, período central a que se refere o próximo capítulo, há evidências de que a migração internacional tenha sido significativa, o que desaconselha o uso das RIS do Brasil (Carvalho, 1996). No entanto, Carvalho (1996), inicialmente para a estimação do saldo migratório internacional, e Carvalho e Rigotti (1999), para a estimação dos saldos migratórios das regiões do País, sugeriram uma forma de correção da RIS, tendo em vista a influência da migração internacional.

A sugestão foi corrigi-la a partir de um ajuste da mortalidade, tanto do Brasil nos anos 80 em relação aos anos 70, quanto da região “j” em relação ao Brasil nos anos 80. Uma vez feita a correção dos níveis de mortalidade, está implícito o pressuposto de que o padrão de variação dos erros causados por má declaração de idade e deficiências da cobertura dos censos de 1970 e 1980 tenha se repetido entre 1980 e 1990.

A correção é feita da seguinte forma:

$${}^5 \overline{RIS}_{j,x,80/90} = RIS_{BR,x,70/80} * \frac{\frac{{}^5 L_{BR,x,80/90}}{\cancel{{}^5 L_{BR,x-10,80/90}}}}{\frac{{}^5 L_{BR,x,70/80}}{\cancel{{}^5 L_{BR,x-10,70/80}}}} * \frac{\frac{{}^5 L_{j,x,80/90}}{\cancel{{}^5 L_{j,x-10,80/90}}}}{\frac{{}^5 L_{BR,x,80/90}}{\cancel{{}^5 L_{BR,x-10,80/90}}}} =$$

$${}^5 \overline{RIS}_{j,x,80/90} = RIS_{BR,x,70/80} * \frac{\frac{{}^5 L_{j,x,80/90}}{\cancel{{}^5 L_{j,x-10,80/90}}}}{\frac{{}^5 L_{BR,x,70/80}}{\cancel{{}^5 L_{BR,x-10,70/80}}}}$$

Um aspecto fundamental para a confiabilidade dos resultados desta técnica é o uso de funções de mortalidade adequadas. Neste trabalho,

utilizaremos 4 diferentes funções de mortalidade, a fim de se estabelecer um intervalo no qual deve estar contido o verdadeiro saldo, além da função de mortalidade para o Brasil, retirada do trabalho de Carvalho e Pinheiro (1986).

Para isso, adotou-se um padrão do estado de São Paulo referente a 1980. Esta Tábua de Vida foi construída pela Fundação SEADE¹⁰, com a média de óbitos de 1979, 1980 e 1981, informados pelo Registro Civil. Para ajustar o nível da mortalidade ao ano de 1985, adotou-se o modelo relacional de logitos, tal como desenvolvido por Brass (1973).

Para cada estado duas outras tábuas foram gentilmente cedidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma de 1980 e outra de 1991. Uma tábua referente a 1985 foi gerada por interpolação linear.

3.3.2 Reconstituição da população, saldos migratórios quinquenais e emigração internacional

Além do saldo migratório decenal, serão estimados os saldos migratórios quinquenais. Estes serão estimados para 1986/1991 e para o período 1981/1986.

Para as pessoas com mais de 5 anos de idade em 1991, o saldo migratório do período 1986/91 é dado pela diferença entre aqueles que residiam na região em 1991 e os que nela residiam em 1986. Para a estimativa do saldo migratório de 1981/86, faz-se necessário reconstituir a população residente em 1986. Esta reconstituição será feita a partir das RIS corrigidas para os anos 80. Para isso, multiplica-se a população recenseada em 1991 que se declara residente em determinada UF, em 1986, pelo inverso da RIS do período 1986/91. O saldo migratório do primeiro quinquênio pode ser estimado pela diferença entre a população reconstituída em 1986 e a população esperada, estimada pela RIS do primeiro quinquênio. O saldo migratório de um decênio será, então, a soma do saldo migratório do segundo quinquênio e dos sobreviventes do saldo migratório do primeiro quinquênio (Carvalho e Rigotti, 1999).

¹⁰ SEADE. Tábuas de mortalidade para o estado e regiões administrativas de São Paulo, 1979/81. Informe Demográfico. n.14, São Paulo, 1984.

Um dos pontos mais importantes a ser ressaltado, no entanto, é o fato de que haverá um erro nas estimativas, diretamente proporcional à emigração internacional do segundo quinquênio.

Não haveria problemas caso a emigração internacional estivesse concentrada apenas no primeiro quinquênio. Por exemplo, se todos os emigrantes de um determinado local saíssem para o exterior entre 1981 e 1986, eles não seriam recenseados em 1991 e, evidentemente, esta parcela da população não teria que ser reconstituída e redistribuída em 1986. Isso estaria correto, pois esta população não seria mesmo observada em 1986, caso tivesse havido um censo ou contagem da população naquele ano. Quanto à população esperada em 1986, estimada através da aplicação das RIS quinquenais sobre a população de 1981, os emigrantes internacionais do primeiro quinquênio estariam corretamente incluídos. Nesta situação hipotética, nenhum dos dois saldos quinquenais conteria erros.

Por outro lado, se todos os emigrantes internacionais saíram para o exterior entre 1986 e 1991, não se poderia reconstituir e redistribuir, no ano de 1986, esta parcela da população. Haverá, na população reconstituída, um erro por falta como *proxy* da população que seria observada em 1986, igual aos emigrantes internacionais, data fixa, do quinquênio 1986/91.

Se o saldo migratório do segundo quinquênio for positivo, haverá um erro por excesso, pois os emigrantes internacionais não estarão incluídos. Este erro será “transportado” para o saldo do primeiro quinquênio, que conterà o mesmo erro, mas por falta. Quando o saldo migratório do segundo quinquênio for negativo, haverá um erro por falta, também “transportado” para o saldo do primeiro quinquênio, que conterà o mesmo erro, desta vez por excesso.

Estas considerações sobre os erros causados pela emigração internacional são essenciais para a análise dos saldos migratórios quinquenais, realizada no capítulo seguinte.

Não há como medir a emigração internacional, porém algumas inferências podem ser extraídas a partir da população estimada em 1986, através da taxa média geométrica de incremento anual do período 1980/91, por

coorte. Esta população seria próxima da real, caso o crescimento destes 11 anos tivesse sido constante.

Tendo em vista estas considerações, a diferença entre a população estimada (P_{86}^E) e reconstituída (P_{86}^R), em 1986, permite as seguintes inferências, em relação à emigração internacional do segundo quinquênio:

- 1) $P_{86}^E - P_{86}^R =$ emigrantes internacionais, data fixa, em 1986/91, considerados em 1986¹¹, se o ritmo do crescimento populacional de 1980 a 1991 tiver sido constante;
- 2) $P_{86}^E - P_{86}^R <$ emigrantes internacionais, data fixa, em 1986/91, considerados em 1986, se o ritmo do crescimento populacional tiver sido menor no segundo quinquênio;
- 3) $P_{86}^E - P_{86}^R >$ emigrantes internacionais, data fixa, em 1986/91, considerados em 1986, se o ritmo do crescimento populacional tiver sido maior no segundo quinquênio.

Analisar os possíveis erros da população estimada é uma tarefa complexa. Como as estimativas são feitas por coorte, o resultado será influenciado pelos diferenciais de mortalidade e migração, por faixa etária e entre os dois quinquênios. Por exemplo, a mortalidade de 0 a 4 anos de idade é maior que a de 10 a 14 anos e, portanto, dado dois censos consecutivos, a população estimada de 5 a 9 anos no meio do período poderá estar sobrestimada. O contrário deverá ocorrer nas coortes de idade mais avançada, enquanto nos grupos etários intermediários os erros deverão ser menores. Além disso, há que se considerar também a queda da mortalidade ocorrida no período intercensitário. Caso a queda tiver sido mais abrupta no segundo quinquênio, a população do meio do período poderá estar sobrestimada ao distribuir homogeneamente o declínio da mortalidade. No entanto, como o período de 10 anos é relativamente curto, os erros causados pela queda da mortalidade não devem ser muito expressivos.

Problema análogo refere-se à própria migração tanto interna, quanto internacional, pois ela poderá estar mais concentrada no primeiro ou no segundo quinquênio, além do diferencial por idade. No caso da emigração internacional, se esta tiver se concentrado no segundo quinquênio, contribuirá

¹¹ Em 1991, terão que ser multiplicados pela RIS de 1986/91.

para subestimar a população de 1986, pois a aplicação da taxa distribuirá homogeneamente o ritmo do crescimento populacional. O contrário ocorreria se a emigração internacional estiver concentrada no primeiro quinquênio, isto é, a população estará sobrestimada.

Levando em conta estas questões, os resultados da estimativa da população de 1986 e, conseqüentemente, do número de emigrantes internacionais devem ser interpretados como uma aproximação, até porque algumas coortes podem estar subestimadas e outras sobrestimadas.

3.4 Imigrantes e emigrantes implícitos no saldo migratório obtido por técnica indireta

Um dos problemas do método das relações intercensitárias de sobrevivência é não desagregar os imigrantes e emigrantes do saldo migratório. Para tal, seria necessário lançar mão de algum tipo de pressuposto. Como até o Censo brasileiro de 1980 não havia a informação sobre o lugar de residência 5 anos antes do recenseamento, a única forma de se inferir algo sobre os imigrantes e emigrantes do saldo era através da exploração dos dados referentes à última etapa migratória. Tentativas nesta direção já foram desenvolvidas por Rigotti (1994), e alguns dos procedimentos e pressupostos deste trabalho serão retomados a seguir, na medida em que foram o ponto inicial para o desenvolvimento subsequente deste capítulo.

Para analisar o comportamento das migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), desenvolveu-se um procedimento que tratava simultaneamente estimativas de mensuração direta e indireta das migrações. A primeira referia-se ao quadro completo dos imigrantes (de última etapa) intermunicipais da década, que não haviam *remigrado* e tinham sobrevivido à mortalidade, segundo os municípios de residência anterior.

Comparando estes imigrantes com aqueles implícitos no saldo migratório da década (imigrantes de datas fixas - 01/09/70 e 01/09/80), estimado através das RIS, havia uma diferença conceitual que, por pressuposto, foi considerada não significativa para a RMBH nos anos 70. As pessoas que residiam na região em 1970, emigraram durante a década e

retornaram antes de 1980 estavam incluídas entre os imigrantes calculados por mensuração direta, e não estavam contidas no saldo migratório estimado através das relações intercensitárias de sobrevivência.

Em relação aos emigrantes, sabe-se que a informação direta refere-se àqueles cuja residência anterior se deu no município em análise, independentemente do local de moradia na data do primeiro censo (1970). No caso da emigração, as divergências entre os emigrantes calculados por mensuração direta e aqueles implícitos no saldo migratório, produzido através das relações intercensitárias de sobrevivência, provavelmente seriam bem maiores do que no caso da imigração. Por se tratar de uma região dinâmica, certamente haveria significativa *remigração* de curto prazo.

O local que exerce papel importante como etapa intermediária no processo migratório (Belo Horizonte era um exemplo clássico dentro da RMBH) tende a apresentar uma emigração, se calculada por mensuração direta (última etapa), maior do que aquela implícita na estimativa de saldo migratório.

A maneira encontrada para se obter o número aproximado de emigrantes implícitos no saldo migratório da década de 70, foi subtrair do total acumulado de imigrantes metropolitanos de última etapa (excluiu-se do total de imigrantes os procedentes de municípios da própria metrópole), com menos de 10 anos de residência, calculados por técnica direta, o saldo migratório estimado por técnica indireta.

Assim, o número de imigrantes que não estavam na região em 1970 e estavam presentes em 1980, implícitos no saldo migratório da estimativa indireta, seria aproximadamente igual ao número de imigrantes da informação direta. Em outras palavras, pressupôs-se que a migração de retorno dentro da década não era significativa.

Havia razões objetivas para não se adotar o mesmo pressuposto em relação aos emigrantes de datas fixas e os de última etapa, uma vez que muitos apenas passavam temporariamente pela RMBH, sem fixar uma residência mais permanente, como, aliás, é comum em áreas altamente dinâmicas.

Esse procedimento causará erros significativos se a unidade espacial em questão se caracterizar, no período em análise, por forte *migração de retorno pleno*. Em compensação, elimina-se o efeito daquela emigração que tem a unidade espacial em análise apenas como um local de passagem (etapa intermediária) até o local de residência no final do período analisado, um fato bastante comum em se tratando de unidades espaciais de forte atração migratória.

Há ocasiões em que a unidade de análise não funciona como local de etapa intermediária. O número de emigrantes de última etapa poderá ser menor que dos emigrantes de datas fixas, porque provavelmente parte desses emigrantes farão, durante a década, pelo menos mais uma etapa migratória fora da unidade espacial. Assim, não estarão contabilizados entre seus emigrantes de última etapa ao final do período.

Os emigrantes de última etapa corresponderão exatamente aos emigrantes de datas fixas apenas quando a área de estudo não tiver funcionado como etapa intermediária e que, também, nenhum de seus emigrantes tenha usado, subseqüentemente, outra área como etapa intermediária.

De modo geral, espera-se que o número de emigrantes de última etapa das unidades com dinamismo econômico, seja superior àqueles de datas fixas, e que ocorra o contrário com aquelas unidades estagnadas ou decadentes. Esta idéia será explorada com maiores detalhes na última parte deste capítulo, quando se propõe uma caracterização da dinâmica migratória regional.

É importante notar o que explicaria as diferenças entre os resultados da mensuração direta, com dados de última etapa, e o saldo migratório, obtido por técnica indireta. Apenas na primeira haveria a presença de migrantes de curto prazo e múltiplas etapas migratórias (migração de retorno dos que partiram e retornaram dentro do período em questão, ou *remigração* daqueles que entraram no mesmo período). No saldo migratório por técnica indireta haveria a presença dos efeitos da migração internacional.

A disponibilidade da informação de data fixa no Censo Demográfico de 1991 permite novos avanços quanto às limitações do que foi discutido

anteriormente. Por exemplo, havia certo consenso em considerar que a migração dos que, nos anos 70, saíram e retornaram para a RMBH, era demograficamente não significativa, o que foi tomado como pressuposto em Rigotti (1994).

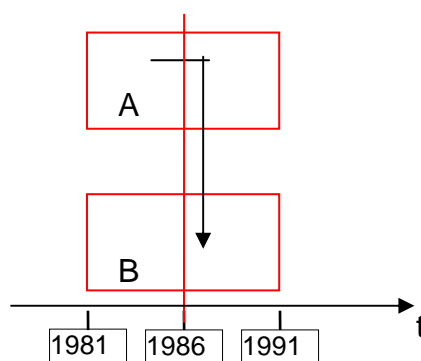
Pelo menos parcialmente, será possível verificar empiricamente o que foi tomado como pressuposto, graças ao quesito, em 1991, que se reporta ao local de residência em uma data fixa, combinado com o de lugar de última residência. Torna-se assim exequível um maior aprofundamento analítico da migração por etapas e da migração de retorno, dos fluxos ocorridos entre setembro de 1986 e setembro de 1991. Estes aspectos serão desenvolvidos a seguir.

3.5 A utilização dos dois quesitos da informação direta referentes a migrantes de última etapa e datas fixas

No Capítulo 2 demonstrou-se que os quesitos duração de residência, lugar de última residência e data fixa produzem resultados distintos. De certa forma, a escolha do quesito induz a análise, ou pelo menos, a restringe. As considerações a seguir procuram mostrar que, havendo disponibilidade de todos estes quesitos, muitas das restrições podem ser relativizadas e outras informações poderão revelar novos aspectos para o estudo da mobilidade espacial dos migrantes.

O Diagrama 1 mostra um tipo de movimento no qual o migrante sai diretamente de uma região A para outra B, após 1986. Este movimento seria captado pelos saldos migratórios decenal ou quinquenal, obtido por técnica indireta (o primeiro) ou mensuração direta (o segundo), uma vez que o migrante estaria em um lugar no início do período e em outro no final, isto é, houve troca do local de residência entre as duas datas fixas.

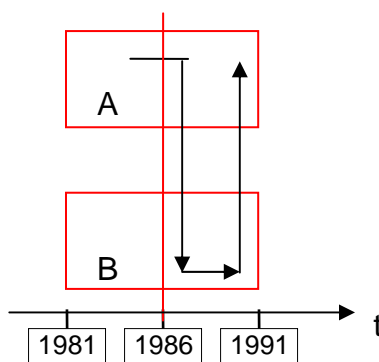
Diagrama 1



Em relação aos quesitos de migração, tanto o de última etapa quanto o de data fixa resultariam na mesma informação: no primeiro a pessoa declara o local A como o lugar de última residência; no segundo declara o local A como lugar de residência em 1986. Mas há situações em que isso não ocorre, como pode ser observado nos Diagramas 2 e 3, onde existem etapas intermediárias.

O Diagrama 2 mostra as possibilidades para o estudo da migração de retorno.

Diagrama 2



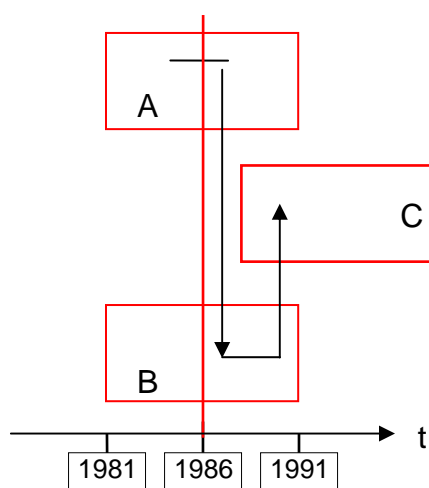
No Diagrama 2, os movimentos A-B e B-A não estão incluídos nos saldos migratórios decenal ou quinquenal, obtidos por técnica indireta ou mensuração direta. Afinal, o indivíduo estava no mesmo local de residência nas duas datas fixas definidas (1986 e 1991). Em contrapartida, a informação direta fornece algumas possibilidades para o estudo da migração de retorno, de curto prazo, daqueles que emigraram e retornaram dentro do quinquênio 1986/91.

Suponhamos a seguinte situação: o migrante do Diagrama 2 residia no município A em 1991, vindo do município B em 1988 e residia em A em 1986. No quesito de data fixa, o indivíduo declara o município A como local de residência em 1986. Também declara o município B como local de residência anterior. Sabe-se, então, que o indivíduo residiu por menos de 3 anos em B (saiu de A para B, após 1986, e em 1988 mudou-se para A novamente) e a migração é de *retorno pleno* dentro do quinquênio (residia em A em 1986, saiu e retornou dentro do período), sendo o indivíduo natural ou não do município A.

Esta última informação pode ser obtida através do quesito sobre naturalidade do indivíduo. Caso este seja natural de A, nada se saberá sobre seu lugar de residência antes de 1986, pois ele poderá ter morado ali desde o nascimento até 1986, ou feito vários movimentos migratórios entre o nascimento em A e o local de residência em 1986, também em A. Mas, se o indivíduo for natural de B ou de qualquer outro local diferente de A, pode-se deduzir que antes de 1986 este indivíduo fez, pelo menos, um movimento migratório até chegar em A.

O Diagrama 3 apresenta outra situação possível.

Diagrama 3



Assim como no Diagrama 2, a informação direta fornece dados importantes para a análise da migração por etapas. Desta vez, a situação seria a seguinte: o migrante do Diagrama 3 foi recenseado no município C em 1991,

vindo do município B em 1988 e residia em A em 1986. Nesse caso, o indivíduo declara o município A como local de residência em 1986 - quesito de data fixa - e o município B como local de residência anterior. Portanto, o indivíduo residiu por menos de 3 anos em B (saiu de A para B, após 1986, e em 1988 mudou-se para C), sendo o indivíduo natural ou não do município C. Trata-se, então, de um movimento migratório por etapas (A-B-C).

Nas estimativas de saldos migratórios decenal e quinquenal, estes movimentos terão contribuído com um ganho líquido em C, contraposto a uma perda líquida em A. Nada se saberá sobre a permanência em B, pois o indivíduo não residia ali nem no início do período, nem no final, isto é, nas datas fixas.

Também neste caso, se o indivíduo for natural de qualquer local diferente de A, pode-se deduzir que antes de 1986 este indivíduo fez, no mínimo, um movimento migratório até chegar em A. Se a pessoa for natural de B ou de C, houve migração de retorno em algum momento de seu ciclo de vida.

3.6 A dinâmica migratória das regiões

Todas estas considerações sobre os diferentes resultados dos quesitos censitários diretamente relacionados à migração permitem uma classificação das unidades espaciais de análise, segundo a predominância de determinado tipo de fluxo. Certamente, haverá muitos fluxos como aqueles representados no Diagrama 1, isto é, o migrante sai diretamente de uma região para outra, sem etapas intermediárias. Entretanto, o tratamento simultâneo da informação de data fixa e última etapa pode revelar aspectos importantes da mobilidade espacial dos migrantes.

Geralmente haverá mais imigrantes de última etapa *vis-à-vis* os de data fixa, pois todos os imigrantes de data fixa também o serão de última etapa, porém os *de retorno pleno*, por definição, não estarão incluídos entre os de data fixa, mas sim entre os de última etapa. Dada uma região, quanto maior a diferença entre o número total de imigrantes de última etapa e o total de imigrantes de data fixa, maior será a importância da *migração de retorno pleno*. Este tipo de imigrante está presente na região A do Diagrama 2.

Quanto à emigração, uma região pode apresentar maior ou menor número de emigrantes de última etapa em relação aos de data fixa. Se os emigrantes de última etapa forem mais numerosos, a região estaria funcionando como uma etapa intermediária do processo migratório: grande parte dos emigrantes de data fixa não *reemigrou* e/ou houve muitos imigrantes do período que *remigraram*, sem fazer *reemigração* posterior¹². Neste perfil se encaixaria o imigrante da região B dos Diagramas 2 e 3. Ao contrário, se os emigrantes de data fixa forem em maior número do que os de última etapa, significa que muitos emigrantes de data fixa *reemigraram* posteriormente. Este tipo de emigrante seria aquele representado na região A do Diagrama 3.

Nota-se que a análise da dinâmica migratória depende da referência espacial, isto é, das áreas de origem e destino, pois várias regiões estão envolvidas no processo migratório. Os dados de migração podem ser dispostos em uma matriz, como representada na Matriz A.

Matriz A: Dados de migração - Origem x Destino

Região de Origem	Região de Destino			Emigrantes
	A	B	C	
A	n_{11}	n_{12}	n_{13}	$n_{1.}$
B	n_{21}	n_{22}	n_{23}	$n_{2.}$
C	n_{31}	n_{32}	n_{33}	$n_{3.}$
Imigrantes	$n_{.1}$	$n_{.2}$	$n_{.3}$	N

A Matriz A representa os fluxos de uma área composta pelas regiões A, B e C. Cada linha contém o número de pessoas que deixaram sua região de origem e foram recenseadas nas regiões de destino – conforme disposto nas colunas. Portanto, na última coluna está o número total de emigrantes de cada

¹² *Remigração* e *reemigração* são termos que se referem a uma determinada unidade de análise. Remigração em relação a uma região é composta pelos imigrantes de um período que, em seguida, dentro do próprio período, mudam de residência para outra região. Reemigração em relação a uma região é composta pelos emigrantes de data fixa da região que, em seguida, dentro do mesmo período, mudam de residência para uma terceira região.

região ($n_{1.}$, $n_{2.}$ e $n_{3.}$). Por outro lado, cada coluna representa o número de imigrantes de acordo com a região de origem, cujo total está disposto na última linha ($n_{.1}$, $n_{.2}$ e $n_{.3}$). O total de imigrantes será igual ao total de emigrantes, representados por N , pois trata-se apenas das migrações internas. Como a matriz dispõe somente do número de migrantes, a diagonal principal é nula.

As matrizes dos dados de última etapa e data fixa são conceitualmente distintas. Tomando-se as áreas de destino como referência, os migrantes n_{ij} , das células da matriz com os dados de última etapa, podem apresentar três trajetórias diferentes, no intervalo de tempo 1986-1991, como já foi demonstrado nos Diagramas 1, 2 e 3. A primeira refere-se aos indivíduos que saíram do lugar onde moravam em 1986 e foram para a área de destino - local em que foram recenseados em 1991. A segunda é aquela na qual a pessoa chegou após 1986 em um lugar de destino, que era o mesmo local de residência em 1986 - *migrantes de retorno pleno*. Na terceira trajetória possível, o migrante chegou de um lugar que não era o mesmo da residência em 1986, que por sua vez era diferente do local de residência em 1991 - *migrantes de passagem*.

Os migrantes n_{ij} da matriz com as informações dos quesitos de data fixa podem apresentar duas trajetórias possíveis. A primeira é a mesma do Diagrama 1, ou seja, refere-se aos indivíduos que saíram do lugar onde moravam em 1986 - origem - e foram diretamente para o lugar de destino. A segunda trajetória possível é aquela na qual o local de residência em 1986 é diferente do de 1991, embora tenha havido uma etapa intermediária (Diagrama 3). Na matriz construída com os dados de data fixa, não estão presentes os *migrantes de retorno pleno*.

A diferença entre as matrizes de última etapa e data fixa reflete alguns dos aspectos resultantes do processo migratório, ocorridos durante o período. Torna-se factível elaborar uma tipologia para as regiões em análise, levando-se em conta a magnitude do número de migrantes de última etapa em relação aos de data fixa, a fim de se avaliar a importância da *migração de retorno pleno*, bem como das duas diferentes etapas, captáveis pelo censo, envolvidas na dinâmica migratória.

Para maior clareza, foram elaborados exemplos numéricos hipotéticos, com a finalidade de se explicitar as trajetórias dos migrantes. A seguir, a Matriz 1 apresenta os dados de última etapa, a Matriz 2, os dados de data fixa e a Matriz 3 representa a diferença entre a primeira e a segunda.

Torna-se essencial salientar que toda a discussão a seguir, baseada nas matrizes hipotéticas, formam um conjunto de população fechada. Também seria válida nos casos em que as regiões não recebessem imigrantes internacionais, ou se os recebendo, os imigrantes internacionais de data fixa não fizerem, após, um movimento inter-regional e se os imigrantes internacionais de última etapa não fizerem, posteriormente, um movimento inter-regional.

Na Matriz 1, os migrantes representados em cada célula são a soma das três trajetórias possíveis, comentadas anteriormente. O primeiro número refere-se aos migrantes cuja origem de última etapa é a mesma de data fixa (Diagrama 1). O segundo representa os *migrantes de retorno pleno*: a origem do movimento é o lugar de última residência, mas não são de data fixa - no início do período o indivíduo residia no mesmo local em que foi recenseado (Diagrama 2). O terceiro número destacado, mostra as pessoas que são migrantes tanto de última etapa, quanto de data fixa, mas cuja região de última etapa é diferente da de data fixa - migração em, pelo menos, duas etapas (Diagrama 3).

Matriz 1: Dados de Última Etapa

Região de Origem	Região de Destino			Emigrantes
	A	B	C	
A	0	6+4+ 5	7+3+ 1	26
B	9+5+ 8	0	2+3+ 6	33
C	4+3+ 6	6+2+ 9	0	30
Imigrantes	35	32	22	89
Imig. – emig. de u.e.	9	- 1	- 8	

Na Matriz 2, o primeiro número de cada célula é exatamente o mesmo valor daquele da matriz anterior, isto é, os migrantes têm a mesma origem, tanto de última etapa, quanto de data fixa (Diagrama 1). Como nesta Matriz só estão presentes aquelas trajetórias cujo lugar de origem é diferente do de destino, estão excluídos os *migrantes de retorno pleno* (não há o segundo número existente na Matriz 1). Assim, o segundo número destacado da Matriz 2 reporta-se àqueles que residiam em uma determinada região no início do período (que é aquela que aparece na Matriz 2, pois é de data fixa) depois saíram para outra área e ainda se dirigiram para um terceiro lugar, onde finalmente foram recenseados - migração em duas etapas (Diagrama 3).

Matriz 2: Dados de Data Fixa

Região de Origem	Região de Destino			Emigrantes
	A	B	C	
A	0	6+ <u>9</u>	7+ <u>6</u>	28
B	<u>9</u> + <u>6</u>	0	2+ <u>1</u>	18
C	<u>4</u> + <u>8</u>	<u>6</u> + <u>5</u>	0	23
Imigrantes	27	26	16	69
Saldo Migratório	- 1	8	- 7	

Os números destacados aparecem nas duas matrizes, mas eles situam-se em diferentes células da mesma coluna. É interessante observar que, exceto os *migrantes de retorno pleno*, todos estão nas duas matrizes. O último número de cada célula da primeira linha da Matriz 1 significa que **5** e **1** migrantes saíram de A para B e C, respectivamente, após 1986. A Matriz 2 mostra que eles estavam em C e B, respectivamente, no ano de 1986. Portanto, um contingente de **5** migrantes fez o trajeto C-A-B, enquanto **1** migrante fez o trajeto B-A-C. O mesmo raciocínio aplica-se às situações em que o lugar de última residência era B ou C. Nestes casos, as trajetórias foram

as seguintes: **8** migrantes fizeram o trajeto C-B-A; **6** realizaram a trajetória A-B-C; **6** seguiram o caminho B-C-A; e **9** percorreram a trajetória A-C-B.

Em suma, o primeiro número das células das duas matrizes são os mesmos, e não há *migração de retorno pleno* na Matriz 2. Por isso, o total de imigrantes será sempre maior na Matriz 1, e a diferença em relação à Matriz 2 é o número de *migrantes de retorno pleno*, como pode ser visto na Matriz 3, que mostra a diferença entre as Matrizes 1 e 2. Assim, nas regiões A, B e C havia 8, 6 e 6 *migrantes de retorno pleno*, respectivamente, perfazendo um total de 20 pessoas.

Matriz 3: Diferença das Matrizes 1 e 2

Região de Origem	Região de Destino			Emigrantes por etapas
	A	B	C	
A	0	0	- 2	- 2
B	7	0	8	15
C	1	6	0	7
Imig.retorno	8	6	6	20
$(I_{u.e} - E_{u.e.}) - SM 2$	10	- 9	- 1	

A coluna “*emigrantes por etapas*” da Matriz 3 pode apresentar valores positivos ou negativos. Será positivo quando predominarem os “*emigrantes de passagem*” pela região, isto é, pessoas que estavam em uma determinada região no início do período, posteriormente se dirigiram para outra, da qual *remigraram* para o local de destino. Quando o valor for negativo, há predominância de “*reemigrantes*” na região em questão, ou seja, pessoas que estavam em um local em 1986, saíram para, pelo menos, um segundo lugar e, então, se deslocaram novamente para uma terceira região onde, enfim, foram recenseados.

A análise destes movimentos depende da referência espacial e temporal, pois o “*emigrante de passagem*” em um local é o “*reemigrante*” em

outro. Vale lembrar, consideram-se apenas os fluxos internos em um intervalo de tempo determinado.

O papel de cada região na configuração da dinâmica migratória regional pode ser avaliado nas células n_{ij} das 3 matrizes. Dentro de cada célula, os valores da Matriz 3 mostram as características predominantes dos fluxos entre pares de unidades espaciais.

O fluxo A-B coincidentemente também é zero porque a soma $6+4+5$ da Matriz 1 é igual a $6+9$ da Matriz 2. Não há predominância dos *imigrantes de retorno pleno* de B, juntamente com os que vieram para A e depois se dirigiram para B, sobre aqueles que estavam em A e se dirigiram para outro local e daí foram para B. Portanto, o resultado zero não significa ausência de migração, e também tem significado diferente da diagonal principal.

O fluxo A-C indica que houve predominância de 2 migrantes que saíram de A, se dirigiram para, pelo menos, um outro local e daí foram para C, sobre aqueles que apenas passaram por A, ou seja, a *reemigração* a partir de A é mais significativa.

No fluxo B-A predominam os migrantes que saíram de B para A, vindos de outro local (ou seja, apenas passaram por B), sobre aqueles que saíram de B, passaram em outro local e depois se dirigiram para A, isto é, predomina a *emigração de passagem* em B. Os fluxos restantes são semelhantes ao fluxo B-A.

Outro aspecto relevante é que, conceitualmente, saldo migratório só pode ser considerado como sendo a diferença entre imigrantes e emigrantes da Matriz 2 (entre duas datas fixas). A última linha da Matriz 3 contém a diferença entre os imigrantes menos os emigrantes da Matriz 1 e o saldo migratório da Matriz 2. Como se observa nas matrizes, pelo menos teoricamente é até possível que os sinais destes dois resultados sejam opostos, sem que haja qualquer erro nos dados.

Em suma, pode-se dizer que a Matriz 3 é um indicador sintético da mobilidade espacial dos migrantes, compreendida entre duas datas fixas. Dentro do período, em determinada região pode prevalecer determinados tipos de migração, no que se refere às etapas do movimento. As características

predominantes em cada região podem estar espelhando as condições econômicas e sociais daquela área e certamente auxiliarão a análise do comportamento migratório regional.

Deve-se ressaltar que as matrizes facilitarão a organização dos dados, assim como propicia àqueles que não têm acesso aos microdados uma análise mais rica. No entanto, pode-se fazer a análise diretamente dos microdados. Neste caso, há, inclusive, a vantagem de se ter todas as variáveis sócio-econômicas referentes aos indivíduos participantes do processo migratório.

3.7 Considerações finais

As diferenças entre migrantes de última etapa e data fixa, antes de representar erros de informação, podem estar refletindo o grau de mobilidade espacial da população. Naturalmente, estes procedimentos metodológicos não devem dispensar a análise contextualizada dos casos mais significativos, pois diferença entre imigrantes e emigrantes de conceitos distintos, ou saldos migratórios modestos podem¹³ estar escondendo aspectos relevantes da realidade demográfica.

Finalmente, cabe um último comentário sobre a relevância do estudo da dinâmica migratória. O aprofundamento do estudo das migrações ocorridas em um quinquênio pode esclarecer o quanto da migração que não contribui para o verdadeiro saldo migratório de uma região. Isso é fundamental para exercícios de projeção populacional, uma vez que estas, geralmente, extrapolam taxas brutas do quinquênio que podem não contribuir para o crescimento populacional - *imigração de retorno pleno*, ou *emigração de passagem*.

Enfim, esta discussão pretendeu levantar uma gama de aspectos relacionados aos métodos de avaliação das migrações com a finalidade de estabelecer o marco conceitual para a análise que será empreendida nos próximos capítulos.

¹³ Como visto, saldo migratório tem que se referir a migrantes de data fixa.

4. SALDOS MIGRATÓRIOS E PERFIL DOS MIGRANTES EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO

Este capítulo enfocará o fenômeno migratório ocorrido nas últimas décadas em Minas Gerais e São Paulo, estados que sempre tiveram posição de destaque no Brasil, e forte inter-relação, tanto pelo volume do contingente de migrantes, quanto pelo relacionamento recíproco e recorrente de duas áreas vizinhas, ligadas por laços históricos, econômicos e sociais. Uma visão geral do comportamento demográfico brasileiro antecede a análise das migrações em Minas Gerais e São Paulo, com a finalidade de se contextualizar as transformações da dinâmica populacional, das quais os dois estados fazem parte.

Posteriormente, o papel das migrações no crescimento demográfico de Minas Gerais e São Paulo nos anos 60 e 70 será abordado, a fim de facilitar o entendimento do comportamento migratório destes estados nos anos 80 – tema central deste capítulo. Para o desenvolvimento desta análise, comparar-se-ão os resultados dos saldos migratórios decenais com os quinquenais, procurando investigar quais fatores explicariam os resultados obtidos pela aplicação da metodologia discutida no capítulo anterior.

Finalmente, analisam-se os resultados dos saldos da década de 80 e as informações de última etapa migratória. Pretende-se interpretar a importância da migração de retorno dentro do decênio e daquele tipo de emigração em que a pessoa não estava presente no início do período, entrou e saiu antes do seu final (*emigrantes de passagem*).

4.1 A dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas

No Brasil, o período compreendido entre as décadas de 60 e 80 foi atravessado por profundas alterações na dinâmica demográfica. A exemplo das duas décadas anteriores, os anos 60 foram marcados pelo processo de queda da mortalidade, início do declínio da fecundidade e manutenção de rápido crescimento populacional (Fernandez e Carvalho, 1986). De 1970 em diante,

verifica-se rápido declínio da fecundidade e queda no ritmo de crescimento da população (Carvalho, 1993).

Nos anos 60, fruto exclusivo do alto crescimento vegetativo, a população brasileira crescia a uma taxa média de 2,9% ao ano e mais da metade da população vivia em áreas rurais.

No entanto, já a partir dos anos 50, intensifica-se o processo de urbanização, com o enorme esvaziamento do campo. A taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% no período 1940-50 para 5,3% entre 1950-60. Nos anos 60 e 70 as taxas de crescimento continuaram muito altas, 5,2% e 4,4%, respectivamente. No período 1980-91, a taxa caiu para 3,0%, mas deve-se lembrar que a base demográfica era muito maior (Baeninger, 1997).

Este processo de urbanização é concomitante à integração econômica, ao intercâmbio entre as regiões e ao desenvolvimento do mercado nacional, iniciado nos anos 30, após a etapa do desenvolvimento primário exportador brasileiro.

Como lembra Baeninger (1997), as áreas com alguma densidade demográfica e facilidades administrativas vinculadas à exportação são, justamente, aquelas onde se concentram as atividades industriais, ou seja, na Região Sudeste, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Evidentemente, as transformações na dinâmica demográfica das regiões são diferenciadas, como pode ser observado nos saldos migratórios e na evolução da urbanização. Estimativas realizadas por Carvalho e Fernandes (1991)¹⁴ indicam a magnitude dos saldos migratórios nas décadas de 60 e 70. De modo geral, houve um crescimento expressivo no volume das migrações interestaduais e inter-regionais no País, entre as duas décadas.

A Região Norte passou de uma perda líquida de pouco mais de 51 mil indivíduos para um ganho de mais de 585 mil pessoas, ou seja, o saldo migratório líquido entre 1970/80 foi mais de 10 vezes o da década anterior.

¹⁴ As estimativas citadas nesta seção contêm apenas os efeitos diretos da migração, a fim de que se possa compará-las com os cálculos de saldos migratórios do período 1986/91, mais adiante.

O Nordeste, que perdera mais de 1,7 milhão de indivíduos nos anos 60, aumentou ainda mais o ritmo da evasão populacional, com saldo migratório negativo de 2,4 milhão de pessoas, consolidando-se como a região que mais perdia população no Brasil. Como se sabe, grande parte desta população dirigiu-se para os centros urbanos do Sudeste. Esta última, que na década de 60 apresentara um saldo positivo de pouco mais de 816 mil migrantes, teve um ganho de mais de 2,2 milhões de pessoas nos anos 70.

Fenômeno migratório dos mais relevantes também experimentou a Região Sul. Se na década de 60, ganhou pouco mais de 370 mil migrantes, no decênio seguinte perdeu mais de 1,6 milhão de indivíduos.

A única região que apresentou uma certa estabilidade nos saldos migratórios destas duas décadas foi a Centro-Oeste. Nos anos 60, seu saldo foi de quase 747 mil pessoas; nos anos 70, continuou com saldo positivo, mas um pouco menor que no período anterior, com ganho populacional de quase 640 mil migrantes.

Importa ressaltar que até os anos 70, as migrações causaram grande impacto no fenômeno da urbanização e redistribuição espacial da população, especialmente no crescimento das grandes cidades. No que tange às Regiões, este avanço da urbanização se deu de forma heterogênea. Em 1960, por exemplo, a Região Sudeste foi a única a apresentar participação da população urbana maior que 50,0%, quando a média nacional era de 45,0%; no Nordeste esta participação alcançava apenas 34,0%.

Quanto às áreas rurais, nos anos 70, a Região Norte foi a única a apresentar crescimento significativo (3,4%), enquanto o Sudeste, principalmente São Paulo, já tinha experimentado perda absoluta da população rural em 1970. Nesta década, o Nordeste apresentou crescimento populacional rural muito modesto (0,5%), ao passo que a Região Sul sofreu intensa perda de população, com taxa de crescimento de - 2,5% ao ano nas áreas rurais, devido ao esgotamento da fronteira agrícola do Paraná (Baeninger, 1997).

Em síntese, o período compreendido entre 1940 a 1980 foi marcado pela crescente concentração da população em centros urbanos de grande porte, especialmente nas áreas metropolitanas, e concentração econômica e

demográfica na Região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro (Baeninger, 1997).

Na década de 80, houve importantes mudanças no crescimento populacional das Regiões brasileiras. As Regiões Norte e Centro-Oeste foram as que tiveram as maiores taxas de crescimento populacional. Pela primeira vez, o aumento absoluto de população da Região Norte foi maior que o do Sul e que o do Centro-Oeste (Martine, 1995).

As outras três Regiões tiveram taxas de crescimento populacional abaixo da média nacional. Aqui também, outro fato inédito desde a década de 40: a taxa de crescimento do Sudeste foi menor que a do Nordeste, sendo seu crescimento absoluto menor na década de 80 do que na anterior. A redução do crescimento do Sudeste e a maior estabilidade do Nordeste fizeram com que a participação relativa destas regiões, no total do País, se alterasse pouco entre 1980 e 1991. O mesmo ocorreu na Região Sul, pois ela manteve reduzido ritmo de crescimento (Martine, 1995).

Evidentemente, todas estas transformações na dinâmica demográfica alteraram o padrão de urbanização dos anos 80. O Norte e o Centro-Oeste tiveram crescimento acelerado, devido ao dinamismo urbano da fronteira. O Sudeste teve as menores taxas de crescimento urbano, resultante de mudanças importantes no processo migratório. Afinal, os impactos da crise da “década perdida” afetaram particularmente as áreas mais industrializadas do País.

O Nordeste experimentou um elevado ritmo de crescimento urbano. Esta região foi a que apresentou a maior concentração de cidades com mais de 500 mil habitantes. Assim como no Centro-Oeste e no Sul, as vilas (localidades com menos de 20 mil habitantes) possuem importância significativa. Aliás, essa categoria só não é importante na Amazônia - a existência de pequenos núcleos é dificultada pelas grandes distâncias - e nos estados urbano-industriais, onde as pequenas localidades geralmente crescem ou são absorvidas por cidades maiores (Martine, 1995).

Não há dúvidas de que, no que se refere à dinâmica urbana brasileira, fenômeno dos mais relevantes é a evolução das Regiões Metropolitanas (RM).

O crescimento das nove RM do País teve seu auge na década de 70, quando contribuiu com mais de 40% do crescimento populacional total do Brasil. Esta proporção caiu para pouco menos de 30% nos anos 80. A participação relativa da população das RM praticamente não se alterou entre 1980 e 1991 (Martine, 1995).

A grande novidade fica por conta de São Paulo, que, assim como Rio de Janeiro e Recife, apresentou um crescimento relativo inferior ao do País. Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Belém tiveram crescimento muito menor do que na década de 70. Apenas Curitiba, Fortaleza e Salvador apresentaram crescimento médio anual acima de 3,0% nos anos 80.

Outro fato relevante é que, recentemente, o crescimento dos municípios periféricos das RM é bem maior que o das capitais, com exceção de Belém. Nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, os núcleos não foram capazes de absorver seu próprio crescimento vegetativo¹⁵.

Apesar do arrefecimento do crescimento demográfico das RM na década de 80, elas ainda foram responsáveis por quase 30% de todo o crescimento populacional do País. De qualquer forma, a queda foi um fenômeno de grande impacto sobre a dinâmica urbana brasileira.

Após esta visão geral sobre as transformações demográficas ocorridas no Brasil e sua heterogeneidade regional, a seguir enfoca-se os casos específicos de Minas Gerais e São Paulo.

4.2 As migrações em Minas Gerais e São Paulo nos anos 60 e 70

Desde 1940, São Paulo e Minas Gerais ocupam, respectivamente, a posição de primeiro e segundo estados mais populosos do Brasil. Em 1960, São Paulo concentrava 18,3% da população brasileira e Minas Gerais 14,1%. No entanto, enquanto 62,6% da população paulista já residia em áreas urbanas, em Minas 61,2% residia em zonas rurais.

A diversificação e dinamismo do parque industrial de São Paulo, associados ao seu intenso desenvolvimento urbano passam a atrair, cada vez

¹⁵ Para o caso específico da RMBH na década de 70 ver Rigotti (1994) e Matos (1995); sobre a RMSP ver Cunha (1994).

mais intensamente, migrantes de outros estados. Na década de 60, o estado cresceu a uma taxa média anual de 3,3%, graças ao extraordinário ritmo de crescimento da área urbana (5,9% ao ano), uma vez que na área rural houve crescimento negativo de 3,1% ao ano.

Por outro lado, no mesmo período, Minas Gerais apresentava uma proporção de população rural maior que a média brasileira e também o maior volume de residentes rurais do País (Rigotti e Carvalho, 1997). As altas taxas de fecundidade total nestas áreas, de 7,7 filhos por mulher em idade reprodutiva nos anos 60, segundo estimativa de Carvalho *et al* (1981) e o atraso relativo da indústria mineira, agravado pela recessão de 1962/1967 (Carvalho, *et al* 1998), delineavam um quadro favorável aos enormes fluxos de população.

Em 1970, São Paulo aumenta sua participação populacional, concentrando em seu território 19,1% da população brasileira. Minas Gerais, ao contrário, reduz sua participação para 12,3%, o que só podia ser explicado por uma notável perda populacional, dado seu crescimento vegetativo relativamente alto.

Os dois estados mais populosos do Brasil também tiveram os volumes mais expressivos de migrantes do País. São Paulo apresentou um ganho líquido de 1,7 milhão de pessoas, enquanto Minas uma perda de quase 1,6 milhão de indivíduos - considerando o efeito indireto - correspondentes a taxas líquidas de 9,6% e de -13,8%, respectivamente. Nos dois casos, há predominância dos grupos jovens adultos nos saldos migratórios. A maior parte dos migrantes que se deslocaram para São Paulo, assim como aqueles que deixaram Minas Gerais, constitui uma volumosa população em idade ativa, sendo que o impacto do saldo migratório na população ao final do período foi maior na faixa dos 25 aos 29 anos, em ambos os estados. A taxa líquida de migração para este grupo etário foi de 20,0%, em São Paulo e de -21,6%, em Minas Gerais, como atestam as estimativas de Carvalho e Fernandes (1991).

A taxa de crescimento em São Paulo aumentou de 3,3% ao ano, entre 1960 e 1970, para 3,5%, entre 1970 e 1980, isto é, um ritmo maior do que aquele verificado para a média brasileira, que foi de 2,9% e 2,5% ao ano, nas

respectivas décadas. Em Minas Gerais, nos mesmos períodos, a taxa de crescimento permaneceu no patamar de 1,5% ao ano, bem abaixo da média do País. Nos dois estados, estas taxas observadas só podem ser explicadas pelos saldos migratórios da década de 70.

O intenso avanço da industrialização brasileira nos anos 70, liderado pelo vigor da indústria paulista, foi acompanhado pelo processo generalizado de intensificação da urbanização. Em 1970, a maioria da população do Brasil, 55,9%, vivia em áreas urbanas. Ao lado do Rio de Janeiro - estado mais urbanizado do Brasil, devido ao enorme peso da cidade do Rio de Janeiro -, São Paulo constituía-se em um dos estados mais urbanizados, pois abrigava 80,3% de sua população em áreas urbanas. Neste ano, a maior parte dos residentes de Minas Gerais, 52,9%, habitava as áreas urbanas, percentual mais baixo do que a média brasileira.

Dez anos depois, 88,6% da população paulista e 67,1% da mineira residiam em centros urbanos. São Paulo se destaca com o maior saldo migratório intercensitário da história brasileira, tendo apresentado um ganho de mais de 3,5 milhões de pessoas na década de 70, somado o efeito indireto. Ao final do período, o saldo migratório foi responsável por um quarto da população recenseada em 1980, com idade entre 20 e 29 anos.

Por outro lado, Minas Gerais experimentou um arrefecimento da sua perda populacional, pois apresentou um saldo negativo de pouco mais de 1,4 milhão de pessoas, contra 1,6 milhão na década anterior. Sua taxa líquida de migração, que havia sido de -13,8% nos anos 60, passou para -10,7% no decênio seguinte (Carvalho e Fernandes, 1991).

A década de 70 foi, no Brasil, em geral, e particularmente em São Paulo, o momento culminante dos grandes saldos migratórios brasileiros, e o florescimento de duas realidades que se tornariam irreversíveis na vida nacional: a rápida queda da fecundidade e a urbanização. Estes dois fenômenos são fundamentais para se entender a posterior evolução das migrações internas brasileiras.

O declínio da fecundidade se refletiu no crescimento populacional do País. A taxa de crescimento médio anual caiu para 2,5%, pois até “o declínio

da fecundidade rural foi também generalizado, com uma queda média, em nível nacional, de 22,4%” (Carvalho, 1993). Iniciava-se, então, o processo de envelhecimento da população brasileira, que paralelamente ao esvaziamento das áreas rurais, terá como consequência futura a diminuição dos estoques populacionais, pelo menos em termos relativos, nas idades mais propensas à migrar, ainda que o impacto da queda da fecundidade sobre a natalidade não seja imediato.

De fato, como a fecundidade brasileira permaneceu alta durante várias décadas, a estrutura etária favorecia um alto crescimento demográfico. Com a queda da fecundidade, iniciada no final dos anos 60, tem início o arrefecimento do ritmo do crescimento populacional, mas este não é diretamente proporcional à queda da fecundidade. Dada a existência de grande proporção de mulheres em idade reprodutiva, a taxa bruta de natalidade (TBN) decresce menos que a fecundidade corrente.

“No entanto, o declínio da TBN, no princípio menor que o da fecundidade, faz com que comece a se estreitar a base da pirâmide etária, fenômeno este que, com o passar do tempo, tem repercussões sobre toda a distribuição da população pelos diversos grupos etários” (Carvalho, 1993).

No caso brasileiro, espera-se que a população com menos de 15 anos de idade não deverá crescer nas próximas décadas, apresentando até crescimento negativo em alguns quinquênios, enquanto a população entre 15 a 65 anos crescerá acima da média, mas em ritmo rapidamente decrescente. Os grupos etários mais jovens deste intervalo de idades irão apresentar baixas taxas de crescimento e até mesmo taxas negativas (Carvalho, 1993). Portanto, o estoque de população nas idades mais propensas à migrar diminuirá, ao menos em termos relativos, com o passar do tempo.

Outro fator fundamental, para o entendimento da dinâmica migratória recente, é o esvaziamento das áreas rurais. Nos anos 60, São Paulo apresentou o maior saldo migratório negativo das áreas rurais brasileiras (mais de 2,6 milhões de pessoas), considerando-se apenas o efeito direto da migração, seguido de Minas Gerais, onde a perda nas áreas rurais chegou a quase 2,4 milhões de indivíduos (Carvalho e Fernandes, 1991). Como grande

parte da emigração rural se dirigia, pelo menos na primeira etapa migratória, para a área urbana do próprio município, infere-se que volume considerável da migração com destino urbano tinha como procedência, em grande parte do País, as áreas rurais das próprias UF.

A grande diferença entre os dois estados é que as áreas urbanas de Minas Gerais experimentaram um saldo migratório positivo de pouco mais que 1 milhão de pessoas, não tendo sido capazes de absorver a maior parte da emigração rural, enquanto São Paulo, mesmo com a maior perda rural já ocorrida em uma única década no Brasil, não apenas absorveu, em grande medida, a sua própria população rural, como também a de outros estados, haja vista seu saldo migratório urbano positivo de quase 4 milhões de pessoas, sem contar o efeito indireto. Isso mostra a extraordinária capacidade do estado em atrair e absorver mão-de-obra de outros estados.

Na década de 70, mudaram os volumes dos saldos migratórios, mas o perfil dos deslocamentos populacionais continuou semelhante ao do período passado. Em Minas, o saldo migratório urbano positivo foi maior que o da década anterior (mais de 1,2 milhão de pessoas, desconsiderando o efeito indireto), mas a perda rural superou a marca dos 2,5 milhões de migrantes (apenas o efeito direto), a maior verificada nos anos 70. Mais uma vez, Minas não foi capaz de absorver seu imenso êxodo rural (Carvalho e Fernandes, 1991).

São Paulo também deu continuidade à trajetória passada. O saldo migratório rural negativo, de pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, caiu muito em relação ao verificado na década anterior. Em compensação, as áreas urbanas aumentaram ainda mais seu poder de atração, e os ganhos líquidos atingiram o pico dos 4,4 milhões de pessoas, não incluindo o efeito indireto. São Paulo e Minas Gerais apresentaram, respectivamente, o maior ganho líquido urbano e a maior perda líquida rural verificados no Brasil (Carvalho e Fernandes, 1991).

Cabem aqui algumas reflexões a respeito dos dois fenômenos que, como dito anteriormente, causariam grande impacto no processo migratório futuro. O veloz declínio da fecundidade no Brasil tem como consequência

inexorável o envelhecimento populacional, trazendo profunda modificação na estrutura etária. Além disso, o processo de queda da fecundidade tende à convergência entre grupos sociais e regiões, o que levará, cada vez mais, à diminuição dos diferenciais de fecundidade rural e urbano.

Por outro lado, nas décadas de 60 e 70 houve um verdadeiro esvaziamento das áreas rurais em Minas Gerais e São Paulo. Estas perderam, juntas, pouco mais de 5 milhões de pessoas nos anos 60 e 4 milhões de pessoas no decênio seguinte. Estes números gigantescos e o intenso ritmo de queda da fecundidade indicavam que não haveria mais as mesmas condições objetivas para que os imensos saldos migratórios verificados nas décadas de 60 e 70 continuassem por muito tempo.

4.3 As migrações em Minas Gerais e São Paulo nos anos 80

A economia brasileira passou por um forte período de crise e recessão nos anos 80, o que causou considerável impacto na dinâmica regional. As condições estruturais que davam suporte ao grande volume de imigrantes, transformaram-se substancialmente entre 1940-80. De fato, as regiões de crescimento industrial e de expansão da fronteira agrícola não geram a quantidade de emprego que antes ofertavam (Brito, 1997). Conseqüentemente, uma das principais áreas de destino dos emigrantes mineiros demonstrava nítidos sinais de esgotamento.

Por outro lado, parte das transformações ocorridas na “década perdida” podem ser vistas como uma extensão de processos iniciados anteriormente, como o arrefecimento no ritmo de crescimento populacional do País como um todo, e especialmente das Regiões Metropolitanas brasileiras. De fato, a crise da década de 80 foi acompanhada pela reconcentração das atividades modernas no Centro-Sul do País, redução dos investimentos estatais diretos e concentração regional e pessoal da renda (Diniz, 1987). Estes fatores atuaram no sentido de dificultar uma significativa desconcentração industrial, reforçando a concentração nas regiões mais dinâmicas do País. Contudo, essas áreas foram ampliadas, tanto para o interior de São Paulo, quanto de Minas Gerais, em detrimento das suas respectivas regiões metropolitanas.

A própria concentração urbana estimulou a geração das deseconomias de aglomeração, através, por exemplo, do aumento dos preços dos terrenos e dos aluguéis e custos inerentes ao controle do meio ambiente, além das pressões sobre o aumento dos salários. Para que ocorresse uma relativa desconcentração foi necessária a formação de economias de aglomeração em outros locais, o que, entre outros fatores, estimulou o crescimento da população nestes lugares (Diniz, 1987).

No que tange às migrações, as especificidades da complexa década de 80 podem ser mais detalhadas graças à disponibilidade, no Censo Demográfico de 1991, do quesito de lugar de residência em uma data fixa do passado, como demonstrado no Capítulo 3.

A Tabela 4.1 e os Gráficos 4.1 e 4.2 mostram as estimativas indiretas dos saldos migratórios de São Paulo e Minas Gerais feitas a partir do método das Relações Intercensitárias de Sobrevivência, corrigidas conforme sugestão de Carvalho (1996) e Carvalho e Rigotti (1999), comentada no capítulo anterior. Utilizou-se quatro Tábuas de Vida para o ajuste da mortalidade: uma da Fundação SEADE, representativa do estado de São Paulo, período 1979/81, e as outras do IBGE, para 1980, 1985 e 1991.

As tábuas foram construídas através dos dados do Registro Civil (método direto). Utilizou-se a tábua da Fundação SEADE para a mensuração dos saldos dos dois estados, ou seja, adotou-se um mesmo padrão e ajustou-se o nível da mortalidade para o ano de 1985; e as tábuas do IBGE foram construídas para cada um dos estados, referentes aos anos de 1980 e 1991 – as funções para o ano de 1985 foram obtidas através de interpolação linear.

Estimar os saldos com o uso de várias funções se justifica devido às incertezas sobre a verdadeira estrutura de mortalidade por idade dos anos 80, principalmente masculina. Na verdade, a utilização destas diferentes Tábuas de Vida tem por finalidade delimitar um intervalo no qual a verdadeira experiência migratória deve estar contida.

Tabela 4. 1 São Paulo e Minas Gerais: Saldos migratórios por sexo, segundo diversas funções de mortalidade - 1980/90.

Funções de mortalidade	SALDOS MIGRATÓRIOS – 1980/90					
	São Paulo			Minas Gerais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
SEADE 79/81	238.819	624.742	863.561	-466.063	-369.986	-836.048
IBGE 80	387.736	658.230	1.045.966	-389.848	-307.143	-696.990
IBGE 85	387.831	618.634	1.006.465	-419.876	-340.419	-760.296
IBGE 91	388.289	581.310	969.599	-447.868	-371.404	-819.272

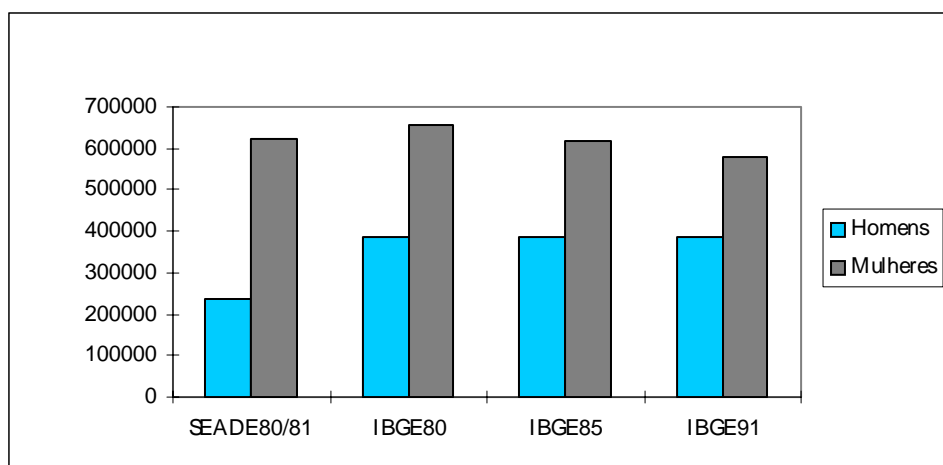
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Nota: nas estimativas estão incluídos apenas os efeitos diretos.

A escolha do padrão de mortalidade faz diferença na estimação dos saldos migratórios. O saldo positivo de São Paulo varia de 864 mil a pouco mais de 1,0 milhão, enquanto o negativo de Minas Gerais vai de 697 mil até 836 mil pessoas. Mas, quaisquer que sejam as funções utilizadas para a mensuração, percebe-se que os saldos migratórios foram bem menores que os das décadas de 1960 e 1970, tanto para Minas Gerais, quanto para São Paulo, o que reflete dinâmicas migratórias distintas – apesar de relacionadas entre si – entre os dois estados, uma vez que os saldos têm sinais contrários.

Se o auge da migração paulista se deu nos anos 70, com um saldo de 3 milhões de pessoas, considerando apenas o efeito direto, um saldo de, no máximo, 1,0 milhão de pessoas nos anos 80, ainda que volumoso, representa uma brusca queda em relação ao período anterior. Vale observar que os saldos migratórios femininos são maiores que os masculinos, quaisquer que sejam as funções utilizadas. O diferencial é maior com a função de mortalidade da Fundação SEADE, cujos resultados para a população feminina ficaram próximos da função “IBGE85”. Como o perfil de mortes por idade dos homens sofreu maiores alterações nos anos 80 que o das mulheres, o uso destes dois padrões de mortalidade causou maiores diferenças na população masculina, embora com a utilização das funções do IBGE os resultados tenham sido semelhantes entre si.

Gráfico 4. 1 Estado de São Paulo: Saldos migratórios por sexo, segundo diversas funções de mortalidade - 1980/90.



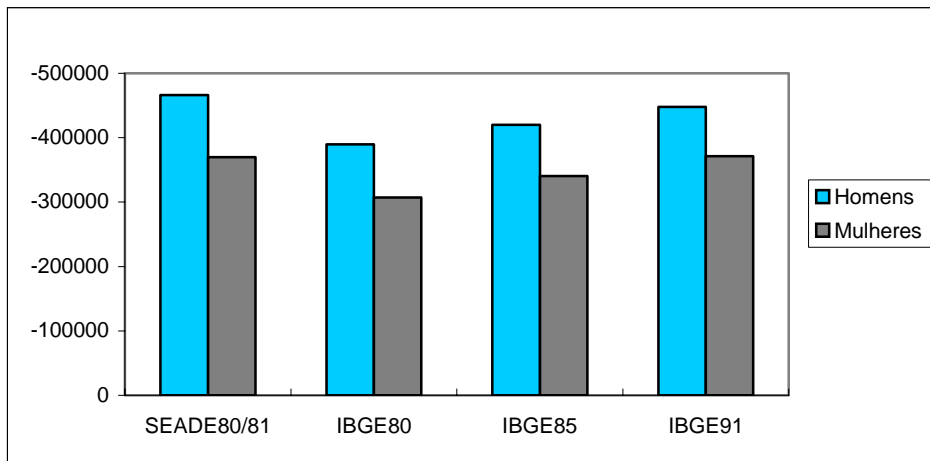
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Em outras palavras, a esperança de vida masculina produzida pelo padrão da tabela SEADE 79/81 é maior que as do IBGE. Uma das razões de não se considerar o padrão da Fundação SEADE como o mais representativo da experiência de mortalidade dos anos 80, é que quando esta tábua foi construída, o maior impacto da sobremortalidade masculina por causas externas ainda estava por ocorrer.

Comparando os resultados estimados através das tabelas do IBGE para os anos 1980, 1985 e 1991 percebe-se que a esperança de vida masculina não aumentou de modo significativo. Se, por um lado, a esperança de vida dos homens não apresenta ganhos relevantes devido à sobremortalidade por causas externas, as estimativas dos saldos migratórios também não variam significativamente entre si. Por outro lado, se a esperança de vida feminina aumenta, conseqüentemente os saldos positivos diminuem, uma vez que este é estimado por resíduo – diferença entre a população observada e esperada.

Quanto aos resultados para Minas Gerais, os saldos migratórios negativos também apresentaram queda: de 1,2 milhão nos anos 70 para entre 760 e 836 mil na década de 80. Neste caso, os saldos migratórios masculinos, negativos, são maiores que os femininos e a escolha do padrão de mortalidade faz maior diferença nos resultados das estimativas, mesmo quando usadas as tabelas do IBGE.

Gráfico 4. 2 Estado de Minas Gerais: Saldos migratórios por sexo, segundo diversas funções de mortalidade - 1980/90



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

A estimativa maior de saldo ocorre quando da utilização da função de mortalidade da Fundação SEADE. Também não se considera esta como a mais razoável, pelos motivos expostos acima. Em relação aos saldos produzidos pelas tabelas do IBGE para os anos de 1980, 1985 e 1991, o que se observa é um aumento consecutivo do volume dos saldos negativos, significando que a mortalidade diminuiu a um ritmo maior que o de São Paulo.

A explicação pode ser o fato de que São Paulo já apresentava níveis relativamente elevados de esperança de vida ao nascer, se comparado a Minas, o que, por si só, dificulta ganhos expressivos através da diminuição de mortes por causas mais facilmente evitáveis. Além disso, sendo mais urbanizado que Minas Gerais, o estado de São Paulo sofre mais intensamente os problemas típicos dos grandes centros urbanos, tais como o aumento do peso relativo de mortes causadas por homicídios e acidentes, por exemplo.

Como as funções de mortalidade da Fundação SEADE não incorporam os efeitos do aumento, durante a década de 80, da sobremortalidade masculina por causas externas, que afetam especialmente a população em idade ativa e, portanto, mais propensa a movimentos migratórios, consideramos que as funções de mortalidade do IBGE para 1985 são as que melhor expressam a realidade.

Ainda em relação aos aspectos demográficos, merece menção o comportamento migratório por sexo. Dada a reciprocidade das trocas migratórias entre os dois estados, as décadas de 60 e 70 foram bem coerentes, do ponto de vista da atração e perdas populacionais. Na década de 60, caracterizada pelo imenso êxodo rural mineiro, a maioria dos que deixaram o estado eram homens, enquanto em São Paulo a maior parte dos que chegaram também era do sexo masculino.

Na década seguinte, as mulheres mineiras compensaram a menor participação verificada nos anos 60 e apresentaram uma perda líquida maior que a dos homens; em São Paulo, no auge da atração populacional, entraram mais mulheres que homens.

O exame dos Gráficos 4.1 e 4.2 mostra que nos anos 80 houve uma inversão deste comportamento. São Paulo continuou atraindo mais mulheres, mas, desta vez, Minas perdeu mais pessoas do sexo masculino. O que aconteceu?

4.4 Detalhando a complexa década de 80: o papel da migração internacional

No período entre 1986 a 1991, o saldo migratório das pessoas com 5 ou mais anos de idade, calculado diretamente, através da informação de data fixa, mais o saldo estimado das crianças de 0 a 4 anos (apenas o efeito direto) indicava uma perda de 54,2 mil homens e 55,5 mil mulheres em Minas Gerais, paralelamente a um ganho de 394,4 mil homens e 387,1 mil mulheres em São Paulo. Quando estimamos o saldo migratório entre 1981 a 1986, encontramos resultados tecnicamente comparáveis àqueles estimados indiretamente para a década de 1980. A Tabela 4.2 apresenta estes saldos¹⁶.

Explicar o comportamento migratório dos dois estados quando se desagregam as estimativas em dois quinquênios não é tarefa simples. Seria de se esperar uma queda gradativa e suave dos saldos migratórios, mas isso não teria ocorrido, a se aceitar, de imediato, os resultados da tabela 4.2.

¹⁶ Na Tabela 4.2 consideram-se apenas o efeito direto da migração. Também deve-se lembrar que o saldo decenal não é a soma dos saldos quinquenais (ver capítulo 3).

Tabela 4. 2 São Paulo e Minas Gerais, 1981/91: Saldos migratórios quinquenais, por sexo

Período	São Paulo			Minas Gerais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1981/86	20.502	265.112	285.614	-307.145	-211.120	-518.265
1986/91	393.141	387.065	780.206	-54.108	-55.479	-109.587

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991

Nota: estão incluídos os imigrantes internacionais e o saldo migratório estimado do grupo etário de 0 a 4 anos (efeito direto).

Em Minas Gerais, a perda líquida, de algo em torno de 518 mil indivíduos, no primeiro quinquênio, teria caído para 110 mil pessoas no período 1986-1991. Portanto, Minas teria dado prosseguimento à diminuição no volume de sua perda populacional iniciada nos anos 70, mas a um ritmo muito mais intenso.

Vimos também, que, nos anos 80, o estado teria apresentado saldo migratório masculino negativo maior que o feminino, invertendo a experiência verificada na década de 70. O fato de ter ocorrido pequeno diferencial por sexo nos saldos migratórios do quinquênio 1986-91, sendo o saldo feminino até mesmo maior, poderia levantar algumas suspeitas sobre a consistência das estimativas apresentadas na Tabela 4.2.

Um primeiro ponto a ser salientado é que, em 1980, havia quase 46 mil mulheres a mais que homens no estado de Minas Gerais. Dez anos depois, esta diferença aumentou para 125 mil, o que provavelmente não pode ser explicado apenas pelo efeito dos diferenciais de mortalidade por sexo, ou seja, a “evasão” da população masculina deve ter sido realmente maior nos anos 80. Então, o que explicaria o fato de que, no período 1986-91, a perda masculina ter sido um pouco menor que a feminina, mas, ao mesmo tempo, ter apresentado uma inversão em relação aos saldos estimados por sexo para o período 1981-86?

Sendo o ajuste do saldo migratório para o período 1981-86 feito por técnica indireta, ele depende da população ajustada para o início do período (1981), mas também da população estimada ao final (1986). Como a população de 1986 foi obtida por reconstituição, conterà o mesmo viés inerente ao saldo migratório de 1986-91, especificamente, a ausência daqueles que

porventura emigraram para o exterior, mas estavam presentes em 1986. Se isso ocorre, a população reconstituída contém um erro por falta. Os saldos negativos do segundo quinquênio conterão erro por falta e os do primeiro, erro por excesso.

A comparação com os resultados do estado de São Paulo pode revelar algumas pistas para a interpretação do comportamento migratório do período 1981-91.

São Paulo teria apresentado forte oscilação nos saldos migratórios estimados. Se nos anos 70 o estado experimentou o maior ganho líquido de sua história (3 milhões de pessoas), uma leitura apressada dos resultados daria a impressão de que na primeira metade do período 1981-91 a queda teria sido igualmente extraordinária, pois o saldo estimado foi de apenas 286 mil pessoas. Em seguida, teria havido uma significativa recuperação, uma vez que o saldo passou para 780 mil pessoas durante a segunda metade do decênio. Nota-se que as oscilações do volume dos ganhos líquidos estimados foram tão abruptas, que torna-se praticamente inaceitável atribuí-las apenas ao comportamento das migrações internas, principalmente quando se verificam os diferenciais por sexo.

Neste caso, teria ocorrido exatamente o oposto do que foi verificado em Minas Gerais, isto é, enquanto o dado de data fixa apontou saldo migratório masculino maior que o feminino, no saldo estimado para 1981-86, as mulheres foram a grande maioria. Chama a atenção a imensa diferença do saldo masculino do período 1981-86, tanto em relação ao período seguinte, quanto em relação ao saldo feminino dos dois quinquênios. As possíveis explicações para este tipo de comportamento são semelhantes às do caso mineiro.

No balanço geral com os outros estados brasileiros, teriam vindo para São Paulo mais homens do que mulheres, embora a diferença não tenha sido muito expressiva. Os saldos estimados do primeiro e do segundo quinquênios estão a apontar emigração de homens para o exterior, daí o maior saldo positivo feminino.

De fato, entre 1981 e 1986, São Paulo apresentou um saldo masculino estimado de aproximadamente 20 mil homens e um saldo feminino 13 vezes

maior, isto é, de 265 mil mulheres. À impossibilidade de se reconstituir completamente a população em 1986, corresponde um erro nos saldos quinquenais decorrente da emigração internacional do segundo quinquênio. Se em Minas Gerais havia fortes indícios de que houve emigração predominantemente masculina para o exterior, São Paulo praticamente não deixa dúvidas de que ela existiu e foi muito significativa.

Em suma, o baixíssimo saldo migratório masculino positivo estimado no primeiro quinquênio em São Paulo e o saldo masculino negativo de Minas relativamente alto no mesmo período permitem algumas ponderações acerca das migrações na década de 80. As estimativas obtidas para os dois estados só podem ser explicadas por uma expressiva saída de homens para o exterior, muito maior que a de mulheres, mas não se pode dizer que a emigração feminina tenha sido insignificante, pelo menos no caso de Minas Gerais.

Há três interpretações possíveis para os resultados dos saldos quinquenais. A primeira impressão, ao observar as informações, é que a maior parte da emigração, inclusive internacional, estaria concentrada no primeiro quinquênio, o que significaria que as estimativas não conteriam erros. Esta conclusão poderia sugerir que o impacto da crise econômica no início dos anos 80 teria sido avassalador, obrigando boa parte dos migrantes a tentar, de imediato, melhor sorte no exterior.

A outra possibilidade seria a emigração internacional estar concentrada no segundo quinquênio e, conseqüentemente, os saldos migratórios do primeiro, especialmente masculinos, estariam incorporando artificialmente estes emigrantes. Em Minas Gerais, com saldo negativo, haveria erro por excesso na primeira metade da década e por falta na segunda, enquanto São Paulo apresentaria erro por falta no primeiro quinquênio e por excesso no segundo.

A terceira interpretação é uma combinação das duas anteriores. Haveria erros nas estimativas porque a emigração internacional teria ocorrido tanto no primeiro, quanto no segundo quinquênio. O caso dos saldos migratórios masculinos de São Paulo parece reforçar essa hipótese e também sugerir que a emigração internacional do segundo quinquênio deve ter sido bem mais

significativa. Como referido anteriormente, por mais grave que tenha sido a crise econômica da primeira metade da década de 80, não há razões para aceitar que neste período São Paulo tenha apresentado saldo positivo tão modesto, se comparado com a década anterior, e logo no período seguinte uma recuperação tão vigorosa. Assim, tudo indica que a terceira interpretação é a mais consistente, em vista dos resultados.

Estas inferências sobre os resultados das estimativas de saldos por quinquênios levam a crer que a crise econômica que assolou o País na década de 80 foi grave o suficiente para inaugurar uma nova realidade demográfica, qual seja, um inédito saldo migratório internacional masculino negativo, tanto em São Paulo, quanto em Minas Gerais. Certamente, também há entradas de estrangeiros, especialmente em São Paulo, mas isso não explica o comportamento dos saldos migratórios nos dois quinquênios do período 1981-91.

As evidências de significativa emigração internacional para os estados de Minas Gerais e São Paulo são coerentes com as questões levantadas por alguns autores que se dedicaram ao tema.

Um levantamento da revista *Veja* (7 de agosto de 1991), citado por Patarra e Baeninger (1996), estimava em 630 mil o número de brasileiros no exterior, dos quais a maioria residia nos EUA (330 mil), Japão (150 mil) e Europa (137 mil). Estes números não consideram os “brasiguaios”, um dos maiores grupos de emigrantes brasileiros.

Sales (1996) cita uma estimativa que apontava um número de 350 mil migrantes que teriam ultrapassado as fronteiras do Paraguai nos anos 80, embora muitos tivessem retornado após uma série de conflitos de terra com os paraguaios.

Como grande parte das migrações internacionais são ilegais, os dados precisam ser vistos com muita cautela. Por outro lado, não há muitas estimativas e estudos sobre a mensuração de saldos migratórios internacionais. Em relação aos dados, trabalho de Oliveira *et al* (1996) procura sistematizar as entradas e saídas do País, segundo dados do Serviço de Tráfego Internacional, do Ministério da Justiça.

Para o período 1980-90, os dados mostravam o número de pessoas que saíam e retornavam ao País em cada ano da década. Um primeiro aspecto que chama a atenção é que ocorre um aumento progressivo na saída e retorno de brasileiros, especialmente a partir de 1986. O auge das saídas se deu nos anos de 1986 e 1990 (1.243.806 e 1.227.020 de pessoas, respectivamente).

Em segundo lugar, não havia diferenças significativas entre as saídas e os retornos, mas os autores ressaltaram que, nos anos de 1987 e 1989, o retorno de brasileiros foi bem inferior ao total de saídas. De acordo com os dados, durante os anos 80 o estoque de brasileiros que saíram e não retornaram ficaria em torno de 228 mil pessoas. Sendo estas informações oficiais e, portanto, computando apenas os fluxos legais, elas não expressam o contingente real de emigrantes. Porém, indicam que tanto as saídas, quanto a permanência no exterior, devem ter sido mais significativas no segundo quinquênio da década de 80.

Nesse mesmo trabalho ainda foi feita uma tentativa de estimação da emigração internacional brasileira, comparando-se a população por sexo e idade projetada para 1991 com a população recenseada naquele ano, após correção da subnumeração censitária. A diferença entre as duas foi creditada à emigração internacional. Nos anos 80, esta teria sido de aproximadamente 1,3 milhão de pessoas entre 20 e 44 anos de idade. Em outro exercício, com a aplicação das razões de sexo derivadas do próprio Censo de 1991, os autores estimaram em 965 mil homens e 298 mil mulheres, com 20 a 44 anos de idade, o número de emigrantes da década de 80. Em suma, este trabalho apresenta fortes evidências de que a emigração masculina foi realmente importante e concentrada, principalmente, na segunda metade da década de 80.

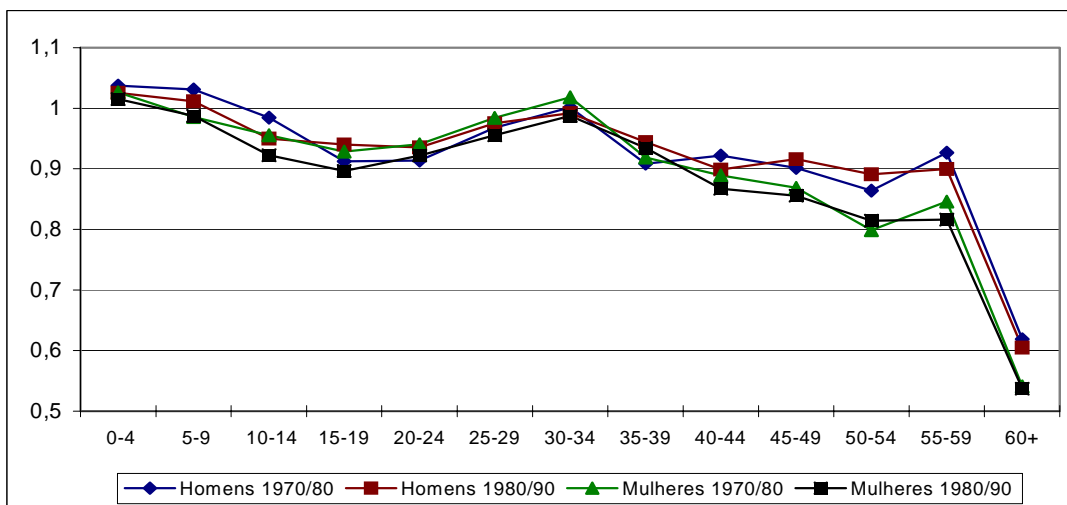
Carvalho (1996) demonstrou que o comportamento das razões intercensitárias de sobrevivência e das razões de sexo, dos anos 80, apontam para a existência de saldo migratório internacional negativo. Ao analisar as razões de sexo - Gráfico 4.3 - e as Razões Intercensitárias de Sobrevivência (RIS) - Gráfico 4.4 -, para os períodos 1970/80 e 1980/90, o autor salienta que as possibilidades para explicar o comportamento das duas são as seguintes:

- grande aumento da sobremortalidade masculina, da qual não haveria evidências;
- saldo migratório internacional feminino positivo, bastante improvável;
- problemas de cobertura censitária diferenciada por sexo: descarta a possibilidade de que teria havido variação significativa de cobertura entre os Censos de 1980 e 1991¹⁷;
- saldo migratório internacional masculino negativo, maior que o feminino, caso este último seja também negativo. Esta é a explicação mais provável.

O autor trabalha com três hipóteses: mortalidade constante (hipótese 1), declínio da mortalidade nos anos 80 (hipótese 2), e subenumeração no Censo de 1991 (hipótese 3). Na primeira hipótese, Carvalho estimou a população que seria esperada em 1990, multiplicando a população observada em 1980 pela relação intercensitária de sobrevivência do período 1970/80, sem nenhum ajuste (está implícito que não teria ocorrido mudanças na mortalidade e nem migração internacional nos anos 70). A diferença entre população observada e esperada seria o saldo migratório internacional na década de 80. Encontra-se um saldo migratório internacional negativo de 741 mil homens e 302 mil mulheres, com mais de 10 anos de idade.

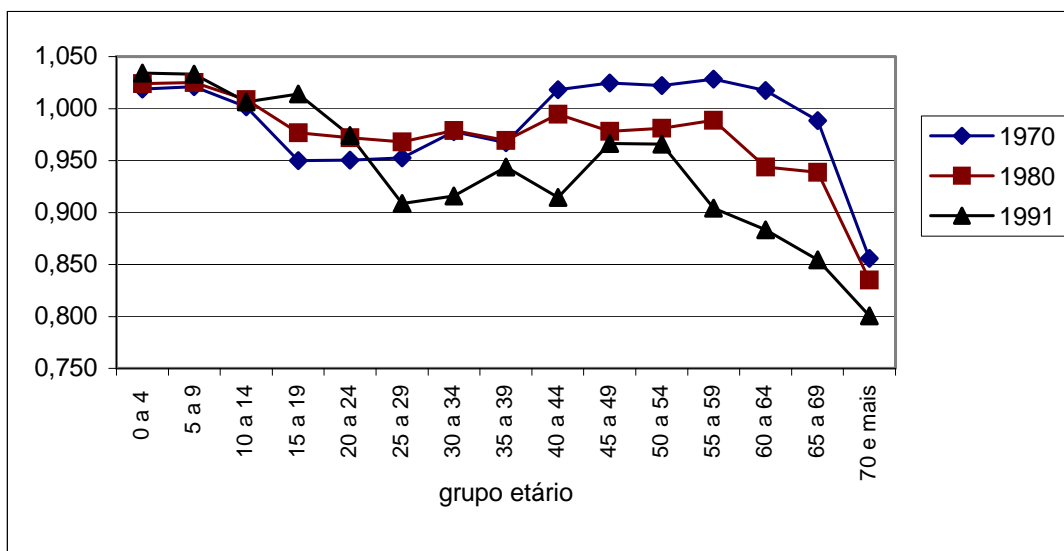
¹⁷ O autor se sustenta em dois trabalhos de natureza diferente, mas que chegaram à conclusão de que não teria ocorrido diferença significativa de cobertura entre os dois Censos: Rodrigues et al (1992) e Relatório parcial apresentado no IX Encontro da ABEP, na mesa redonda “Avaliação do Censo Demográfico de 1991”, organizada pelo IBGE (Caxambu, out.1995) .

Gráfico 4.3 Razões de Sexo do Brasil – Anos de 1970, 1980 e 1991.



Fonte: Carvalho, 1996.

Gráfico 4.4 Razões Intercensitárias de Sobrevivência do Brasil, por sexo Períodos 1970/80, 1980/90



Fonte: Carvalho, 1996.

A distribuição dos saldos e taxas líquidas migratórias por sexo e idade não pode ser interpretada de maneira muito rígida, devido, principalmente, aos problemas de declaração de idade. Nesse sentido, a taxa líquida total de

migração é mais confiável. Contudo, feitas as devidas ressalvas na interpretação dos saldos distribuídos por sexo e idade, eles são fundamentais ao indicar onde os saldos estão concentrados, isto é, nas idades jovens adultas masculinas.

A hipótese de mortalidade constante é bastante conservadora. Por isso, Carvalho adotou posteriormente o pressuposto de seu declínio. De fato, se a mortalidade declinou, a população esperada seria maior do que a estimada na hipótese 1. Conseqüentemente, os saldos e taxas líquidas negativos também seriam.

Para corrigir o nível de mortalidade do País, o autor adotou os seguintes procedimentos: o quociente entre as relações de sobrevivência de 10 anos, referentes às décadas de 70 e 80, foram multiplicados pelas RIS 70/80. O resultado foi as RIS 80/90, ajustadas ao nível de mortalidade do Brasil nos anos 80. Para se estimar a população esperada dos anos 80, na ausência de migração internacional, as RIS encontradas foram multiplicadas pela respectiva população observada no Censo de 1980. Evidentemente, o valor das estimativas, pelo lado negativo, foi maior do que os encontrados na hipótese 1, isto é, de 1,18 milhão de mulheres e 1,35 milhão de homens, maiores de 10 anos de idade. Estes saldos correspondem à taxas líquidas de -2,1 e -2,5%, respectivamente.

A hipótese 3 corresponde à uma significativa subenumeração no Censo de 1991. Essa hipótese explicaria as baixas RIS entre 1980 e 1990, mas não o declínio das razões de sexo entre 1980 e 1991, a menos que a cobertura censitária fosse seletiva por sexo, o que é improvável. Sendo assim, o declínio da razão de sexo entre as duas datas do Censo seria explicado pela emigração masculina (foi pressuposto que o saldo migratório internacional feminino tenha sido nulo). Nesta hipótese, a população masculina esperada em 1990, por grupo etário, seria a população feminina observada em 1990 multiplicada pelas razões de sexo observadas em 1980. Foi encontrado um saldo masculino negativo de 676 mil pessoas, com mais de 10 anos de idade.

Estas considerações reforçam a hipótese de que a evolução das razões de sexo e das RIS no Brasil, para o período 1980-1991 seria explicada pela

emigração internacional, fortemente diferenciada por sexo. Não aceitar estas hipóteses conduziria a admitir que teria havido grave subenumeração no Censo de 1991, para a qual não há nenhuma evidência.

Dentro desta nova realidade de perda populacional do país como um todo, e considerando os resultados da aplicação da metodologia discutida no capítulo anterior, torna-se factível tentar uma estimativa da emigração internacional de Minas Gerais e São Paulo, apesar das evidentes limitações deste tipo de exercício.

A diferença entre a população estimada em 1986, através da taxa média geométrica de incremento anual, e a população reconstituída de 1986 seria o número aproximado de emigrantes internacionais do período 1986-91, como visto no capítulo 3.

Em Minas Gerais, o número de emigrantes, de 5 e mais anos de idade, que estavam no estado em 1986 e saíram para o exterior, no quinquênio 1986-91, seria algo em torno de 123 mil homens e 75 mil mulheres; enquanto em São Paulo, este contingente seria de aproximadamente 198 mil homens e 84 mil mulheres.

Tomando por base este cenário, as estimativas de Oliveira *et al* (1996) e as de Carvalho (1996) para a década de 80, além do tamanho da população e volume dos saldos migratórios das unidades da federação, tudo leva a crer que São Paulo e Minas Gerais foram, nesta ordem, os estados que tiveram maior participação na saída de brasileiros para o exterior, no período 1986-91. Em Minas, apesar de os emigrantes do sexo masculino provavelmente terem sido maioria, a participação feminina também seria relativamente expressiva, indicando que muitos destes homens e mulheres teriam tomado, juntos, a decisão de sair para o exterior. Em São Paulo, ao contrário, os emigrantes do sexo masculino teriam constituído a ampla maioria. Portanto, neste caso, a emigração dos homens para o exterior não teria sido acompanhada, em geral, pelas mulheres.

Tendo em vista a importância da emigração internacional, a Tabela 4.3 inclui o número aproximado de emigrantes internacionais nos saldos do período 1986-91, e o exclui do saldo do período 1981-86. De fato, se estas

peças saíram após 1986, elas devem ser consideradas como residentes em Minas Gerais ou São Paulo nesta data.

Tabela 4. 3 São Paulo e Minas Gerais, 1981/91: Saldos migratórios quinquenais, por sexo

Período	São Paulo			Minas Gerais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1981/86	218.005	349.654	567.659	-183.867	-135.735	-319.602
1986/91	195.638	302.523	498.161	-177.386	-130.864	-308.250

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991

Nota: estão incluídos os imigrantes internacionais.

Nota-se que o comportamento dos saldos migratórios, por sexo, fica bem mais coerente. A tendência histórica de queda continua, mas de forma mais gradativa que aquela mostrada na Tabela 4.2. O saldo migratório feminino, positivo, em São Paulo, teria sido maior nos dois períodos analisados, enquanto em Minas Gerais, o saldo negativo do sexo masculino teria superado o feminino.

Portanto, a inclusão dos emigrantes internacionais torna as estimativas dos saldos quinquenais mais coerentes, também sob o ponto de vista dos saldos decenais. Vimos que, no decênio 1981-91, o saldo migratório masculino, negativo, de Minas Gerais foi maior que o feminino, mas isso não teria ocorrido, quando se trabalha apenas com os dados de data fixa. Considerando os emigrantes internacionais, este problema não ocorre.

No caso de São Paulo, nos dois quinquênios, o saldo migratório feminino, positivo, é maior que o masculino, considerando-se ou não os emigrantes internacionais. Porém, os saldos do primeiro quinquênio são menores que os do segundo na Tabela 4.2, o que contraria a tendência histórica. A incoerência é ainda maior quando se verifica o saldo migratório masculino, que no primeiro quinquênio teria sido de pouco mais de 20 mil homens. Se a emigração internacional é considerada, os volumes dos saldos mostram-se muito mais razoáveis, tanto em relação à magnitude, quanto em relação à tendência histórica.

Nunca é demais lembrar que estas estimativas podem conter distorções, ao usar uma população estimada em 1986. No entanto, como todos

os estudos citados anteriormente apontam para uma concentração da emigração internacional na segunda metade dos anos 80, parece razoável adotar a estimativa de emigrantes como uma aproximação do contingente de pessoas que deixaram o Brasil no quinquênio 1986-91.

Pelo menos para o caso mineiro, um outro aspecto deve ser lembrado como fator explicativo para a diminuição do saldo negativo do segundo quinquênio, qual seja, a migração daqueles que saíram na primeira metade do decênio 1981-91 e retornaram no segundo quinquênio.

Trabalhando com os dados do Censo de 1991, Ribeiro e Carvalho (1998) avaliaram a migração de curta duração, isto é, daqueles que saíram e voltaram para Minas Gerais no período 1981-91, através da identificação dos domicílios que possuíam crianças retornadas, com menos de 10 anos de idade, cujos pais (chefes) também eram retornados do decênio. Assumiu-se que estes saíram e retornaram junto com as crianças. Após ressaltarem que não seria possível obter evidências sobre os demais retornados (domicílios chefiados por não-retornados), os autores inferem “que os migrantes de retorno eram, em maioria absoluta, de curto prazo, no sentido que saíram e voltaram a Minas dentro do decênio em análise – 1981-91” (Ribeiro e Carvalho, 1998:867). Não entraremos aqui em maiores detalhes, porque a questão da migração de retorno será explorada no próximo capítulo.

Todas estas questões apontam para a necessidade de se tentar entender as migrações nos estados de Minas Gerais e São Paulo a partir de um amplo e complexo processo histórico relacionado ao intenso êxodo rural dos anos 60 e 70, que esvaziou as áreas rurais, diminuindo consideravelmente o estoque de população no campo. Este esvaziamento deu-se paralelamente ao não menos intenso processo de queda da fecundidade, que tem como conseqüência inevitável o envelhecimento populacional.

Além disso, a urbanização acelerada trouxe vários custos para se morar nas grandes regiões metropolitanas, outrora as maiores receptoras de migrantes. Some-se a estes fatores a crise econômica dos anos 80, particularmente desastrosa nos grandes centros urbanos. Só faltariam mesmo as emigrações internacionais para completar um quadro que ajuda a entender

os resultados dos saldos migratórios verificados em Minas Gerais e São Paulo nos anos 80.

Dentro deste amplo contexto, no qual se inserem as migrações, muitas lacunas ainda há que se explorar. Por exemplo, o que explicaria as diferenças entre os saldos migratórios por sexo e as diferenças entre imigrantes e emigrantes de última etapa verificados nos dois estados?

4.5A mobilidade espacial dos migrantes mineiros e paulistas

No Capítulo 3, as diferenças conceituais entre os dois tipos de informações (saldos migratórios e diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa) foram exploradas e analisadas. Mostrou-se que, em princípio, nenhum dos resultados está incorreto, e sim espelhando aspectos distintos do fenômeno migratório.

Os dados apresentados na Tabela 4.4 mostram que, grosso modo, a década de 60 foi a que apresentou as menores diferenças entre os dois tipos de informações, se comparada com os dois decênios seguintes. São Paulo apresentou um saldo migratório 18,5% maior que a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, enquanto em Minas Gerais estas foram 14,3% maiores que o saldo migratório. Claro que estas diferenças não devem ser interpretadas muito rigidamente, pois vimos que a escolha da função de mortalidade interfere nas estimativas, embora o padrão etário dos óbitos fosse mais previsível nos anos 60 e 70.

Uma explicação para os resultados dos anos 60 seria que o caminho percorrido entre a origem e o destino dos migrantes pode ter sido mais direto, com relativamente menos etapas intermediárias. Mesmo assim, deve ter predominado, em ambos os estados, maior *remigração* daqueles que entraram e saíram durante a década, em relação à imigração de retorno, dos que saíram e entraram entre 1960 e 1970.

Tabela 4. 4 Saldos migratórios e diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, em São Paulo e Minas Gerais – Períodos 1960-70, 1970-80 e 1980-90

Período	Saldos Migratórios ¹ (por mil)		Diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa ² (por mil)	
	São Paulo	Minas Gerais	São Paulo	Minas Gerais
1960/70	1.449	-1.326	1.223	-1.515
1970/80	3.006	-1.207	1.889	-618
1980/91	1.007	-760	1.240	-204

Fonte: Carvalho, Fernandes (1991).

Notas:

- 1) Os saldos migratórios não incluem o efeito indireto. Os saldos do último período referem-se a 1980-90, e utilizam a Tábua de Vida "IBGE85".
- 2) Imigrantes menos emigrantes, ambos com menos de 10 anos de residência no local de destino. O último período de referência é 1981-91.

Nos anos 70, o mesmo deve ter ocorrido em São Paulo, mas com um ritmo mais intenso, pois seu saldo migratório estimado é 60% maior que a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa. Portanto, a *migração de retorno pleno* não deve ter desempenhado papel relevante, ao contrário da migração daqueles que entraram pelo estado e *remigraram*. Os resultados também dão indícios de que Minas Gerais, na mesma década, reverteu a natureza da sua mobilidade populacional, isto é, a *imigração de retorno pleno* predominou amplamente sobre a *emigração de passagem* pelo estado, uma vez que o volume de seu saldo migratório é quase o dobro da diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa.

Finalmente, os anos 80 parecem ter dado prosseguimento e intensidade à *imigração de retorno pleno* em Minas Gerais e/ou grande *reemigração* de seus emigrantes de data fixa, visto que seu saldo migratório é 72,5% maior que a diferença entre os imigrantes e emigrantes de última etapa.

Desta vez, foi São Paulo que sofreu novamente modificação no perfil de mobilidade populacional, porque a diferença entre os imigrantes e emigrantes de última etapa foi 23,1% maior que o saldo migratório do período 1980-90. Isso poderia significar que, pela primeira vez no período analisado, a *migração de passagem* teria sido superada pela *imigração de retorno pleno* ocorrida dentro do decênio. No entanto, esta leitura torna-se incorreta ou, no mínimo, deve ser bastante relativizada se considerarmos a emigração internacional, que

foi expressiva, como vimos anteriormente. De fato, considerando os emigrantes que partiram para o exterior, os resultados dos saldos migratórios e da diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa seriam muito mais próximos.

Minas Gerais segue uma trajetória que também deve ser entendida como um longo processo. Alguns milhões de pessoas deixaram o estado nos anos 60 e 70, saindo, especialmente, das áreas rurais. Este êxodo não foi acompanhado pela capacidade de absorção de suas áreas urbanas. Contudo, na década de 80, a imigração de retorno passa a ser um componente muito importante do comportamento demográfico. Mas além da migração de retorno, a emigração internacional também foi significativa. Caso contrário, o resultado do saldo migratório seria mais próximo da diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa.

Cabe aqui um novo ângulo de análise a que nos referimos anteriormente. No contexto das transformações da dinâmica migratória de São Paulo e da consolidação da migração de retorno para Minas Gerais, no próximo capítulo será investigado como foi o percurso dos migrantes das diversas regiões mineiras nos anos 80, em um estado marcado por grandes disparidades demográficas e econômicas. Dada a importância de São Paulo na configuração das migrações de Minas Gerais, a análise enfocará os fluxos ocorridos entre as diversas mesorregiões mineiras e a mesorregião Metropolitana de São Paulo, além do interior do estado.

5 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS

Tendo em vista as alterações na dinâmica demográfica em Minas Gerais e São Paulo, apresentadas no capítulo anterior, as próximas seções abordarão o caso particular das migrações mineiras.

Sendo Minas Gerais um estado de grandes desigualdades regionais, a análise das migrações será desagregada por mesorregião, tendo em vista não apenas os fluxos populacionais e os saldos, mas também as etapas das migrações.

Merecerá destaque especial os fluxos entre Minas Gerais e São Paulo, devido à evidente importância desse estado no perfil das migrações mineiras. Posteriormente, analisam-se os fluxos internos, isto é, entre as mesorregiões do estado. Finalmente, à luz dos dados da Contagem da População de 1996, faremos alguns comentários das perspectivas das migrações em Minas Gerais.

5.1 Os fluxos migratórios de Minas Gerais nas décadas de 60, 70 e 80

Durante o período compreendido de 1960 a 1991, as migrações interestaduais de Minas Gerais sempre foram marcadas, predominantemente, por fluxos destinados aos demais estados do Sudeste e também procedentes do resto do Sudeste. As Tabelas 5.1 e 5.2 mostram que a participação relativa das regiões, como destino e origem das migrações de Minas Gerais, tem passado por algumas modificações.

Tabela 5. 1 Emigrantes de Minas Gerais (última etapa), segundo regiões de destino – décadas de 60, 70 e 1981-91

Região de Destino	Período					
	1960-70		1970-80		1981-91	
	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%
Norte	5.978	0,3	48.038	3,9	69.666	6,9
Nordeste	71.801	3,5	61.554	5,0	68.349	6,7
Sudeste	1.306.576	64,0	864.865	69,8	689.092	67,8
Sul	297.067	14,5	43.777	3,5	32.138	3,2
Centro Oeste	360.326	17,6	220.625	17,8	156.873	15,4
Total	2.041.748	100,0	1.238.859	100,0	1.016.118	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

Nota: A tabela inclui os migrantes que fizeram uma etapa intra-estadual após a migração interestadual. Como esta informação não é fornecida pelo Censo Demográfico, uma vez que o último lugar de residência declarado era um município de Minas Gerais, optou-se por distribuir proporcionalmente estes migrantes, segundo a origem conhecida daqueles que não fizeram etapa posterior dentro do estado.

Tabela 5. 2 Imigrantes de Minas Gerais (última etapa), segundo regiões de origem – décadas de 60, 70 e 1981-91

Região de Origem	Período					
	1960-70		1970-80		1981-91	
	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%
Norte	3.417	0,6	7.125	1,2	32.740	4,1
Nordeste	152.720	29,0	78.639	12,8	91.159	11,4
Sudeste	295.465	56,1	355.732	58,1	510.250	64,0
Sul	25.736	4,9	60.033	9,8	45.107	5,7
Centro Oeste	49.662	9,4	111.067	18,1	118.625	14,9
Total	527.000	100,0	612.596	100,0	797.881	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

Nota: A tabela inclui os migrantes que fizeram uma etapa intra-estadual após a migração interestadual. Ver nota da tabela 5.1.

Nos anos 70, os estados da região Sudeste tiveram o auge de sua participação como destino dos emigrantes mineiros de última etapa, atingindo quase 70% dos que tinham deixado Minas Gerais e estavam residindo há menos de 10 anos no lugar de destino. Ainda que este percentual tenha experimentado uma ligeira queda no período 1980-91, os estados do Sudeste continuaram sendo a região escolhida por mais de dois terços dos emigrantes de Minas (67,8%).

Este quadro foi definido pela participação do estado de São Paulo. Na década de 60, 38,3% dos emigrantes mineiros de última etapa se dirigiram

para São Paulo. Este percentual foi de 47,2% e 46,8% nos anos 70 e no período 1981-91, respectivamente.

Durante todo o período considerado, o Centro-Oeste ficou sempre como a segunda opção na escolha dos emigrantes de última etapa de Minas Gerais, embora muito atrás do Sudeste. Assim como nesta Região, a participação do Centro-Oeste como lugar de residência dos emigrantes mineiros oscilou pouco, de 17,6% na década de 60 para 15,4% no decênio 1981-91.

As alterações ficaram por conta das outras três Regiões, que se revezaram na participação da emigração mineira. Durante as três décadas, os anos 60 foram o único período em que a Região Sul teve contribuição expressiva como local de destino dos emigrantes de Minas Gerais, atingindo 14,5% do total. É um período em que o Paraná, área de fronteira agrícola, recebia grandes contingentes de migrantes de Minas Gerais. A participação do Nordeste foi pequena (3,5%), enquanto a do Norte foi praticamente inexpressiva (0,3%).

Na década de 70, o Sul cedeu sua antiga posição ao Nordeste, terceira opção entre as regiões de destino, pois para lá se deslocaram 5,0% dos emigrantes de Minas Gerais. A esta Região seguiu-se a participação do Norte (3,9%), muito próxima à do Sul (3,5%), que desta vez ficou com a menor participação.

No decênio 1981-91, verificaram-se novas alterações na participação das três regiões. O Norte passa a ser a terceira região que mais recebeu os emigrantes mineiros (6,9%), seguida de perto pelo Nordeste (6,7%). O Sul novamente apresentou uma participação muito modesta (3,2%).

Nota-se que o número de emigrantes de última etapa teve uma abrupta queda, passando de pouco mais de 2 milhões no período 1960-70 para pouco mais de 1 milhão no período 1981-91. A única região de destino em que o número de emigrantes aumentou foi o Norte.

A participação das regiões de origem dos migrantes que vieram para Minas Gerais também tem no Sudeste a contribuição mais importante, como dito anteriormente. Esta foi a Região de procedência de 56,1% dos imigrantes de Minas na década de 60, dos quais mais da metade vinham de São Paulo.

Nos períodos seguintes, a participação relativa do Sudeste e de São Paulo aumentou.

Nos anos 70, enquanto 58,1% do total de imigrantes vinham do Sudeste, 36,6% eram procedentes de São Paulo. No período seguinte, estes números foram de 64,0% e 40,9%, respectivamente, e o estado de São Paulo era responsável por dois terços dos imigrantes de última etapa, cuja origem era a região Sudeste.

A participação relativa das outras Regiões teve uma única alteração durante todo o período analisado. Nos anos 60, o Nordeste foi a segunda região que mais cedeu migrantes para Minas Gerais (29,0% do total), seguido pelas regiões Centro-Oeste (9,4%), Sul (4,9%) e Norte (0,6%).

Na década de 70, o Centro-Oeste passou a ser a segunda região a contribuir para a migração rumo à Minas Gerais (18,1% dos imigrantes chegaram desta Região). A participação do Nordeste, de 12,8%, ficou bem abaixo da década anterior e foi seguida pelo Sul (9,8%) e Norte (1,2%). Comparado com os anos 70, no decênio 1981-91 não houve alteração na ordem de importância dos lugares de origem e o volume dos imigrantes de última etapa aumentou em todas as Regiões, com exceção apenas do Sul.

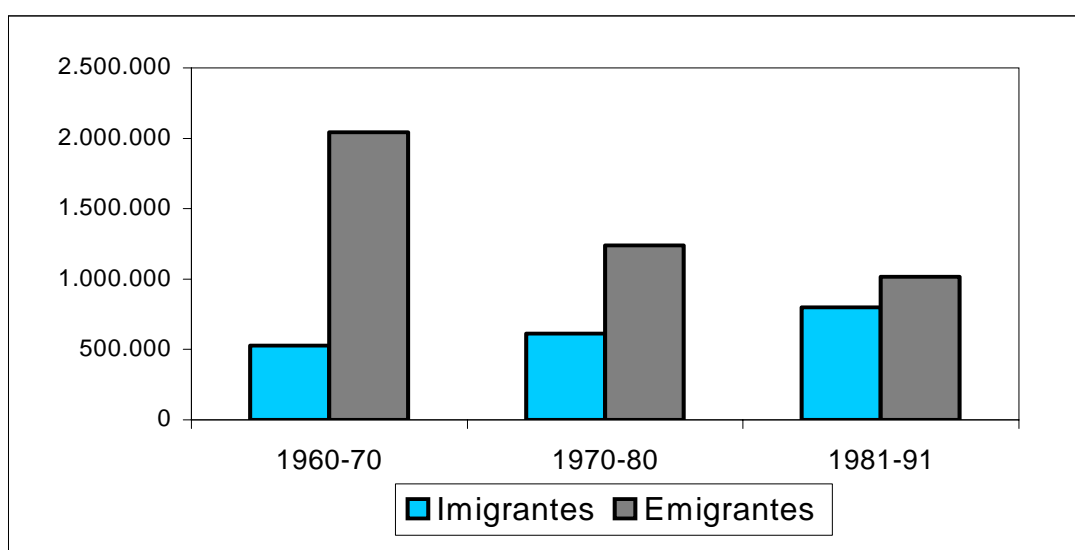
5.2 Os saldos e as etapas migratórias de Minas Gerais no período 1986-91

O capítulo anterior procurou avaliar o papel das migrações no crescimento populacional de Minas Gerais e São Paulo, entre os anos 60 e os anos 80. Para tal, os dados de data fixa foram de fundamental importância, na medida em que revelaram aspectos essenciais dos saldos migratórios nos dois quinquênios dos anos 80. Comparados com os dados de última etapa, parece ter ficado claro que as diferenças não poderiam ser explicadas apenas por problemas de estimativas ou da base de dados.

No caso específico de Minas Gerais, vimos que, no decorrer do período 1960-70 a 1981-91, a *migração de retorno pleno* dentro das décadas deve ter sido cada vez mais importante, o que provavelmente não ocorreu com aqueles emigrantes que entraram após o início do decênio e saíram antes do seu final.

Se a *migração de retorno pleno*, dentro das décadas, aumentou, parte crescente dos imigrantes de última etapa não contribuiu para o saldo migratório do último decênio. Por outro lado, como a *emigração de passagem* dentro das décadas parece não ter crescido significativamente, então a maioria dos emigrantes de última etapa pode ter, de fato, contribuído para o saldo migratório do período 1981-91, como sugere o gráfico 5.1.

Gráfico 5. 1 Minas Gerais: Imigrantes e emigrantes de última etapa – 1960-70, 1970-80 e 1981-91



Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

As interpretações sobre as diferenças entre saldos migratórios e as diferenças entre imigrantes e emigrantes de última etapa, nos anos 80, demonstraram que não há, necessariamente, erros nas informações, mas sim etapas intermediárias na mobilidade espacial dos migrantes. Como os saldos estimados por técnicas indiretas não apresentam o número de imigrantes e emigrantes, não há como mensurar a *imigração de retorno pleno* e a *emigração dos que passam pela região durante o período – emigrantes de passagem*. Isso torna-se possível com os dados de data fixa. A partir de agora, será feito um esforço de interpretação da participação das regiões brasileiras nos fluxos populacionais, dos saldos e das etapas migratórias, no período 1986-91.

Tabela 5. 3 Minas Gerais - Imigrantes e Emigrantes de data fixa, segundo regiões de origem e destino e Saldos Migratórios – 1986-91

REGIÃO	Imigrantes		Emigrantes		SALDO
	N.º Absoluto	Percentual	N.º Absoluto	Percentual	
Norte	18.617	5,0	24.623	5,2	-6.006
Nordeste	48.843	13,1	29.167	6,0	19.676
Sudeste	231.626	62,3	329.914	69,5	-98.288
Sul	20.371	5,5	14.814	3,0	5.557
C.Oeste	52.420	14,1	80.878	16,4	-28.458
Total	371.877	100,0	479.396	100,0	-107.519

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Ao comparar a Tabela 5.3, elaborada com base em dados de data fixa, com a Tabela 5.4, construída com informações de última etapa, nota-se ausência de grandes diferenças entre a participação das regiões como áreas de origem ou destino dos migrantes. Entretanto, os valores absolutos não coincidem. Porque?

Tabela 5. 4 Minas Gerais: Imigrantes e Emigrantes de última etapa (0 a 4 anos de residência) , segundo regiões de origem e destino e diferença entre Imigrantes e Emigrantes – 1986-91

Região	Imigrantes		Emigrantes		Imigrantes – Emigrantes
	Abs.	%	Abs.	%	
Norte	21.052	4,9	25.910	5,0	-4.858
Nordeste	53.374	12,4	35.937	6,9	17.437
Sudeste	273.683	63,5	356.440	68,8	-82.757
Sul	22.599	5,2	16.292	3,1	6.307
C.Oeste	60.560	14,0	83.515	16,1	-22.955
Total	431.268	100,0	518.094	100,0	-86.826

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

O Capítulo 3 tentou demonstrar o que há de compatível e problemático na comparação entre estes dados. Daí a necessidade de uma leitura mais indicativa que exata, mas não se deve esquecer que estas diferenças podem estar revelando uma mobilidade espacial diferenciada, no que tange às etapas migratórias intermediárias.

Quanto mais desagregados estiverem os dados, maiores deverão ser as diferenças, o que em parte pode ser explicado por problemas amostrais, mas também, e principalmente, pelas etapas diferenciadas que caracterizam os

fluxos migratórios regionais. De fato, a perda populacional expressa nos saldos migratórios do período 1986-91 é maior que a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, do mesmo período¹⁸.

Da comparação do total de migrantes das Tabelas 5.3 e 5.4 percebe-se que o número de imigrantes de última etapa é 13,8% maior que o de data fixa, enquanto o de emigrantes é apenas 7,5% maior. Em outras palavras, a discrepância entre o saldo migratório da Tabela 5.3 e a diferença entre imigrantes e emigrantes da Tabela 5.4 é explicada, em grande parte, pela predominância da *imigração de retorno pleno*, dentro do quinquênio 1986-91, em relação à diferença entre *emigração de passagem* por Minas Gerais e *reemigração* dos emigrantes de Minas, no mesmo período¹⁹.

Deve-se ainda lembrar que a proporção de *imigrantes de retorno pleno* é, na verdade, maior que 13,8%, pois há também aqueles que declaram erroneamente estar residindo em Minas há mais de 4 anos, quando na verdade estavam em outra UF, como ficou demonstrado em trabalho de Carvalho *et al* (1998). Por isso, seguindo sugestão dos autores, haveria que se acrescentar aos imigrantes de última etapa, com 0 a 4 anos de residência, 21.269 pessoas. Com este procedimento, a proporção de *imigrantes de retorno pleno* subiria para 17,8%, um valor nada desprezível.

A mesma ressalva deve ser feita para os emigrantes de Minas Gerais, pois estes também são os imigrantes nas áreas de destino. Daí a proporção de emigrantes que não estavam em Minas Gerais em 1986, passaram pelo estado após esta data e *remigraram* antes de 1991 ser maior que 7,5%. Este ponto será retomado mais adiante, quando será realizada uma análise desagregada por mesorregião.

Quanto à região de origem, verifica-se que o número desses *imigrantes de retorno pleno* é maior que a média do estado como um todo quando a

¹⁸ Tanto nos saldos migratórios, quanto na diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, estão incluídos apenas os migrantes internos, isto é, excluiu-se os imigrantes internacionais.

¹⁹ Na verdade, os *emigrantes de passagem* que não sejam imigrantes de retorno pleno das regiões de destino são *reemigrantes* de outras regiões.

procedência é o Sudeste e o Centro-Oeste – 15,4% e 13,4%²⁰, respectivamente, de acordo com os dados das Tabelas 5.3 e 5.4.

Em relação à região de destino, chama a atenção a relativamente alta participação dos emigrantes que apenas passaram por Minas Gerais e se dirigiram para o Nordeste (20,6%), bem como daqueles que passaram por território mineiro e se deslocaram para o Sul (12,1%). Justamente em relação a estas duas regiões, tanto a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa quanto os saldos migratórios com o estado de Minas Gerais apresentaram sinal positivo. Assim, parece haver uma relação entre *imigração de retorno pleno* e perda populacional, e também *emigração de passagem* e ganho migratório líquido, ainda que isso possa parecer contraditório²¹.

Estas inferências poderão (ou não) ser melhor comprovadas através da análise, por mesorregião, das migrações de Minas Gerais. Minas é, em muitos sentidos, uma síntese do Brasil, ou seja, espelha as condições de um país marcado por grandes desigualdades regionais, econômicas e sociais, o que em última instância, reflete-se no comportamento migratório.

5.3 Os Saldos interestaduais das mesorregiões de Minas Gerais no período 1986-91

No que tange aos aspectos demográficos, estudo de Coelho *et al* (1982) mostra bem as diferenciações do espaço regional de Minas Gerais. As autoras abordaram as componentes demográficas segundo oito Regiões de Planejamento²², definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento em 1970.

Esse trabalho evidencia que, no período 1960-70, a única região que apresentou saldo migratório positivo foi a Região Metalúrgica e Campos das

²⁰ Não estão incluídos aqueles que foram computados como residindo há mais de 4 anos de maneira equivocada, os “transgressores”.

²¹ Como Minas Gerais recebe mais do que perde, provavelmente parte significativa dos emigrantes de passagem para Nordeste e Sul são imigrantes de *retorno pleno* destas regiões, o que dá sentido a esta aparente contradição.

²² As regiões são as seguintes: **Região I:** Metalúrgica e Campos das Vertentes; **Região II:** Mata; **Região III:** Sul; **Região IV:** Triângulo/Alto Paranaíba; **Região V:** Alto São Francisco; **Região VI:** Noroeste; **Região VII:** Jequitinhonha; **Região VIII:** Rio Doce.

Vertentes – um ganho líquido de 308 mil pessoas – , aí se situando a Região Metropolitana de Belo Horizonte, então a única área a exercer poder de atração populacional dentro do estado. Todas as outras regiões apresentaram saldo migratório urbano positivo, mas superado amplamente pelas perdas rurais, principalmente nas regiões Rio Doce, Sul e Mata.

Na década seguinte, com o saldo migratório líquido do estado ainda fortemente negativo, apesar da diminuição em relação à década anterior, não só a Região Metalúrgica e Campos das Vertentes, mas também o Triângulo/Alto Paranaíba tiveram saldo migratório positivo (669 mil e 54 mil pessoas, respectivamente). Esta região apresentava, desde os anos 60 – excetuando-se a Região Metalúrgica e Campos das Vertentes – a menor perda populacional do estado e o segundo maior grau de urbanização, fatos explicados, em grande parte, pelo dinamismo industrial e comercial de Uberlândia e Uberaba.

Outra característica marcante da década de 70 foi o saldo líquido negativo da região Rio Doce (-959 mil pessoas), que não sofreu perda populacional apenas das áreas rurais, mas também das urbanas.

Também merece menção a Região Sul. No período 1960-70, ela foi “altamente expulsora”, mas, na década seguinte, a perda foi significativamente menor (de -519 mil pessoas para -187 mil, segundo estimativas de Coelho *et al*, 1982), devido ao dinamismo industrial da área neste período.

As Regiões de Planejamento analisadas pelas autoras não coincidem exatamente com as Mesorregiões Geográficas do IBGE de 1991 - que serão analisadas em seguida -, mas fornecem uma visão da evolução das migrações no interior de um estado bastante heterogêneo, não apenas do ponto de vista do crescimento populacional, mas também dos fluxos migratórios.

Para analisar os saldos e os fluxos migratórios conjuntamente, os dados de data fixa são, como já sabemos, os mais adequados. A Tabela 5.5 mostra os imigrantes e emigrantes interestaduais e os saldos migratórios de cada mesorregião com os outros estados brasileiros.

Tabela 5. 5 Minas Gerais: Imigrantes e Emigrantes de data fixa e Saldos Migratórios, segundo mesorregiões de origem e destino – 1986-91

Mesorregião de destino	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Noroeste de MG	7.671	18.317	-10.646
Norte de Minas	19.280	54.036	-34.755
Jequitinhonha	8.285	29.159	-20.874
Vale do Mucuri	8.658	28.976	-20.318
Triângulo/Alto Paranaíba	72.347	60.021	12.326
Central Mineira	3.574	4.668	-1.094
Metropolitana de BH	84.843	73.220	11.623
Vale do Rio Doce	28.544	67.926	-39.382
Oeste de Minas	9.389	10.094	-705
Sudoeste e Sul de MG	72.452	70.777	1.675
Campos das Vertentes	8.974	8.672	302
Zona da Mata	47.860	53.530	-5.671
TOTAL	371.877	479.396	-107.519

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

No período 1986-91, Minas Gerais continuou perdendo população e a maioria das mesorregiões apresentou saldo migratório líquido negativo, embora o ritmo de perda líquida tenha caído abruptamente. A maior parte da perda populacional continuou se concentrando em uma ampla área do território mineiro, que se estende do Noroeste de Minas e Norte de Minas, passando pelo Jequitinhonha e atingindo o leste do estado, onde se situa o Vale do Mucuri, o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata. Estas são exatamente as áreas mais estagnadas do estado, que há muito já vinham perdendo população. De fato, o Vale do Rio Doce e o Norte de Minas lideram a evasão populacional.

Por outro lado, as áreas que ganharam população também não constituem surpresa. Os saldos migratórios positivos localizaram-se na parte central do estado, sul e oeste, isto é, Triângulo/Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte, Sudoeste/Sul de Minas e Campos das Vertentes.

Mapa 5. 1 – Localização das regiões de estudo

Apesar das estimativas de Coelho *et al* (1982), para as décadas de 60 e 70, referirem-se aos saldos migratórios com o resto do mundo e a unidade espacial de análise não ser a mesma, algumas tendências já eram visualizadas. A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba deu continuidade ao dinamismo verificado na década de 70, pois apresentou o maior saldo migratório interestadual positivo no período 1986-91. Seu sistema de cidades e sua localização altamente privilegiada, próxima da agricultura mecanizada do Centro-Oeste e do oeste do estado de São Paulo, são fatores que favorecem e estimulam seu dinamismo.

Mas a tendência mais importante para a compreensão do comportamento das migrações em Minas Gerais ocorreu na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Na década de 60, a RMBH foi a região metropolitana que mais cresceu no Brasil, mas no decênio seguinte já se percebia um decréscimo nas taxas líquidas de migração. Os municípios do entorno metropolitano passaram a crescer mais velozmente que a capital. Nos anos 70 Belo Horizonte apresentou significativa emigração para outros municípios de sua região metropolitana, ainda que seu saldo migratório tenha sido positivo. Nos anos 80 este quadro se intensificou, e a capital mineira tornou-se perdedora líquida de população²³.

Isso é fundamental para se compreender a distribuição espacial da população em território mineiro. Nos anos 60, com a industrialização se consolidando como atividade econômica em expansão, com o processo de concentração fundiária avançando e uma crescente mecanização no campo, enormes contingentes populacionais procuraram (e encontraram) trabalho nas grandes cidades. A RMBH foi a única área do estado capaz de atrair o imenso contingente de mineiros que saía do interior à procura de oportunidades de trabalho.

Duas décadas depois, cidades como Belo Horizonte já sofriam um esgotamento na capacidade de assentamento de uma população que ainda crescia em termos absolutos. Problemas de poluição, violência, moradia e

²³ Ver Matos (1995) e Rigotti (1994).

principalmente o impacto da crise econômica, formaram um ambiente desfavorável à continuidade do crescimento populacional da RMBH, no ritmo das décadas anteriores (Matos, 1995).

Reflexo deste notório enfraquecimento da capacidade de absorção populacional é o fato de que, no período 1986-91, o Triângulo/Alto Paranaíba, e não a RMBH detém o posto de maior área de atração no estado de Minas Gerais.

Outro exemplo da continuidade das tendências passadas foi o saldo migratório ligeiramente positivo da mesorregião Sudoeste/Sul de Minas. Vimos anteriormente que esta região passara de um saldo “altamente negativo”, nos anos 60, para uma perda bem mais modesta no decênio seguinte. Na década de 70 esta região experimentou forte aceleração no seu processo de industrialização e vem fortalecendo, cada vez mais, sua rede urbana, ligada e muito próxima a São Paulo.

Os saldos migratórios das mesorregiões de Minas Gerais mostram que a perda de população do estado diminuiu de maneira generalizada e houve, inclusive, regiões em que os ganhos líquidos delinearam uma nova dinâmica populacional, no período 1986-91. Grosso modo, tanto a queda do número de emigrantes quanto o aumento do número de imigrantes, como visto anteriormente, foram responsáveis pelo comportamento dos saldos.

5.4 Migrações de retorno nas mesorregiões, reestruturação regional e retenção da evasão populacional

Estas questões apontam em direção à dois fenômenos fundamentais para a compreensão das migrações em Minas Gerais. Da comparação entre os saldos migratórios indiretos e da diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, realizada no capítulo anterior, inferimos que o retorno ao estado, daqueles que saíram e voltaram dentro da década, só não foi marcante nos anos 60, quando Minas Gerais passou por intenso êxodo rural. Mas na década de 70, as migrações de retorno já foram de fundamental importância, e esse comportamento se intensificou no período 1981-91. Além disso, há também a chegada daqueles ligados aos mineiros por laços familiares.

Ribeiro e Carvalho (1998) estimaram o efeito indireto da imigração de retorno, para o estado de Minas como um todo. Este efeito refere-se à imigração de não-naturais causada pela migração de retorno dos naturais, normalmente por razões familiares. Basicamente, trabalhou-se com dois grupos de domicílios, isto é, aqueles chefiados por retornados do período 1981-91 e aqueles chefiados por não-retornados, mas que tinham pelo menos um retornado entre seus membros.

Da aplicação metodológica deduziu-se que, na década de 80, 155 mil imigrantes não-naturais vieram para Minas Gerais em função do retorno de mineiros. A importância deste fenômeno ficou bastante clara, como salientam Carvalho *et al* (1998):

“Se acrescentamos ao total de imigrantes mineiros de retorno (386.560) o seu efeito indireto (155.313), teríamos que, durante o período 1981/91, 66,7% do total do fluxo imigratório interestadual para MG estiveram, direta ou indiretamente, relacionados à migração de retorno dos mineiros ao estado” (Carvalho et al, 1998.).

Se considerarmos as informações levantadas por Ribeiro e Carvalho (1998) sobre o retorno dos naturais do estado para as mesorregiões de Minas Gerais, durante o período 1981-91, notamos que na RMBH, 49,0% dos imigrantes interestaduais de última etapa são retornados, proporção maior que a do estado, que foi de 47,6%. No entanto, a imigração induzida pela migração de retorno dos naturais do estado (efeito indireto) - estimada em 31.513 pessoas - só não foi relativamente mais baixa que a das mesorregiões Central Mineira, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce, ou seja, regiões estagnadas. Portanto, há proporcionalmente menos novos residentes que vieram acompanhando familiares nascidos no estado. A Tabela 5.6 mostra que, para cada 3 retornados, naturais do estado, havia apenas 1 imigrante não-mineiro.

Tabela 5. 6 Mina Gerais: imigrantes interestaduais de última etapa e efeito indireto da migração de retorno dos naturais, segundo mesorregiões – 1981-91

Mesorregião	Imigrantes de u.e. (1)	Naturais de MG (2)	% de retornados (3)	Efeito Indireto (4)	(2)/(4)	Total
Noroeste de MG	18.313	8.772	47,9	2.709	3,2	11.481
Norte de Minas	45.913	23.339	50,8	8.788	2,7	32.127
Jequitinhonha	18.365	10.006	54,5	3.282	3,0	13.288
Vale do Mucuri	19.654	10.021	51,0	3.866	2,6	13.887
Triâng./Alto Paranaíba	145.224	50.856	35,0	25.900	2,0	76.756
Central Mineira	8.783	5.472	62,3	1.398	3,9	6.870
Metropolitana de BH	190.855	93.556	49,0	31.513	3,0	125.069
Vale do Rio Doce	66.670	40.225	60,3	13.544	3,0	53.769
Oeste de Minas	20.939	11.043	52,7	4.070	2,7	15.113
Sudoeste e Sul de MG	153.440	69.772	45,5	32.557	2,1	102.329
Campos das Vertentes	18.859	10.616	56,3	4.258	2,5	14.874
Zona da Mata	105.342	52.882	50,2	23.428	2,3	76.310
Total	812.357	386.560	47,6	155.313	2,5	541.873

Fonte: Carvalho *et al* (1998)

No Sudoeste/Sul de Minas, a contribuição do efeito indireto é bem mais expressiva. Dos imigrantes de última etapa do decênio 1981-91, 45,5% são naturais do estado que retornaram, ou seja, a proporção é mais baixa que a da RMBH e a do estado como um todo. Por outro lado, a participação dos imigrantes que vieram com familiares retornados é a segunda maior do estado – um total de 32.557 pessoas – e a primeira em termos absolutos. Em outras palavras, para cada 2,1 imigrantes de retorno haveria 1 imigrante não-natural, vindo devido à laços de parentesco.

Para reforçar ainda mais o argumento de que o efeito indireto pode ser interpretado como um indicador do poder de atração populacional, ressalte-se que as estimativas dos referidos autores revelam que a mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba foi a que apresentou o maior efeito indireto das migrações de retorno. Neste caso, para cada 2 imigrantes de retorno havia 1 imigrante não-natural.

Não só o retorno explica o comportamento das migrações em Minas Gerais. O dinamismo de alguns lugares tem conseguido reverter a evasão populacional. Matos (1998), por exemplo, realizou um estudo do crescimento

dos cinquenta maiores municípios mineiros, durante o período 1960-70 e 1980-91.

Dos municípios constantes nos dois períodos, os que subiram de colocação no *ranking* de crescimento populacional foram aqueles sob a influência direta de Belo Horizonte (Contagem, Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis e Ouro Preto) e São Paulo (Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas e Varginha).

Outros dezoito municípios ingressaram na relação de 1991. Vários deles estão no entorno de Belo Horizonte, onde se destacam Betim e Contagem. Há aqueles sob a influência do “Vale do Aço”, como Ipatinga; outros sob influência do Distrito Federal, caso de Unai e Paracatu; e também sob influência de São Paulo, como Pouso Alegre.

Nota-se que algumas regiões passam por reestruturação e outras são revitalizadas. Belo Horizonte perde importância em favor do entorno da RMBH, enquanto o Triângulo Mineiro consolida-se como pólo dinâmico, possuindo vários municípios incluídos entre os mais populosos do estado – Uberlândia, Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Patrocínio e Araxá. O Sul de Minas destaca-se como pólo emergente, sobressaindo-se os municípios de Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre e Passos.

Mesmo nas áreas menos dinâmicas, há municípios que se destacam pela capacidade de polarização regional, o que certamente tem contribuído para a diminuição das perdas populacionais. É o caso de Juiz de Fora, na Zona da Mata; Montes Claros, Januária, São Francisco e Janaúba no Norte de Minas; e Unai e Paracatu, no Noroeste de Minas.

5.5 As múltiplas etapas migratórias das mesorregiões de Minas Gerais

Como tem sido colocado no decorrer deste trabalho, nem todos os migrantes contribuem para o saldo líquido e, portanto, para o crescimento populacional de uma região. É o caso dos *imigrantes de retorno pleno*, definido no capítulo 3 como aquele indivíduo que, dentro de um período determinado, sai e retorna à região, bem como os *emigrantes de passagem*, ou seja, pessoas que entram e saem da região no intervalo de 5 anos.

A presença destes tipos de migrantes também permite averiguar o quão intenso é o ritmo da mobilidade espacial da população e as possíveis diferenças entre as regiões. A Tabela 5.7 mostra estas informações, segundo as mesorregiões de origem e destino dos migrantes interestaduais.

Tabela 5. 7 Emigrantes e Imigrantes interestaduais de data fixa e última etapa (0 a 4 anos de residência), por mesorregião - Período 1986-91²⁴

MESORREGIÃO	Emigrantes				Imigrantes			
	u.e. (1)	d.f. (2)	u.e. - d.f. (3)	% (4)	u.e. (5)	d.f. (6)	u.e. - d.f. (7)	% (8)
Noroeste de MG	20.392	18.317	2.075	10,2	9.342	7.686	1.656	17,7
Norte de Minas	57.719	54.036	3.683	6,4	23.614	19.376	4.238	17,9
Jequitinhonha	31.943	29.159	2.784	8,7	10.894	8.383	2.511	23,0
Vale do Mucuri	31.527	28.976	2.551	8,1	10.621	8.720	1.901	17,9
Triângulo/Alto Paranaíba	66.797	60.021	6.776	10,1	79.240	72.731	6.509	8,2
Central Mineira	5.081	4.668	413	8,1	4.544	3.677	867	19,1
Metropolitana de BH	79.259	73.220	6.039	7,6	101.442	87.588	13.854	13,7
Vale do Rio Doce	71.512	67.926	3.586	5,0	37.863	29.431	8.432	22,3
Oeste de Minas	11.197	10.094	1.103	9,8	10.705	9.516	1.189	11,1
Sudoeste e Sul de MG	76.719	70.777	5.942	7,7	84.126	73.088	11.038	13,1
Campos das Vertentes	8.913	8.672	241	2,7	10.210	9.015	1.195	11,7
Zona da Mata	57.037	53.530	3.507	6,1	56.268	48.159	8.109	14,4
Total	518.095	479.397	38.700	7,5	438.869	377.370	61.499	14,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991 (microdados).

Nota: (4) = (3)/(1)*100 e (8) = (7)/(5)*100

A Tabela 5.7 está indicando que, em 1991, de um total de 438.869 pessoas, maiores de 4 anos de idade e com menos de 5 anos de residência em Minas Gerais, 61.499 (14,0%) realizaram *migração de retorno pleno*, isto é, aquela na qual o migrante sai de Minas Gerais após 1986 e volta antes de 1991 para determinada mesorregião. Ressalte-se, uma vez mais, que deveria ser acrescentado 21.269 migrantes que declararam erroneamente residir há 5 anos ou mais em Minas Gerais, mas estavam em outra UF em 1986, o que aumentaria o percentual para 18,0%. Pelo lado dos emigrantes, o percentual daqueles que apenas passaram pelo estado será maior que 7,5%, pois também há o problema da má declaração nos lugares de destino (Carvalho *et al*, 1998).

O mesmo tipo de leitura pode ser feita para as mesorregiões, posto que a *migração de retorno pleno* e a *emigração de passagem* pelo estado variam bastante de acordo com a região. Deve-se lembrar que, tanto uma, quanto

²⁴ Estão incluídos os imigrantes internacionais.

outra, serão um pouco maior, pois na Tabela 5.7 não estão incluídos os migrantes que declararam 5 ou mais anos de residência, mas que na verdade estavam em outro estado em 1986.

Uma primeira observação é que, quanto maior a evasão populacional, maior a participação relativa da *migração de retorno pleno* interestadual (coluna 4 da tabela 5.7). São as mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Rio Doce aquelas que mais possuem esse tipo de migrante. Se levarmos em conta os erros de declaração, os chamados transgressores – o que aumentaria a proporção –, em torno de um quarto dos imigrantes saíram após 1986 e voltaram antes de 1991. Esse percentual também é alto no Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Central Mineira.

Nas áreas mais dinâmicas, como, por exemplo, nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Sudoeste/Sul de Minas, a participação dos *migrantes de retorno pleno* mostra-se mais modesta e mais próxima da média do estado. Da mesma forma, o Triângulo/Alto Paranaíba foi a mesorregião com o maior saldo positivo interestadual do estado e também aquela que apresentou a menor participação de *migrantes de retorno pleno* interestadual.

Quanto à predominância dos *emigrantes de passagem* sobre aqueles que saíram após 1986 e *reemigraram* (coluna 8), o quadro não se configura de forma tão nítida. Os valores estão mais próximos da média do estado e algumas regiões estagnadas e/ou com base populacional mais modesta, apresentaram pequena participação desse tipo de emigração. Foi o caso das mesorregiões Campos das Vertentes, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Norte de Minas, onde a predominância dos *emigrantes interestaduais de passagem* pelo estado, em relação aos que realizaram *reemigração* interestadual, ficou abaixo da média estadual. Portanto, está implícito que foi relevante a participação relativa dos emigrantes interestaduais que saíram destas mesorregiões após 1986, e fizeram mais uma outra etapa interestadual até o destino.

Há um grupo intermediário em relação à participação dos *emigrantes interestaduais de passagem*, no qual se encontram mesorregiões desenvolvidas e estagnadas, do ponto de vista sócio-econômico, tais como

Região Metropolitana de Belo Horizonte e Sudoeste/Sul de Minas, mas também Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Esta ausência de regularidade entre predominância da *emigração interestadual de passagem* sobre a *reemigração* interestadual e condições sociais e econômicas fica evidente nas duas mesorregiões, cuja participação dos *emigrantes de passagem* é mais significativa: Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Em quase todas as mesorregiões, a participação da *migração interestadual de retorno pleno* prevalece sobre a *emigração interestadual de passagem*, e a amplitude desta diferença tende a ser maior quanto mais estagnada for a região. Foi justamente a mesorregião com o maior saldo migratório interestadual positivo do estado, Triângulo/Alto Paranaíba, a única onde a *emigração interestadual de passagem* mostrou-se predominante.

Estas considerações permitem algumas reflexões sobre a mobilidade espacial dos migrantes interestaduais mineiros. As múltiplas etapas, que não contribuem para o crescimento populacional do período 1986-91, são relevantes, na medida em que revelam algumas características importantes da dinâmica migratória regional. Um exemplo é a participação dos *imigrantes interestaduais de retorno pleno*, que podem atingir um quarto dos imigrantes de última etapa, com 0 a 4 anos de residência, como no Jequitinhonha.

Entretanto, no contexto geral das migrações interestaduais de 1986 a 1991, o retorno e, especialmente, a emigração por etapas, não constituem o tipo majoritário de migrações, pois prevalecem amplamente os movimentos diretos entre as mesorregiões e os demais estados. Como já foi dito, estas etapas evidenciam algumas características das regiões que, no entanto, devem ser complementadas com um outro aspecto fundamental das migrações: a proximidade geográfica.

De fato, se a *migração interestadual de retorno pleno* mostra-se mais significativa nas áreas mais pobres do estado, a predominância da *emigração interestadual de passagem* pelas mesorregiões sobre a *reemigração* para outros estados parece estar relacionada à proximidade com as mais importantes áreas de destino dos emigrantes de Minas. As três mesorregiões

onde esse tipo de emigração foi mais importante, Noroeste de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba e Oeste são, não por acaso, contíguas ou muito próximas às duas principais áreas de atração de mineiros: o estado de São Paulo e o Centro-Oeste.

5.5.1 Etapas migratórias interestaduais e proximidade geográfica

As Tabelas 5.8 e 5.9 deixam claro o caráter regional dos fluxos migratórios ocorridos no período 1986-91. No Noroeste de Minas, a imensa maioria dos emigrantes (86,0%) se dirigiu para o Centro-Oeste, assim como a maior parte dos imigrantes (64,6%) chegou desta região. Observando também a Tabela 5.7, como são relativamente significativas as proporções de *migrantes interestaduais de retorno pleno* (17,7% dos imigrantes de última etapa), bem como a predominância da *emigração interestadual de passagem* sobre a *reemigração* (10,2% dos emigrantes de última etapa) - sem contar os erros de declaração (transgressores) -, infere-se que é expressiva a mobilidade espacial dos migrantes entre essas regiões.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta uma situação semelhante, no que se refere à emigração interestadual, isto é, a passagem pela região como apenas uma etapa do movimento migratório é relativamente relevante, mas neste caso os fluxos com o Sudeste – leia-se São Paulo, pois 94,7% dos que emigraram para o Sudeste foram para este estado – foram significativos, ao contrário do Noroeste de Minas. A diferença é que o Triângulo, como área altamente dinâmica, foi a mesorregião de menor participação relativa dos *migrantes interestaduais de retorno pleno*. Pode parecer contraditório ter menor parcela deste tipo de migrante *vis-à-vis* a predominância da *emigração interestadual de passagem* sobre a *reemigração*, mas isto é um indício de que esta região tem se destacado como a principal área de atração populacional do estado de Minas Gerais.

Tabela 5. 8 Minas Gerais: Emigrantes interestaduais de data fixa, por mesorregião de origem e região de destino – 1986-91

MESORREGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 01/09/1986	REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 01/09/1991										Total de Emigrantes
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C.Oeste		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Noroeste de Minas	790	4,3	239	1,3	1.234	6,7	310	1,7	15.744	86,0	18.317
Norte de Minas	1.182	2,2	3.581	6,6	36.420	67,4	1.100	2,0	11.753	21,7	54.036
Jequitinhonha	780	2,7	3.688	12,6	22.779	78,1	688	2,4	1.224	4,2	29.159
Vale do Mucuri	1.876	6,5	5.169	17,8	20.697	71,4	217	0,7	1.017	3,5	28.976
Triângulo/Alto Paranaíba	3.012	5,0	2.262	3,8	25.442	42,4	1.945	3,2	27.359	45,6	60.021
Central Mineira	188	4,0	99	2,1	2.148	46,0	22	0,5	2.212	47,4	4.668
Metropolitana de BH	5.107	7,0	8.389	11,5	45.835	62,6	4.554	6,2	9.335	12,7	73.220
Vale do Rio Doce	8.668	12,8	2.586	3,8	51.591	76,0	1.210	1,8	3.872	5,7	67.926
Oeste de Minas	371	3,7	253	2,5	7.086	70,2	372	3,7	2.012	19,9	10.094
Sudoeste/Sul de Minas	945	1,3	1.221	1,7	63.096	89,1	2.789	3,9	2.726	3,9	70.777
Campos das Vertentes	135	1,6	258	3,0	6.840	78,9	284	3,3	1.155	13,3	8.672
Zona da Mata	1.569	2,9	1.422	2,7	46.745	87,3	1.323	2,5	2.470	4,6	53.530
TOTAL	24.623	5,1	29.167	6,1	329.913	68,8	14.814	3,1	80.878	16,9	479.396

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991.

Tabela 5. 9 Minas Gerais: Imigrantes interestaduais de data fixa, por mesorregião de destino e região de origem –1986-91

MESORREGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 01/09/1991	REGIÃO DE RESIDÊNCIA EM 01/09/1986										Total de Imigrantes
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C.Oeste		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Noroeste de Minas	335	4,4	469	6,1	1.084	14,1	828	10,8	4.955	64,6	7.671
Norte de Minas	430	2,2	5.902	30,6	10.307	53,5	673	3,5	1.968	10,2	19.280
Jequitinhonha	464	5,6	3.276	39,5	3.981	48,1	152	1,8	412	5,0	8.285
Vale do Mucuri	251	2,9	3.222	37,2	4.853	56,1	106	1,2	226	2,6	8.658
Triângulo/Alto Paranaíba	4.023	5,6	7.877	10,9	26.336	36,4	6.060	8,4	28.051	38,8	72.347
Central Mineira	162	4,5	419	11,7	1.607	45,0	43	1,2	1.343	37,6	3.574
Metropolitana de BH	7.170	8,5	18.946	22,3	46.440	54,7	4.150	4,9	8.137	9,6	84.843
Vale do Rio Doce	2.983	10,5	2.544	8,9	21.417	75,0	729	2,6	871	3,1	28.544
Oeste de Minas	453	4,8	949	10,1	5.835	62,1	499	5,3	1.653	17,6	9.389
Sudoeste/Sul de Minas	1.042	1,4	3.065	4,2	60.268	83,2	5.802	8,0	2.275	3,1	72.452
Campos das Vertentes	256	2,9	326	3,6	7.171	79,9	262	2,9	959	10,7	8.974
Zona da Mata	1.048	2,2	1.848	3,9	42.327	88,4	1.067	2,2	1.570	3,3	47.860
TOTAL	18.617	5,0	48.843	13,1	231.626	62,3	20.371	5,5	52.420	14,1	371.877

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991.

Vale notar que em mesorregiões tradicionais de emigração, como Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, a grande maioria dos emigrantes interestaduais partiu para o Sudeste, especialmente para São Paulo. Mas, no que tange aos imigrantes interestaduais, uma parcela bastante significativa, variando de 30,6% a 39,5%, chega do Nordeste, embora predomine a procedência do Sudeste. Nestas regiões, os *imigrantes interestaduais de retorno pleno* são parcela significativa dos imigrantes de última etapa.

O Vale do Rio Doce apresenta características muito semelhantes – relativamente baixa predominância da *emigração interestadual de passagem*

sobre a *reemigração interestadual* e alta *migração interestadual de retorno pleno*. Neste caso, São Paulo não prevalece na escolha dos emigrantes, pois mais da metade daqueles que se dirigiram para o Sudeste foram para o Espírito Santo, confirmando a relevância da proximidade geográfica. Foi também o Espírito Santo o estado que cedeu a maior parte dos imigrantes interestaduais.

Ainda no que se refere à participação da *migração interestadual de retorno pleno* e da predominância da *emigração interestadual de passagem* sobre a *reemigração interestadual*, merece destaque a similaridade entre as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Sudoeste/Sul de Minas. As proporções destes tipos de migrantes são muito próximas às médias do estado. Entretanto, estas regiões possuem tendências migratórias bastante distintas, o que não autoriza a classificá-las como pertencentes a uma mesma categoria.

A evolução destas duas regiões tem se dado de forma oposta, do ponto de vista dos saldos migratórios interestaduais. A RMBH vêm experimentando um contínuo arrefecimento no ritmo de seu crescimento populacional, enquanto o Sudoeste/Sul de Minas deixou de ser área de evasão e se tornou ganhadora de população.

Infelizmente não há como se comparar o quinquênio 1986-91 com períodos anteriores, pois apenas o Censo Demográfico de 1991 possui os dados necessários. Isso poderia revelar quais as tendências dos tipos de etapas migratórias interestaduais, e por conseguinte, da dinâmica regional. De qualquer forma, chama a atenção a modesta predominância, na RMBH, da *emigração interestadual de passagem* sobre a *reemigração interestadual*.

Para uma melhor compreensão da dinâmica das migrações nas diversas mesorregiões mineiras, cujas heterogeneidade e complexidade ficam evidentes nas análises anteriores, faz-se necessário um enfoque especial sobre o estado que mais tem contribuído, ao longo da história, para os fluxos populacionais de Minas Gerais. Com esta preocupação, a próxima seção abordará os movimentos migratórios ocorridos entre o estado de São Paulo e Minas Gerais. Sabe-se que as atividades econômicas daquele estado têm sofrido grandes alterações devido ao papel desempenhado, especialmente, pela sua região

metropolitana. Por isso, a análise irá considerar os fluxos entre as mesorregiões de Minas e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), além do interior do estado, a fim de se verificar em que medida as transformações se relacionam com o comportamento migratório de Minas Gerais.

5.6 Fluxos migratórios das mesorregiões de Minas Gerais: a importância de São Paulo

As questões da desconcentração das atividades econômicas e populacional, a partir da RMSP, têm sido bastante discutidas. Independentemente das possíveis divergências de ordem teórica e interpretativa, não há dúvidas de que as transformações no pólo que tradicionalmente mais atraía migrantes mineiros causam impacto nos fluxos populacionais entre os dois estados.

Antes mesmo da publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1991, Martine e Diniz (1991) analisaram os possíveis impactos da desconcentração econômica, a partir de São Paulo, sobre a dinâmica demográfica. A desconcentração da produção agrícola tivera início na década de 40, mas também a indústria começou a se desconcentrar, no final dos anos 60.

Apesar da crise econômica na primeira metade dos anos 80 ter resultado no arrefecimento da desconcentração econômica, em relação aos anos 70, os autores presumiam que a perda relativa de importância do estado de São Paulo teria, como uma de suas conseqüências, a extensão do perímetro do pólo dominante para fora do estado e argumentavam:

“Em síntese, os principais tipos de desconcentração que poderão ser esperados para o futuro são no sentido da área metropolitana de São Paulo em direção ao interior do próprio estado, para o Sul do Brasil, para Minas Gerais e para o Centro-Oeste” (Martine e Diniz, 1991:132).

Paralelamente, ainda segundo os referidos autores, seria de se esperar que a migração para São Paulo e sua área metropolitana apresentasse uma tendência declinante.

De fato, a participação relativa da população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no total do estado tem diminuído: 50,3% da população do estado residia nos municípios da RMSP em 1980, enquanto em 1991 essa proporção era de 48,9%. A taxa média geométrica de incremento anual atingiu 4,5% no período 1970-80, passando para 1,9% entre 1980-91. No mesmo período, o interior paulista atingiu uma taxa de 2,4% (Baeninger, 1997).

Baeninger (1997) associou o modelo de urbanização e o processo de redistribuição da população de São Paulo às etapas de expansão e desaceleração da economia brasileira, ao longo do período 1960 a 1980. Em uma primeira etapa, a RMSP canalizou a instalação de indústrias, em detrimento do interior do estado. Posteriormente, a desconcentração relativa das atividades industriais e o “processo de interiorização da indústria”, teriam resultado no ressurgimento do dinamismo econômico do interior paulista, nos anos 70.

O censo de 1991 apontou para uma consolidação e intensificação das tendências observadas nos anos 70, como a expressiva diminuição da entrada de imigrantes de outros estados para a RMSP, especialmente os procedentes de Minas Gerais e Paraná. No período 1980-91, pela primeira vez no século, a área metropolitana de São Paulo teve um saldo migratório negativo de aproximadamente 274 mil pessoas. A capital teria sido a maior responsável pela perda líquida do período, com saldo negativo de 750 mil pessoas²⁵ (Baeninger, 1997).

De fato, ao analisar a diferença entre o crescimento populacional da capital e do entorno da RMSP, Cunha (1994) ressalta que, a partir dos anos 60, as taxas desses municípios começaram a superar em mais de 50% as taxas experimentadas pela capital. Na década de 70, o crescimento da periferia teria sido 73% maior que o centro, “tendência acentuada ainda mais nos anos 80, quando este último cresceu três vezes menos que aquela” (Cunha, 1994).

²⁵ As estimativas citadas por Baeninger foram realizadas pela Fundação SEADE, utilizando o método das estimativas vitais. Ver:

FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, 1993.

Apesar das transformações ocorridas no estado de São Paulo, especialmente o arrefecimento do poder de atração de sua metrópole, paralela à diminuição das entradas de mineiros, os saldos migratórios com o estado de Minas Gerais são positivos.

As informações da Tabela 5.9 mostram os resultados dos dados de data fixa, com os saldos entre a RMSP e o interior de São Paulo (INSP) com as mesorregiões de Minas Gerais, referentes ao período entre 1986 e 1991. A RMSP recebeu 102.815 imigrantes e o INSP recebeu um contingente maior, de 133.271 imigrantes. Em contrapartida, a RMSP cedeu 97.355 emigrantes para Minas Gerais, enquanto o INSP, apenas 48.469 emigrantes. Portanto, o ganho líquido total do estado de São Paulo foi de 90.264 pessoas.

Tabela 5. 10 São Paulo: saldos migratórios entre a RMSP e o INSP com as mesorregiões do estado de Minas Gerais – 1986-91

Mesorregião de origem dos Imigrantes e destino dos emigrantes	RMSP			INSP		
	Imigrantes	Emigrantes	SM	Imigrantes	Emigrantes	SM
Noroeste de Minas	387	476	-89	732	423	309
Norte de Minas	19.574	7.334	12.240	16.046	1.600	14.446
Jequitinhonha	9.849	2.569	7.280	11.213	665	10.548
Vale do Mucuri	6.044	2.386	3.658	6.981	203	6.778
Triângulo/Alto Paranaíba	4.855	11.609	-6.754	19.431	11.952	7.479
Central Mineira	1.241	890	351	506	348	158
Metropolitana de BH	17.599	19.602	-2.003	10.643	4.797	5.846
Vale do Rio Doce	13.180	6.740	6.440	7.913	1.153	6.760
Oeste de Minas	2.994	3.613	-619	3.411	969	2.442
Sudoeste/Sul de Minas	12.370	29.095	-16.725	47.408	24.069	23.339
Campos das Vertentes	2.468	3.971	-1.503	1.963	494	1.469
Zona da Mata	12.254	9.070	3.184	7.024	1.796	5.228
Total	102.815	97.354	5.461	133.272	48.469	84.803

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991.

Nota: RMSP refere-se à mesorregião Metropolitana de São Paulo e INSP à agregação de todas as outras mesorregiões do estado.

Do ponto de vista de Minas Gerais, percebe-se que a emigração teve como destino principal o interior do estado de São Paulo, ao passo que a maior parte dos imigrantes chegou da RMSP (praticamente o dobro do interior). O saldo migratório entre a RMSP e o estado de Minas como um todo é, de fato, muito pequeno, pouco mais de 5 mil pessoas.

O interior do estado de São Paulo apresentou saldo migratório positivo com todas as mesorregiões de Minas Gerais (ver Mapa 5.2). Os maiores ganhos ficaram por conta dos fluxos com áreas tradicionais de emigração, como Norte de Minas e Jequitinhonha, mas, também, com o Sudoeste/Sul de Minas.

Esta mesorregião, muito próxima e interligada a São Paulo, foi a que mais cedeu emigrantes. Havia 47.408 imigrantes procedentes desta área, no INSP, apesar de ter sido também aquela que mais recebeu população do INSP – um total de 24.069 pessoas. Portanto, é o interior do estado de São Paulo, e não sua região metropolitana, a área que mais atrai mineiros.

Quando a área de referência é a RMSP, nota-se que os saldos migratórios com as regiões mineiras nem sempre foram positivos. As regiões mais dinâmicas de Minas, como a RMBH, o Triângulo/Alto Paranaíba e, principalmente, o Sudoeste/Sul de Minas, tiveram ganho líquido populacional em seus fluxos migratórios com a RMSP.

Se consideramos o saldo migratório dessas três mesorregiões com as regiões brasileiras, cujos imigrantes e emigrantes estão dispostos nas tabelas 5.8 e 5.9, a importância da participação do estado de São Paulo fica bastante evidente.

O Triângulo/Alto Paranaíba apresentou saldo migratório positivo com todas as grandes Regiões do Brasil. Portanto, nos níveis de desagregação regional abordados nesta tese, a única área em que essa mesorregião teve saldo negativo foi com o interior de São Paulo, o que lhe conferiu uma pequena perda em relação a este estado como um todo. Isso mostra, ao mesmo tempo, o poder de atração populacional desta área face às Regiões brasileiras e a forte ligação com o interior paulista, principal área de atração do estado de São Paulo.

Mapa 5. 2 – Saldos migratórios da RSMP e INSP com as mesorregiões de Minas Gerais – período 1986-91

O saldo migratório da RMBH com as outras regiões brasileiras foi, em geral, positivo. As exceções ficaram por conta da Região Sul, cujo saldo foi praticamente nulo, e do Centro-Oeste, com ligeiro saldo a favor desta última. Enfocando-se o estado de São Paulo, houve perda líquida, pois o saldo migratório deste estado como um todo foi positivo, em quase 4 mil pessoas, fruto do ganho populacional de 5.846 pessoas do INSP, uma vez que a RMSP apresentou uma perda de 2.003 pessoas com a RMBH.

A mesorregião Sudoeste/Sul de Minas também obteve saldo positivo com o resto do Brasil. Com o Centro-Oeste e Sudeste os saldos foram negativos, mas quase insignificantes. Esta região foi a que experimentou o maior número de imigrantes procedentes tanto da RMSP, quanto do INSP, mas também o maior número de emigrantes com destino ao interior paulista, como visto anteriormente. Daí o saldo negativo com o estado de São Paulo como um todo.

Os saldos migratórios positivos de regiões como Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, RMBH e Sudoeste/Sul de Minas, bem como a diminuição das perdas populacionais nas áreas tradicionais de emigração, com forte participação da migração de retorno, apontam para o papel declinante de Minas Gerais como estado de maior evasão populacional no Brasil, revelando um fortalecimento da capacidade de retenção de migrantes no próprio estado.

Considerando-se os históricos intercâmbios econômicos e populacionais entre Minas e São Paulo, uma tentativa de prognóstico diria que o comportamento migratório mineiro mais imediato depende, também, da própria dinâmica demográfica paulista. Neste contexto, a relativa desconcentração das atividades industriais da RMSP joga um peso importante na configuração do atual quadro migratório regional. Pode-se dizer que a RMSP não mais atrai, como outrora, migrantes das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que parte expressiva de seus emigrantes é absorvida pelas regiões vizinhas, do interior mineiro.

Analisado o quadro das migrações interestaduais de Minas Gerais, para a melhor compreensão do fenômeno migratório ocorrido no interior do estado, falta ainda abordar os fluxos intra-estaduais. A próxima seção enfocará as

trocas populacionais e as etapas da migração ocorridas entre as mesorregiões de Minas, no período 1986-91.

5.7 Fluxos populacionais, saldos migratórios e etapas migratórias entre as mesorregiões de Minas Gerais, no período 1986-91

Sendo Minas Gerais um estado historicamente marcado pelas emigrações em direção às outras unidades da federação, as áreas de atração dentro de seu próprio território eram tradicionalmente restritas e concentradas na região de Belo Horizonte. Um estudo da Fundação João Pinheiro de 1988, intitulado “Estrutura Espacial de Minas Gerais”, citado por Matos (1995), dividia o estado em cinco macrorregiões, subordinadas aos centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia-Brasília, Salvador e Belo Horizonte.

Baseado nos estudos da Fundação João Pinheiro, Matos (1995) observava que a macrorregião de São Paulo vinha mantendo sua influência, enquanto a do Rio de Janeiro experimentava significativa redução, devido à estagnação de sua metrópole, mas também à concorrência da influência de Belo Horizonte.

Na seção 5.6.1, vimos que algumas mesorregiões de Minas Gerais estavam, em termos de fluxos migratórios, bastante interligadas às áreas dinâmicas do país e geograficamente próximas. Os casos mais significativos verificam-se nas trocas populacionais entre o Sudoeste/Sul de Minas com São Paulo, assim como o Triângulo/Alto Paranaíba, que também se interligava com o Centro-Oeste.

Os dados do Censo Demográfico de 1980 já mostravam que, nos anos 70, apesar de Belo Horizonte ser o principal pólo econômico de Minas Gerais, iniciava-se um processo de emigração da capital para os municípios do entorno de sua região metropolitana²⁶. Entretanto, este fenômeno não se restringiu apenas ao espaço metropolitano. Analisando uma ampla área de influência da capital mineira, composta por 446 municípios, Matos (1995) notou que a

²⁶ Ver Rigotti (1994) e Matos (1995).

participação da população de Belo Horizonte no total desta macrorregião também tem diminuído:

“evoluiu de 19,4% em 1980 para 18,5% em 1991, testemunhando a quebra de uma tendência histórica de concentração populacional, que teve seu ápice em 1980” (Matos, 1995:70).

Assim como a consideração da proximidade geográfica torna-se essencial para a compreensão dos fluxos migratórios interestaduais, é de se esperar que ela também seja fundamental para o entendimento das migrações dentro do próprio estado, associada à relativa desconcentração populacional a partir de Belo Horizonte.

Levando em conta estas questões, a partir daqui, procura-se entender o comportamento migratório ocorrido dentro do estado de Minas Gerais, considerando-se a metodologia desenvolvida no capítulo 3. Como o conjunto das mesorregiões não forma uma população fechada, como se pressupunha na discussão metodológica, tem-se que acrescentar uma linha com aqueles procedentes de fora de Minas, tanto na matriz de última etapa, quanto na matriz de data fixa. Isto deve-se ao fato de que há imigrantes de última etapa nas mesorregiões com origem fora de Minas Gerais que são imigrantes de data fixa com origem em outras mesorregiões e vice-versa.

As próximas seções analisarão os fluxos e os saldo migratórios entre as mesorregiões de Minas Gerais (migração intermesorregional), no período 1986-91, pautadas em uma discussão sobre as etapas da migração, captáveis pelas informações do Censo Demográfico de 1991.

A Matriz 1, mostra os migrantes de última etapa, maiores de 4 anos de idade, morando há menos de 5 anos na mesorregião de residência, em 1991. Optou-se por manter os migrantes, cujo movimento intermunicipal se deu dentro da própria mesorregião (diagonal principal da matriz), dada a sua notória relevância nos fluxos populacionais ocorridos no interior do estado.

Matriz 1 – Migrantes de última etapa, com menos de 5 anos de residência na mesorregião - 1991

De um total de 1.451.964 migrantes intermunicipais, cujo último movimento se deu dentro do estado, mais da metade (52,5%) migrou dentro da própria mesorregião. Fica clara a importância da migração de mais curta distância nos movimentos intra-estaduais. A participação destes migrantes nunca é menor que 30,4%, como na mesorregião Central Mineira, chegando até 62,5%, no Norte de Minas.

Em relação ao número de imigrantes de última etapa, destacam-se a Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo/Alto Paranaíba e Sudoeste/Sul de Minas, nesta ordem. Quanto ao número de emigrantes, sobressaem a Metropolitana de Belo Horizonte, Campos das Vertentes, Vale do Rio Doce e Sudoeste/Sul de Minas. Portanto, as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Sudoeste/Sul de Minas são importantes áreas de atração dentro do estado, mas também de evasão populacional, o que não acontece com o Triângulo/Alto Paranaíba.

Vale ressaltar que, além da migração envolvendo a RMBH, tanto como destino, quanto como origem, são poucos os fluxos relativamente importantes, dentro do estado. Os destaques ficam por conta dos movimentos populacionais em direção ao Sudoeste/Sul de Minas, com origem em Campos das Vertentes, Zona da Mata e Oeste de Minas; para o Triângulo/Alto Paranaíba, a partir do Sudoeste/Sul de Minas, Zona da Mata, Campos das Vertentes e Noroeste de Minas, assim como do Triângulo/Alto Paranaíba para o Noroeste de Minas; os fluxos para o Vale do Rio Doce, procedentes do Sudoeste/Sul de Minas e Zona da Mata; e para a Zona da Mata, com origem no Vale do Rio Doce, Campos das Vertentes e Sudoeste/Sul de Minas. Nota-se que os fluxos são, em grande parte, recíprocos. Além disso, mais uma vez fica evidenciada a influência da proximidade geográfica e a importância do Triângulo/Alto Paranaíba, cujo poder de atração atinge regiões mais distantes, como a Zona da Mata e o Sul de Minas.

A matriz 2, com os migrantes de data fixa, permite averiguar não só os fluxos, mas também os saldos migratórios intermesorregionais.

Matriz 2 – Migrantes de data fixa – 1986-91

Assim como nos fluxos interestaduais, as mesorregiões RMBH, Triângulo/Alto Paranaíba e Sudoeste/Sul de Minas também experimentaram saldos migratórios inter-regionais positivos, inclusive maiores que os ganhos com outros estados.

A RMBH, que obteve um ganho líquido interestadual ligeiramente menor que o Triângulo/Alto Paranaíba (11,6 mil e 12,3 mil pessoas, respectivamente), foi o grande destaque nos saldos migratórios positivos intermesorregionais, posto que as entradas de migrantes superaram as saídas em 134 mil pessoas, mesmo sendo a segunda mesorregião que mais cedeu população para as outras mesorregiões do estado. Apenas Noroeste de Minas tem uma participação modesta como origem de seus imigrantes. Todas as outras mesorregiões fornecem um significativo contingente de migrantes, especialmente o Vale do Rio Doce (mais de 50 mil pessoas).

Isto deixa claro que, assim como em décadas anteriores, a RMBH continuou sendo a principal área de destino dos emigrantes do interior de Minas Gerais, apesar de não ser a mais importante região de atração de migrantes procedentes de outros estados (liderança exercida pelo Triângulo/Alto Paranaíba), além da emergência do Sudoeste/Sul de Minas como nova área de atração.

No Triângulo/Alto Paranaíba os imigrantes procedentes do Sudoeste/Sul de Minas, RMBH, Zona da Mata e Campos das Vertentes são maioria. Portanto, o Triângulo não atrai apenas migrantes das áreas vizinhas, pois seu poder de atração chega até o leste do estado. O mesmo não ocorre com o Sudoeste/Sul de Minas, onde prevalecem amplamente os migrantes procedentes de Campos das Vertentes.

Um fato que chama a atenção é que o Noroeste de Minas também apresentou saldo migratório intermesorregional positivo (3 mil pessoas), ao contrário do ocorrido com o saldo interestadual, que foi negativo, em torno de 11 mil pessoas. Esta mesorregião foi destino de migrantes procedentes, predominantemente, do Triângulo/Alto Paranaíba, mas também mostraram-se significativos os fluxos com origem nas mesorregiões Norte de Minas, RMBH, e também com a relativamente distante mesorregião Sudoeste/Sul de Minas.

Em relação às mesorregiões que apresentaram saldo migratório inter-regional negativo, o maior destaque ficou por conta de Campos das Vertentes, com perda líquida de 72 mil pessoas – a maior do estado. Houve um fenômeno oposto àquele comentado anteriormente sobre o Noroeste de Minas, haja vista que o saldo interestadual foi ligeiramente positivo (em torno de 700 pessoas). Destacam-se como receptoras dos emigrantes de Campos das Vertentes, as mesorregiões mais próximas – além do Sudoeste/Sul de Minas, a RMBH.

No Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri e Norte de Minas os saldos migratórios intermesorregionais são negativos, mas apresentam um volume menor do que no caso das perdas interestaduais. Na Zona da Mata, Central Mineira e Oeste de Minas, os saldos negativos inter-regionais são mais volumosos do que os interestaduais. A mesorregião RMBH é o destino da grande maioria destes migrantes.

Vimos, no capítulo 3, que o último lugar de residência não é, necessariamente, o mesmo de 1986. Em cada uma das células, o migrante de última etapa pode ter quatro origens de data fixa: a mesma mesorregião de última etapa; a própria mesorregião de residência em 1991 (migrantes de retorno pleno); as demais mesorregiões do estado (excluídas as mesorregiões de origem de última etapa e a de residência em 1991); outras Unidades da Federação e o exterior.

Exemplificando, no Vale do Rio Doce havia, em 1991, 9.060 imigrantes vindos da Zona da Mata, com menos de 5 anos de residência. Em 1986, alguns destes imigrantes podiam estar morando: na mesorregião Zona da Mata, caso em que a origem de data fixa seria a mesma; na própria mesorregião Vale do Rio Doce (retornados plenos); nas demais mesorregiões de Minas Gerais ou fora do estado – alguns no Rio de Janeiro, outros nos EUA, por exemplo.

Na soma de cada uma das linhas estarão incluídos todos os emigrantes de última etapa de cada mesorregião, que saíram diretamente para outra mesorregião de destino, mas, cuja origem de data fixa será uma daquelas quatro possibilidades. A soma das colunas inclui todos os imigrantes de última etapa de cada mesorregião, com as mesmas possibilidades de origem, quanto à data fixa.

**Mapa 5. 3 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Noroeste de Minas,
Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri – 1986-91**

Mapa 5. 4 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce – 1986-91

**Mapa 5. 5 Imigrantes de data fixa das mesorregiões Oeste de Minas,
Sudoeste/Sul de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata – 1986-91**

Em relação aos dados de data fixa, as mesorregiões que mais receberam migrantes foram: Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo/Alto Paranaíba e Sudoeste/Sul de Minas. Nota-se que a participação das mesorregiões, em relação ao total de imigrantes, é praticamente a mesma daquela verificada no caso da matriz com informações de última etapa. Há imigrantes que residiam em determinada mesorregião em 1986 e partiram diretamente para a mesorregião de destino, onde foram recenseados em 1991. Portanto, são também computados na informação de última etapa.

Por outro lado, existem imigrantes que deixaram uma determinada mesorregião de residência em 1986, passaram em outro lugar qualquer – que pode ser outra mesorregião, outro estado ou mesmo outro país – e depois se deslocaram para a mesorregião em que declararam residência em 1991. Vale lembrar, nos imigrantes de data fixa não estão incluídos os de *retorno pleno*, isto é, aqueles cuja mesorregião de residência em 1986 era a mesma de 1991.

Como exemplo, pode-se pensar no caso do Sudoeste/Sul de Minas onde havia, em 1991, 25.953 imigrantes, cujo lugar de residência em 1986 era a mesorregião Campos das Vertentes. Alguns deles foram diretamente da mesorregião de origem para a de destino (mesma informação de última etapa); outros saíram de Campos das Vertentes, passaram em outra mesorregião e depois se deslocaram para o Sudoeste/Sul de Minas; e há também aqueles que saíram de Campos das Vertentes para fora de Minas Gerais (se dirigiram para outro estado, ou outro país) e, posteriormente, foram para o Sudoeste/Sul de Minas.

A participação das mesorregiões no total de emigrantes intermesorregionais de data fixa mostra-se algo diferente daquela observada a partir das informações de última etapa. A mesorregião Campos das Vertentes passa a ser a que mais perde emigrantes, seguida pela RMBH. Como na matriz com os dados de última etapa, a mesorregião Vale do Rio Doce fica em terceiro lugar, mas precede a Zona da Mata, e não o Sudoeste/Sul de Minas.

Da mesma forma que na interpretação dos imigrantes, a mesorregião da qual partiram os emigrantes de data fixa pode ser a mesma informada pelo quesito de última etapa. Mas, além desta, o emigrante de data fixa também

pode ter, como origem de última etapa, qualquer outra mesorregião, diferente daquela de residência em 1986, uma outra UF ou o exterior.

Ao comparar os dados da matriz de migrantes de última etapa e de data fixa, nota-se que há desigualdades, que expressam a mobilidade espacial dos migrantes, segundo as etapas captadas pelo Censo Demográfico de 1991. Cada célula referente a duas mesorregiões quaisquer i e j corresponde à diferença entre os migrantes de última etapa de i para j , que são migrantes de data fixa de i para j , e os migrantes de data fixa de i para j , que não são migrantes de última etapa de i para j . O primeiro termo da diferença corresponde aos *migrantes de passagem*²⁷ de i com destino a j (não residiam em i , nem em 1986, nem em 1991) e o segundo refere-se aos emigrantes de data fixa de i para j , que não o são de última etapa, pois após saírem de i , tiveram pelo menos uma etapa intermediária antes de emigrarem para j . São *reemigrantes* em relação a i . Se o resultado é positivo, há mais emigrantes de última etapa entre i e j , que são *emigrantes de passagem* (por isto não são data fixa i - j), do que emigrantes de data fixa entre i e j , que são *reemigrantes* de i (por isto não aparecem como última etapa i - j).

O conceito de “*reemigração*” e a referência espacial para este tipo de análise tornam-se fundamentais. O estudo da mobilidade espacial centra-se, neste trabalho, evidentemente, nas etapas migratórias captáveis pelo Censo Demográfico de 1991. A Matriz 3 informa que na quase totalidade dos pares de mesorregiões os movimentos diretos entre uma e outra (última etapa) predominam sobre aqueles em que houve pelo menos uma etapa intermediária entre as duas mesorregiões, dentro do período 1986-91. A referência espacial está sempre subjacente: a migração direta entre lugares (última etapa), quando a origem é diferente daquela de data fixa, é uma etapa posterior ao movimento de saída do local registrado na data fixa, ou seja, é a *reemigração*, sob o ponto de vista do lugar de residência em 1986.

²⁷ Entre os de passagem de i , no fluxo i - j , estão incluídos também os retornados plenos de i para j . Todo retornado pleno é, por definição, um emigrante de passagem de outra região.

Matriz 3 – Diferença entre as matrizes 1 e 2

As células da Matriz 3 mostram uma predominância do número de migrantes informado pelo quesito de última etapa em comparação ao de data fixa²⁸. As exceções são localizadas e encontram-se nos fluxos do Noroeste de Minas para o Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Zona da Mata; do Norte de Minas para o Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce; do Jequitinhonha para o Noroeste de Minas e Sudoeste/Sul de Minas; do Vale do Mucuri para o Noroeste de Minas; da Central Mineira para o Jequitinhonha e Vale do Mucuri; do Sudoeste/Sul de Minas para o Noroeste de Minas e Jequitinhonha. Nestes fluxos, a *reemigração* foi significativa ou, pelo menos, maior do que a *emigração de passagem*.

A interpretação da diferença entre o número de imigrantes de última etapa e de data fixa em uma célula é a recíproca dos emigrantes. Se o número for positivo, os imigrantes de última etapa que chegaram diretamente de uma determinada mesorregião, qualquer que seja o lugar de residência em 1986, supera aqueles que estavam nesta mesma mesorregião em 1986 (data fixa) e passaram em outra região qualquer antes de se deslocarem diretamente para a mesorregião de destino. Se o número for negativo, ocorrerá o contrário.

Percebe-se que as matrizes com os fluxos entre as mesorregiões não são de uma população fechada, como nas matrizes hipotéticas analisadas no capítulo 3, motivo pelo qual não se pode interpretar a soma de todas as linhas, ou de todas as colunas – neste caso, 84.866 pessoas – como o número de *retornados plenos*.

Além dos *imigrantes de retorno pleno*, a informação de última etapa inclui, também, todos aqueles imigrantes, das mesorregiões, cuja residência imediatamente anterior se encontrava fora de Minas Gerais (outros estados e países), assim como a informação de data fixa inclui, também, todos os que, em 1986, residiam em outros estados e no exterior. A diferença entre estas duas informações não contém os imigrantes que, simultaneamente, chegaram

²⁸ Em princípio, a soma da linha de última etapa de uma região pode ser menor do que a de data fixa (região onde os *reemigrantes* sejam mais numerosos do que os *emigrantes de passagem*), o que não acontece no caso analisado. Obviamente, o somatório das somas das linhas de última etapa tem que ser maior do que o somatório das somas das linhas de data fixa, devido aos *retornados plenos*.

diretamente de fora de Minas (última etapa) e que, na data fixa (1986), residiam fora de Minas Gerais.

A soma das células de uma coluna da Matriz 3 (última linha da matriz) corresponde aos *imigrantes retornados plenos* da mesorregião, seja de origem de última etapa em outras mesorregiões, seja de origem fora do estado. A interpretação torna-se a mesma daquela exposta no capítulo 3, pois todos os imigrantes estão incluídos, inclusive os com origem fora do estado.

Uma observação fundamental diz respeito aos imigrantes de última etapa incluídos na linha referente às pessoas procedentes de fora de Minas Gerais (Matriz 1). Estes não são exatamente os imigrantes de última etapa interestaduais, mostrados na tabela 5.6 (438.869 pessoas), porque nestes estão incluídos os imigrantes interestaduais que, em seguida, fizeram pelo menos uma etapa migratória intra-estadual. No estado de Minas havia um contingente de 54.293 pessoas procedentes de outros estados, mas que ainda fizeram, posteriormente, ao menos uma etapa migratória dentro do estado.

Estas pessoas foram excluídas da última linha da matriz de última etapa, referente aos imigrantes das mesorregiões procedentes de fora de Minas Gerais. Trata-se de pessoas procedentes de fora de Minas, mas com uma etapa entre mesorregiões, o que já foi computado na linha do total de imigrantes sem a diagonal principal.

A linha "*imigrantes de retorno pleno*" da matriz 3 informa que havia 92.074 pessoas que estavam em alguma mesorregião mineira em 1986, saíram para qualquer outro lugar e depois retornaram para a mesma mesorregião. Vale lembrar, que grande parte dos *imigrantes de retorno pleno* da matriz 3 são pessoas que, durante o período 1986-91, saíram das mesorregiões, foram para outro estado e retornaram para a mesma mesorregião. Portanto, coincidem com os migrantes da tabela 5.7.

Poderia se pensar que a diferença entre o total de *retornados plenos* da matriz 3 (92.074 pessoas) e da tabela 5.7 (61.499 pessoas) seria os *migrantes de retorno pleno* inter-regionais, uma vez que na primeira estão incluídos tanto os migrantes com origem em outra mesorregião, quanto os com origem fora do estado, enquanto a segunda contém apenas os migrantes com origem fora do

estado. Contudo, há um tipo de migração que não está incluída na matriz 3, mas apenas na tabela 5.7: o migrante que saiu de uma determinada mesorregião para outro estado ou país após 1986, retornou para um município da mesma mesorregião e depois ainda fez uma migração dentro dela.

De maneira geral, as maiores proporções deste tipo de migrante, em relação aos imigrantes de última etapa, coincidem com aquelas verificadas para o *retorno pleno* interestadual, apresentados na Tabela 5.7.

Com proporções maiores que 10,0%, encontram-se as mesorregiões Vale do Mucuri (13,5%), Central Mineira (12,2%), Jequitinhonha (12,2%), Vale do Rio Doce (10,6%) e Noroeste de Minas (10,2%). Com exceção do Noroeste de Minas, todas elas também possuem maiores proporções de *imigrantes de retorno pleno* interestadual.

Há um grupo intermediário formado pelas outras mesorregiões, nas quais a proporção dos *imigrantes de retorno pleno* varia de 8,7% (Zona da Mata) até 6,6% (Campos das Vertentes). Assim como no caso das migrações interestaduais, a mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba apresentou uma pequena participação destes tipo de imigrante (3,4%). A novidade fica por conta da RMBH, onde, diferentemente dos fluxos interestaduais, apenas 3,6% dos imigrantes de última etapa eram *retornados plenos*.

Novamente, verifica-se uma relação inversa entre dinamismo demográfico e *migração de retorno pleno*. Na RMBH dos fluxos inter-regionais – a principal área de atração dos migrantes procedentes do próprio estado –, esta migração foi muito menos significativa que na RMBH dos fluxos interestaduais.

Enfim, o tratamento simultâneo das matrizes contendo os dados de última etapa, data fixa e a diferença entre ambas, mostra o quanto é complexa a análise da mobilidade populacional. Também deixa clara a importância dos fluxos intra-estaduais, na configuração das migrações de Minas Gerais. Em linhas gerais, Belo Horizonte se destaca como a principal área de destino, e Campos das Vertentes como a mesorregião que mais cedeu emigrantes, principalmente, para o Sudoeste/Sul de Minas. Além disso, o Triângulo/Alto Paranaíba mostra seu vigor como área de atração dentro do estado.

Uma questão que ainda pode ser colocada é se teria ocorrido uma continuação do comportamento das migrações em Minas Gerais, no período 1991-96.

5.8 A queda da evasão populacional em Minas Gerais

A comparação das informações sobre migrações do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População 1996 permite algumas avaliações sobre o comportamento atual e das tendências da migração em Minas Gerais, como mostram a Tabela 5.10 e o Gráfico 5.1.

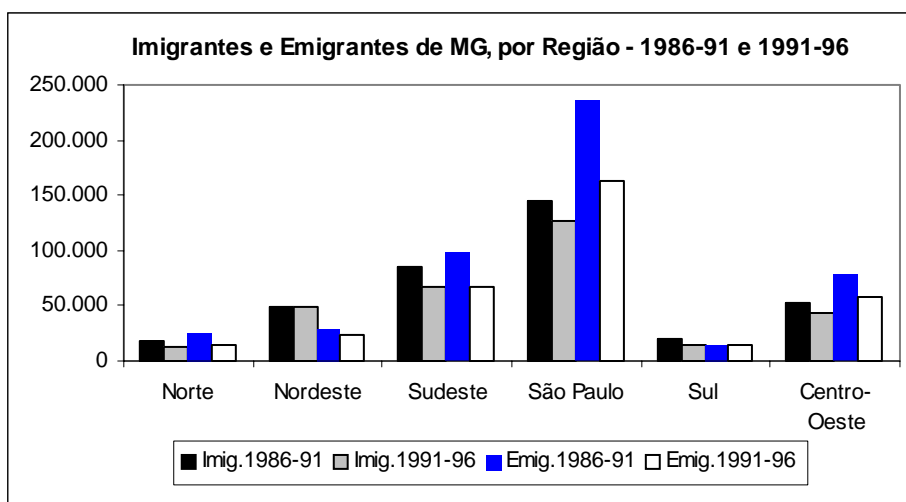
Uma primeira observação é que o saldo migratório do período aponta para a continuação e intensificação do processo de diminuição das perdas populacionais. Ao se analisar os saldos migratórios de Minas Gerais com as diversas regiões brasileiras, nota-se que houve um arrefecimento generalizado dos saldos migratórios negativos, e o balanço positivo das trocas com o Nordeste aumentou, havendo, no entanto, redução dos ganhos líquidos com a região Sul.

Tabela 5. 11 Imigrantes, emigrantes e saldos migratórios de Minas Gerais, segundo Regiões – Períodos 1986-91 e 1991-96

Região de origem/destino	Período 1986-91			Período 1991-96		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Norte	18.622	24.882	-6.260	13.512	13.925	-413
Nordeste	48.839	28.540	20.299	49.310	22.965	26.345
Sudeste	85.809	96.957	-11.148	67.887	67.927	-40
São Paulo	145.823	236.086	-90.263	126.743	163.056	-36.313
Sul	20.369	14.313	6.056	14.145	13.704	441
Centro-Oeste	52.426	78.620	-26.194	43.888	57.707	-13.819
Total	371.888	479.398	-107.510	315.485	339.284	-23.799

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996

Gráfico 5. 2 Imigrantes e emigrantes (data fixa) de Minas Gerais, 1986/91 e 1991/96



Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

Chama atenção o fato de que, para todas as regiões de destino, o número de emigrantes caiu de modo significativo. Contudo, o número de imigrantes também sofreu decréscimo, exceto os procedentes do Nordeste (mas, neste caso, o crescimento foi muito pequeno). Portanto, a diminuição dos saldos negativos do estado de Minas Gerais deve-se à queda da evasão populacional e não ao aumento da imigração. Este fenômeno foi particularmente importante no saldo com o estado de São Paulo, que é a UF que recebe a maior parte dos emigrantes de Minas, e também cede a maioria dos imigrantes.

Tabela 5. 12 Mesorregiões de Minas Gerais: imigrantes, segundo região de origem – período 1991-96

Mesorregião em 1996	Região em 1991						
	Norte	Nordeste	ES e RJ	São Paulo	Sul	Centro-Oeste	Imigrantes
Noroeste de MG	422	650	145	678	400	3.995	6.290
Norte de Minas	331	4.009	724	6.882	319	1.634	13.899
Jequitinhonha	132	1.579	431	2.860	78	163	5.243
Vale do Mucuri	198	2.297	1.607	2.161	62	181	6.506
Triângulo/Alto Paranaíba	3.688	10.655	1.978	21.348	4.271	24.765	66.705
Central Mineira	162	488	224	1.065	96	902	2.937
Metropolitana de BH	4.732	18.489	15.862	17.484	2.751	6.225	65.543
Vale do Rio Doce	1.373	2.605	9.374	6.292	410	968	21.022
Oeste de Minas	316	1.316	867	4.808	701	1.149	9.157
Sudoeste e Sul de MG	1.067	4.348	6.499	49.210	3.867	1.924	66.915
Campos das Vertentes	200	510	2.708	4.225	286	455	8.384
Zona da Mata	891	2.364	27.467	9.730	905	1.527	42.884
Emigrantes	13.512	49.310	67.886	126.743	14.146	43.888	315.485

Fonte: IBGE, Contagem da População - 1996

Em relação aos imigrantes, os gráficos 5.4 mostram que, a queda do número de imigrantes ocorreu em todas as mesorregiões. Mesmo aquelas mais dinâmicas, como o Triângulo/Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte e Sudoeste/Sul de Minas, não atraíram mais imigrantes no período 1991-96, se comparado com o quinquênio anterior.

A exceção ocorre quando a região de origem é o Nordeste. Neste caso, a maioria das mesorregiões experimentou um modesto aumento do número de imigrantes, com destaque para o Triângulo/Alto Paranaíba, seguida do Sudoeste/Sul de Minas. Mesorregiões mais próximas, como o Jequitinhonha e Norte de Minas não tiveram maior número de imigrantes no período 1991-96, refletindo a estagnação econômica e demográfica desta vasta área do território mineiro.

**Gráfico 5. 3 Número de imigrantes das mesorregiões de Minas Gerais –
1986-91 e 1991-96**

A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte também não experimentou aumento do número destes imigrantes. Apesar de continuar sendo a que mais recebeu pessoas procedentes do Nordeste, a diminuição do contingente de imigrantes mostra a continuidade do processo de enfraquecimento de seu poder de atração populacional.

Em suma, apesar do número de imigrantes não ter experimentado aumento entre os dois quinquênios analisados, mantido o ritmo de queda da emigração, seria de se esperar pequeno saldo migratório positivo, já no segundo quinquênio dos anos 90.

De fato, ao mesmo tempo em que as áreas de atração como a fronteira agrícola e São Paulo não conseguem mais absorver a mão-de-obra procedente de Minas Gerais, muitos migrantes estão voltando para áreas dinâmicas do estado, trazendo inclusive familiares não-mineiros.

Além disso, o mais importante a salientar é que as regiões dinâmicas de Minas Gerais estão conseguindo reter a tradicional emigração do estado. Este fenômeno de retenção, e mesmo de atração populacional em alguns lugares, não pode ser creditado a uma oscilação conjuntural, uma vez que a diminuição das perdas populacionais vem ocorrendo há quase três décadas.

6 Conclusões

A utilização de vários quesitos censitários relacionados às migrações permitiu um maior aprofundamento das diversas dimensões da mobilidade espacial da população. As considerações sobre as vantagens e limitações de cada quesito em particular, a atenção e os cuidados com os conceitos e definições, associados ao esforço de se trabalhar com diferentes técnicas, estabeleceram fundamentos que se mostraram bastante eficazes para a visão das migrações, sob alguns de seus vários ângulos.

A inclusão do quesito de data fixa no Censo Demográfico de 1991 foi um grande avanço que, no entanto, não substituiu totalmente a necessidade do uso dos métodos indiretos para a mensuração de saldos migratórios, especialmente em ocasiões nas quais as emigrações internacionais não podem ser consideradas demograficamente desprezíveis.

Nesse sentido, a década de 80 entra para a história brasileira como uma das mais complexas, no que tange aos movimentos populacionais. A saída de brasileiros para o exterior tornou-se visível, como mostrou o comportamento das razões de sexo e das relações intercensitárias de sobrevivência, observados por Carvalho (1996).

Isso exigiu novos esforços de adaptação de metodologias. A utilização conjunta dos dados de data fixa e da técnica indireta revelou-se um instrumental poderoso para abranger a nova realidade, emergente nos anos 80. Sem a adoção desta estratégia, seria muito difícil perceber, de forma mais abrangente, o comportamento demográfico de Minas Gerais e São Paulo, nos dois quinquênios daquela década.

De fato, a metodologia desenvolvida em Carvalho e Rigotti (1999), originalmente elaborada para estimar saldos migratórios quinquenais, tornou-se um instrumento bastante útil para a avaliação da emigração internacional. Permitiu, inclusive, uma estimativa do número aproximado de emigrantes que teriam deixado os estados de Minas Gerais e São Paulo e partiram para o exterior, entre 1986-91. Dada a evidente dificuldade em se estimar uma população que não residia no Brasil, qualquer tentativa de mensuração da

emigração para o exterior, certamente contribui para esclarecer um fato que tanto chamou a atenção dos demógrafos.

Além da emigração internacional, o tema das trajetórias dos migrantes tem despertado o interesse dos pesquisadores, particularmente da migração de retorno. Nesse ponto, o uso simultâneo das informações de última etapa e data fixa também permitiu uma outra contribuição, desta vez ao estudo das etapas migratórias.

Não só a imigração de retorno, mas também a *emigração de passagem* e a *reemigração* desempenham, muitas vezes, papel relevante no percurso dos migrantes. Os procedimentos metodológicos propostos tiveram a intenção de delinear um plano auxiliar para a análise das etapas migratórias, evidenciando sua complexidade. Porém, não se deve perder de vista o fato de que em uma pequena diferença entre os números de emigrantes de última etapa e data fixa, pode estar implícito um certo número de etapas intermediárias, não captadas pelo censo.

De qualquer forma, apesar das limitações, o tratamento simultâneo das informações de última etapa e data fixa tem a vantagem de apontar caminhos para os estudos regionais, assinalando algumas das características predominantes, no que se refere à emigração por etapas.

Por outro lado, no que tange à mensuração do número de *retornados plenos*, a metodologia é de grande praticidade, delimitando claramente um intervalo de tempo, no qual se dão os dois movimentos necessários para se caracterizar a imigração de retorno, a saída e a volta. Outra vantagem, é que a análise da migração de retorno não tem de se restringir apenas aos naturais da unidade de análise, como ocorre quando se tem apenas a informação de última etapa.

Outro aspecto interessante é que a metodologia pode ser replicada para unidades menores do que o estado, como mesorregiões, mas também poderia ser aplicada para microrregiões, ou até mesmo municípios de maior população. Evidentemente, as dificuldades operacionais vão aumentando, à medida em que se desagrega o espaço.

Ao se trabalhar no nível de mesorregiões, observa-se o quanto é difícil e temerário estabelecer tipologias rígidas que tentem enquadrar as diversas características dos fluxos migratórios. Muitas combinações são possíveis, no tocante aos tipos de etapas – *migração de retorno pleno*, *emigração de passagem* e *reemigração*.

Apesar disso, em linhas gerais, verificou-se que a participação do *retorno pleno* foi relevante nas mesorregiões tradicionais de emigração do estado de Minas Gerais. Quanto à emigração, o quadro torna-se mais heterogêneo. A participação da *emigração de passagem* associa-se, muitas vezes, ao dinamismo da região e à proximidade das áreas de atração; ao passo que a participação da *reemigração* ocorreu algumas vezes, quando a distância entre as mesorregiões de origem de data fixa e destino era relativamente grande.

Em que pese o crescente interesse pelo tema das migrações, os pesquisadores raramente têm levado em conta os problemas ao se tomar a diferença de imigrantes e emigrantes de última etapa como “*proxy*” para as estimativas de saldos migratórios. Foi visto, no decorrer deste trabalho, que há grandes discrepâncias conceituais entre os migrantes de última etapa e aqueles que devem compor o saldos migratórios. Pode-se dizer que, quanto maior a diferença entre os *imigrantes de retorno pleno* e os *emigrantes de passagem*, dentro de um período considerado, maior será o erro do saldo migratório calculado através deste procedimento.

Os casos de Minas Gerais e São Paulo ilustram bem o problema. Na década de 60, estes estados apresentaram experiências bem distintas. No primeiro, os saldos migratórios negativos eram menos volumosos que a diferença, também negativa, entre imigrantes e emigrantes de última etapa, em aproximadamente 189 mil pessoas. Em São Paulo, ocorria exatamente o contrário, ou seja, os saldos positivos eram maiores em mais de 226 mil pessoas. Em ambos, a *imigração de retorno pleno* no período não deve ter sido muito significativa.

Na década de 70, as discrepâncias se acentuaram. O volume dos saldos se diferenciaram bastante dos resultados dos dados de última etapa. A

imigração de retorno pleno em Minas Gerais, ao que tudo indica, já tivera seu início, o que explica o fato de o volume do saldo migratório negativo ser maior que a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, em quase 590 mil pessoas. Em São Paulo, parece que a *emigração de passagem* superou amplamente a *imigração de retorno pleno*, como mostram os saldos, maiores em mais de 1,1 milhão de pessoas do que o resultado obtido com a informação de última etapa. Isto está em consonância com uma época de grande dinamismo do estado.

Nos anos 80, com o relativo esgotamento da capacidade de absorção populacional, especialmente de sua área metropolitana, São Paulo apresentou um saldo migratório menor que a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa – pouco mais de 230 mil pessoas de diferença. Apesar de não ter sido objeto de investigação nesta tese, as informações poderiam estar indicando diminuição da *emigração de passagem*, aumento da *reemigração* e/ou aumento da *imigração de retorno pleno* dentro do período. Deve-se lembrar que o papel da emigração internacional foi expressivo, o que relativa considerações desta natureza.

Em Minas Gerais, a década de 80 foi marcada pela intensificação da *imigração de retorno pleno*, que havia se iniciado no decênio anterior, como mostraram os saldos e as informações de última etapa – os saldos migratórios negativos ficaram em torno de 760 mil pessoas, e a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa foi de apenas 204 mil pessoas.

Estes comentários evidenciam o quanto os dados de última etapa podem se diferenciar das estimativas de saldos migratórios, sem que haja, necessariamente, erros nas informações. Ao contrário, as diferenças podem estar expressando processos bastante complexos, no que tange às etapas migratórias.

Finalmente, cabe ressaltar que, depois de investigar exhaustivamente as informações sobre as migrações mineiras em vários de seus aspectos, tudo leva a crer que a fase dos grandes volumes nos saldos migratórios negativos já passou.

Aspectos de ordem demográfica são essenciais para a compreensão das migrações. A rápida queda da fecundidade, que já há algum tempo atingiu a natalidade, vai reduzindo, pelo menos em termos relativos, o efetivo demográfico nas idades mais propensas ao ato de migrar. Ainda que pese a extrema dificuldade em se fazer um prognóstico das migrações, tudo indica que Minas Gerais encerrou seu antigo papel de fornecedor de mão-de-obra para outros estados brasileiros.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Redistribucion espacial de la poblacion : características y tendencias del caso brasileño. **Notas de Poblacion**, Santiago de Chile, n.65, p.145-202, jun. 1997.
- BORJAS, J. **Labor Economics**. Cap. 9, "Labor Mobility", p.279-287. New York: McGraw-Hill, 1996. 488p.
- BRASS, W. (ed.) **The demography of tropical Africa**. Princeton : Princeton University, 1973. 539p.
- BRITO, F. R. A . de. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica** : o caso brasileiro. Belo Horizonte : UFMG/Cedeplar, 1997. 100 p. (Tese doutorado em demografia).
- CARVALHO, J.A.M. de. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte :UFMG/Cedeplar, 1993. (Trabalho apresentado no SEMINÁRIO SOBRE CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESTRUTURA DEMOGRAFICA, 1993, Rio de Janeiro)
- CARVALHO, J.A.M. de. Migrações internas : mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v.43, n.171, p. 549-583, jul./set. 1982.
- CARVALHO, J.A.M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80 : uma tentativa de estimação. In: PATARRA, Neide (coord.) **Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. Campinas : FNUAP, 1996. v.2. Migrações internacionais : herança XX, agenda XXI. p. 227-238.
- CARVALHO, J.A.M. de et al. Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico brasileiro de 1991: uma análise preliminar de consistência. In : ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1998a. (Publicado em CD-ROM)
- CARVALHO, J.A.M. de et al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 8, 1998, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte : UFMG/Cedeplar, 1998b. p.397-420.
- CARVALHO, J.A.M. de & FERNANDES, F. **Migrações internas no Brasil por Unidade da Federação e quadro domiciliar** : 1960/70 e 1970/80. Belo Horizonte, 1991. (mimeo)

- CARVALHO, J.A.M. de & MACHADO, C.C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 9, n.1, p.22-34, jan./jul. 1992.
- CARVALHO, J.A.M. de ; PAIVA, P.T.A. & SAWYER, D.R. **A recente queda da fecundidade no Brasil** : evidências e interpretação. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1981. (Monografia)
- CARVALHO, J.A.M. de & PINHEIRO, S.M.G. **Fecundidade e mortalidade no Brasil** : 1970/80. Belo Horizonte : UFMG/Cedeplar, 1986. 151p. (Série Relatórios de Pesquisa)
- CARVALHO, J.A. M. de. & RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 15, n.2, 1999.
- COELHO, A. ; MENDONÇA, L.S.M. & ARAÚJO, M.B. A reversão do comportamento migratório mineiro: um desafio ao planejamento. **Fundação J. P. Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.12, n.3/4, p.46-88, mar./abr., 1982.
- COURGEAU, D. **Analyse quantitative des migrations humaines**. Paris: Mason, 1980.
- CUNHA, J.M.P. da. **Mobilidade populacional e expansão urbana** : o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas : UNICAMP/IFCH, 1994. 283p. (Tese Doutorado)
- DINIZ, C.C. **Capitalismo, recursos naturais e espaço**. Campinas : UNICAMP/Instituto de Economia, 1987. (Tese de doutorado em Economia).
- DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil : nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.
- DOEVE, W.L.J. **How do we measure migration?** The preferred migration questions for the global 1990 round of population censuses. Groningen (Holanda) : National University of Groninger, Department of Human and Economic Geography, 1986, (Working Paper ; 100).
- FERNANDEZ, R. E., CARVALHO, J. A. M. de. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.3, n.2, p.67-86, jul./dez. 1986.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R.B.A. & SILVA, P.L.B (orgs.). **Federalismo no Brasil** : desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo : FUNDAP : Universidade Estadual Paulista, 1995, p.60-91.

- MARTINE, G. & CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.1, n.1/2, p.99-143, jan./dez. 1984.
- MATOS, Ralfo Edmundo Silva. **Dinâmica migratória e desconcentração populacional na macrorregião de Belo Horizonte**. Belo Horizonte : UFMG/Cedeplar, 1995. 223 p. (Tese doutorado em demografia)
- OLIVEIRA, A. T. R. de et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, Neide (coord.) **Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. Campinas : FNUAP, 1996. v.2. Migrações internacionais : herança XX, agenda XXI. p239-257
- PATARRA, N.L. & BAENINGER, R. Migração internacional recente : o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide (coord.) **Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. Campinas : FNUAP, 1996. v.1. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporaneo. p.78-88.
- REES, P. Does it really matter which migration data you use in a population model? In: CONTEMPORARY studies of migration, Norwich : Geo Books, 1985. Cap.5, p. 55-77.
- RIBEIRO, J.T.L. & CARVALHO, J.A.M de. A imigração para Minas Gerais no período 1981/91, com especial enfoque na migração de retorno. In : ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1998. (Publicado em CD-Rom)
- RIGOTTI, J.I.R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte** : década de 70. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1994. 109p. (Dissertação de mestrado em demografia).
- RIGOTTI, J.I.R. Compatibilidade entre as técnicas direta e indireta de mensuração das migrações. In : ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1996. v.2, p.943-953.
- RODRIGUES, R. N. et al. **Avaliação da cobertura do Censo Demográfico de 1991 na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1992. (Trabalho apresentado no ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, Brasília.)
- ROGERS, A. **Requiem for the net migrant**. Boulder (U.S.A.) : University of Colorado, 1989, (Working Papers ; 89-5).

SALES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais no Brasil. In : PATARRA, Neide (coord.) **Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. Campinas : FNUAP, 1996. v.1. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo : FNUAP, 1995. p. 89-103.

UNITED NATIONS. **Manual VI** : methods of measuring internal migration. United Nations. New York, 1970.